

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Carolina Monteiro Biasutti

PARENTALIDADE EM CASOS DE ADOÇÃO MONOPARENTAL

Vitória

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Carolina Monteiro Biasutti

PARENTALIDADE EM CASOS DE ADOÇÃO MONOPARENTAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia, sob orientação da Professora Doutora Célia Regina Rangel Nascimento.

Vitória

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B579p Biasutti, Carolina Monteiro, 1989-
 Parentalidade em casos de adoção monoparental / Carolina
 Monteiro Biasutti – 2016.
 201 f.

Orientador: Célia Regina Rangel Nascimento.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Adoção. 2. Responsabilidade dos pais. 3. Famílias
monoparentais. I. Nascimento, Célia Regina Rangel. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

CAROLINA MONTEIRO BIASUTTI

PARENTALIDADE EM CASOS DE ADOÇÃO MONOPARENTAL

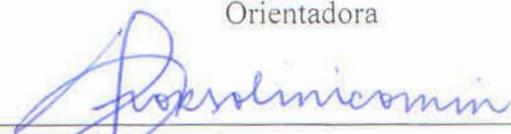
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 31 de agosto 2016, por:

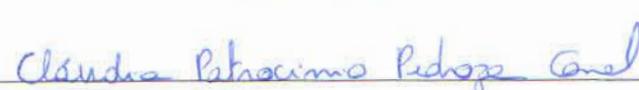
BANCA EXAMINADORA



Prof.^ª. Dr.^ª. Célia Regina Rangel Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora



Prof. Dr. Fábio Scorsolini-Comin
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Membro externo



Prof.^ª. Dr.^ª. Cláudia Patrocínio Pedroza Canal
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos meus pais, *Luciano e Mirela*, pelo apoio, carinho e incentivo, bem como por me proporcionarem a oportunidade de concretizar esse objetivo. Por entenderem que sou assim, bem independente, mas por me acolherem nos momentos que preciso. Por acreditarem em mim e me desejarem sempre mais, isso certamente me impulsiona a continuar buscando, a não perder o interesse e a saber que sempre tenho mais a aprender. Observo em vocês essa garra, dedicação, interesse e persistência, e sem dúvida alguma vocês são grandes modelos para mim! *Amo muito vocês!*

Àqueles que estiveram pertinho de mim: minha irmã, *Lara*, que esteve presente nessa luta e que encheu a casa, me fazendo companhia nesse período do mestrado; e meus pequenos peludos, *Frodo e Mallu*, que olham para mim como se eu fosse o último biscoito do pacote e me dão tanto amor rs. *Amo vocês três, tá Lara? rs*

Agradeço ainda *aos meus familiares*, por terem me dado apoio e força durante esse processo e terem convivido com a minha ausência. Tios, tias, primos, primas e avós... meu muito obrigada por me desejarem um bom trabalho e pela torcida! *Amo vocês!*

À *Sophie* e ao *Filippe*, meus afilhados amados, por não me deixarem esquecer os encantos da infância, e mesmo nesse turbilhão que foram esses dois anos, me surpreenderem cada dia mais com quem são: crianças bondosas, humanas, espertas, felizes. Comemoro suas conquistas como se fossem minhas e dedico essa minha conquista a vocês também, meus pequenos. Obrigada por me conectarem com a Carol criança, leve e animada, e me transportarem para esse mundo de fantasia sempre quando possível. *Dinda ama muito vocês!*

Aos meus amigos... nossa, como eu sou sortuda! Tenho muitos amigos, e cada um tem um lugar especial no meu coração, mesmo aqueles que não consegui citar aqui nesse pequeno texto. Obrigada pelo incentivo e por compartilharem comigo momentos de descontração, eles foram muito necessários ao longo desse percurso. Agradeço aos

amigos de longa data, *Flávia, Gabi e Tássio*, que fazem parte da minha vida do ensino fundamental até hoje! Vocês fazem parte das minhas melhores lembranças e são muito especiais para mim! Torço pelas suas conquistas da mesma forma que torcem pelas minhas; À *Lari*, pela amizade verdadeira e duradoura, daquelas que a gente entende só com um olhar; ao *Pedro*, que se tornou um grande amigo com o passar dos anos, daqueles que são *pau para toda obra* rs; à *Tay, AP, Sarinha, Iza, Nai*, amigos conquistados na UFES que engrandeceram minha vivência na graduação e se tornaram grandes amigas e parceiras para a vida; à *Val* e ao *Paulinho*, que se tornaram como membros da minha família: dividiram comigo além de muitas conversas, muitos dias de jogos, filmes, passeios com os peludos e comilanças ao longo desses três anos de convivência! Sem contar que trouxeram ao mundo o pequeno *Biel*, que é sobrinho do coração e que a tia já baba e ama horrores!

Agradeço ainda aos amigos que o mestrado me proporcionou, que foram grandes companheiros nessa caminhada, proporcionando muitas risadas e apoio mútuo! À *Clari*, que se tornou uma grande amiga, um verdadeiro presente; a *Camila* e ao *Lucas*, se estendendo à pequena *Elena*: adoro vocês, e apesar da ausência desse ano, vocês são grandes (e verdadeiros) amigos! Estou com saudades; Por fim, agradeço à Ciranda das Luluzinhas (rs)! *Vivi* e *May*, nosso grupo sempre foi divertidíssimo, e encontrar com vocês sempre foi sinônimo de muitas risadas, alegria e apoio mútuo!

Agradeço também à *Carol Brito*, que me acolheu desde o seu mestrado, me inserindo em sua pesquisa láááá em 2010. Foi com você que eu acompanhei de fato a vida de uma mestranda, e passei a me interessar pela área da pesquisa científica. Como já te disse, você foi uma das minhas mentoras e motivos por achar que eu poderia fazer isso. Obrigada por ter sido sempre essa doçura comigo, por me incentivar nesse caminho, por acreditar no meu trabalho e me garantir sempre o seu apoio. Estou aqui com sua biblioteca inteira como prova disso! rs

Ao grupo *NECRIAD*, do qual faço parte desde a graduação, e que me acolheu com tanto carinho desde sempre. Pelas professoras *Edinete* e minha atual orientadora *Célia*, que falaram naquela época: “*Carol, tenta o mestrado! Você consegue, estamos te esperando!*”. Pelas reuniões, pelos assuntos discutidos, pela aproximação com temas que hoje fazem parte do meu interesse e estudo, pelas oportunidades de coletar dados

para amigos e posteriormente por me ajudarem com meus próprios dados. A opinião de vocês todos está inserida nesse trabalho!

Quanto aos presentes que o NECRIAD me proporcionou durante o mestrado, agradeço a *Suzy, Diana, Dany, Ivy e Rebeca*, pelo convívio mais próximo e pelo apoio constante. Vocês são incríveis, meninas!

Aos *professores do PPGP*, mas em especial às professoras da banca da minha qualificação, *Suemi, Cláudia e Edinete*, por terem lido pacientemente o meu projeto e terem me apontado tantos caminhos para percorrer. Suas contribuições foram sempre preciosas, não apenas durante a qualificação, mas durante as disciplinas, nos encontros pelos corredores, no percurso todo do mestrado. O mesmo digo sobre *Zeidi*, que quase que por acaso, atravessou o meu caminho nesses dois anos e me engrandeceu com seu conhecimento. Trabalhar com você foi muito prazeroso! *Obrigada!*

Agradeço à *Bia*, que logo que me conheceu falou “*Menina, vai fazer esse mestrado, você vai passar!*”. Eu não tinha tanta certeza, mas ela falou tanto que me ajudou a me sentir segura e lá fui eu, fiz a inscrição e...! Obrigada por ter realmente acreditado no meu potencial e ter insistido! Obrigada por ter me acompanhado desde o início dessa loucura, me ajudando a pensar desde o tema da dissertação até às análises dos dados. Obrigada pela paciência, por suportar o stress, por aguentar o turbilhão de pensamentos que me consumiram, principalmente nesse último ano. Por aturar as minhas ligações para falar dos dados da minha pesquisa. Essas conversas sempre me ajudaram a pensar ‘em voz alta’, esclarecer algumas questões e conseqüentemente, escrever melhor. Posso afirmar que tem muito de você aqui também!

Aos alunos da graduação que me auxiliaram durante o mestrado, *Matheus Soave e Izabela Grippa*, meu carinho e profunda gratidão. Vocês não têm ideia do quão importante foi esse apoio ao longo das incansáveis tentativas de categorização! Desejo a vocês muito sucesso nos caminhos que decidirem percorrer, e me disponho a ajuda-los no que for preciso, a qualquer momento. À *Izabela*, principalmente, por ter me ajudado em diversas etapas desse processo, da categorização dos dados à leitura da dissertação por completo! Sempre disposta, disponível e interessada, empolgando-se com os dados coletados nessa pesquisa da mesma forma que eles me afetaram desde o princípio.

À *Célia, minha orientadora*, que assim como eu trabalhou ativamente nessa dissertação. Agradeço à você pela paciência, pelo acolhimento, pela tranquilidade... por aliviar meu desespero, sempre (sorrindo) dizendo: “*Carol, é assim mesmo! Está dando certo...*”. Obrigada por ter sido essa orientadora humana e delicada, por nossas supervisões tratarem não só do mestrado mas também da vida. Você é um ser humano muito especial! *Muito obrigada!*

Agradeço ainda à *FAPES* pela bolsa de mestrado, que me ajudou a tornar esse trabalho possível.

Por fim, agradeço e dedico esse trabalho, em especial, *aos meus participantes*. Tanto os cinco participantes do grupo monoparental aqui apresentados, quanto os oito participantes do grupo homoparental: vocês são a razão desse estudo. A vivência relatada por vocês é inspiradora e emocionante! Divulgar essa experiência é um presente que me foi dado!

Meu mais sincero muito obrigada a todos!

*... para crescer em segurança emocional
todo ser humano precisa ser adotado.
Daí inexistir nenhuma distinção entre a
filiação biológica e adotiva,
em relação ao amor que se sente.
O amor é adotivo.
Se há amor, é caso de adoção,
mesmo que o filho tenha sido gerado pelo pai.
Sávio Bittencourt*

RESUMO

Biasutti, C. M. (2016). *Parentalidade em casos de adoção monoparental*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

Tendo em vista as mudanças sociais ocorridas ao longo das últimas décadas no que tange à organização das famílias e aos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, e a discussão atual sobre o conceito de família na sociedade brasileira, legitimando as organizações familiares que divergem do modelo tradicional, a presente pesquisa entende a importância de se estudar a família monoparental adotiva e suas especificidades, com o intuito de verificar como esta exerce a parentalidade. O presente estudo, de enfoque qualitativo-descritivo, objetivou investigar como ocorreu a adoção para famílias monoparentais e conhecer e descrever a vivência da parentalidade nas famílias estudadas, considerando as dimensões propostas pelo Modelo da Parentalidade de Hoghugh. Participaram da pesquisa quatro mães e um pai adotivos, na faixa etária entre 31 e 56 anos de idade, cujos filhos tinham entre 3 e 12 anos de idade. Foi estabelecido como critério de inclusão que a criança tivesse até 12 anos e que estivesse com a família há pelo menos um ano. Os participantes responderam a um roteiro de entrevista semi-estruturado, construído com base em investigações similares realizadas anteriormente, composto por temas referentes à adoção e a parentalidade. Todos os participantes aceitaram participar voluntariamente da pesquisa e assinaram a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como resultados principais, foi verificado que a motivação dos participantes para adotar uma criança era advinda do desejo destes em constituir ou ampliar a família e ser pai ou mãe, e que este desejo não tinha relação com a infertilidade biológica. Em todos os casos foi verificado o acolhimento e apoio da família extensa. Todos os participantes buscaram a Vara da Infância e Juventude para a realização do processo de adoção. Observou-se que a espera pela criança foi um momento de preparação emocional e financeira para o acolhimento do novo membro na família e que medos e ansiedades relacionados ao processo adotivo foram vivenciados. A adaptação das crianças às famílias entrevistadas ocorreu em curto espaço de tempo, embora todos os cuidadores tenham mencionado a necessidade de adaptação de sua rotina à nova situação familiar. Quanto à parentalidade, observou-se que todos os participantes realizavam práticas de cuidados físicos, emocionais e sociais com as crianças, incentivando-as e estimulando-as em seu desenvolvimento, bem como impondo regras e limites quando necessário. Os participantes demonstraram-se atentos às necessidades de seus filhos e motivados a atendê-las. A dedicação de um tempo exclusivo para a criança foi destacado como uma prioridade das famílias. Foram percebidos alguns desafios quanto a monoparentalidade, que foram superados na prática diária de cuidados com a criança e pela presença e auxílio de uma rede de apoio, que envolvia prioritariamente a família extensa, embora contasse também com amigos e contratações de serviços. O desenvolvimento de competências e mudanças nos participantes também foram destacadas. Concluiu-se que as famílias monoparentais atendiam as dimensões propostas no Modelo da Parentalidade, e apesar de apresentarem alguns desafios específicos desse modelo familiar, estes eram superados pelos pais. Segundo o que foi relatado, pôde-se constatar que as famílias monoparentais estudadas forneciam um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças e que a vivência da parentalidade promovia o desenvolvimento dos pais adotivos.

Palavras-chave: adoção; parentalidade; monoparentalidade; família.

ABSTRACT

Biasutti, C. M. (2016). *Parenting in single parents by choice adoptions*. Masters Degree Thesis. Psychology Post Graduation Program. Federal University of Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo.

In view of the social changes that have occurred over the past decades regarding the organization of families and the roles assigned to women and men, and the current discussion on the concept of family in the Brazilian society and the legitimacy of family organizations that diverge from the traditional model, this research understands the importance of studying the adoptive single parent family and its specific features, in order to see how they exercise parenting. The current study, with a qualitative and descriptive approach, aimed to investigate the adoption process regarding single parents and to discover and describe the experience of parenting in the studied families, considering the dimensions proposed by the Hoghghi Parenting Model. This research interviewed four adoptive mothers and one adoptive father, aged between 31 to 56 years old, whose children were between 3 and 12 years old. The established inclusion criteria was that the child had to be under 12 and that he or she had to be with the family for at least one year. The participants answered a semi-structured interview guide, built on similar research, that consists of issues related to adoption and parenting. All participants agreed to voluntarily participate in the study and signed a Term of Free and Informed Consent. As main results, the research discovered that the motivation of the participants to adopt a child was arising from their desire to expand the family and be a parent, and that this desire was not related to biological infertility. In all cases it was evident the support from the extended family. All participants reached the Childhood and Youth Courthouse for the completion of the adoption process. It was observed that the wait for the child was a moment of emotional and financial preparation in order to welcome the new member in the family and that fears and anxieties related to the adoption process were experienced. The adaptation of the children to the interviewed families occurred in a short period, although all caregivers have mentioned the need to adapt your routine to the new family situation. As for parenting, it was observed that all participants performed physical, emotional and social practical care of the children, inspiring and encouraging them in their development, as well as imposing rules and limits when necessary. The participants proved to be attentive to the needs of their children and motivated to attend them. The interviewed families highlighted the dedication of an exclusive time for the child as a priority. Some challenges of being a single parent were perceived by the families, which were overcome in the daily practice of childcare and the presence and assistance of a support network, which primarily involved the extended family, but also counted on friends and paid outside services. Skills development and changes in participants were also highlighted. This research concludes that single parents families met the dimensions proposed in the Model of Parenting, and despite presenting some challenges specific to this family model, they were overcome by the parents. According to what was reported, it could be seen that the studied single parent families provided a suitable environment for the development of children and that the experience of parenting promoted the development of adoptive parents.

Keywords: adoption; parenting; single parents; family.

Sumário

1. Introdução.....	13
1.1. Família.....	13
1.2. Parentalidade.....	19
1.3. Parentalidade e Adoção.....	27
1.4. Monoparentalidade.....	37
2. Objetivo Geral.....	43
2.1. Objetivos Específicos.....	43
3. Metodologia.....	43
3.1. Participantes.....	45
3.2. Instrumentos.....	48
3.3. Procedimentos e Considerações Éticas.....	51
3.4. Análise dos Dados.....	51
4. Resultados.....	53
4.1. Processo de Adoção.....	55
4.1.1. Motivação, a espera e o preparo para a adoção.....	55
4.1.2. Processo de adoção e a chegada da criança.....	55
4.1.3. Adaptação entre pais e filhos e mudanças de prioridade.....	65
4.2. Cuidados Básicos.....	68
4.2.1. Cuidados com a saúde da criança.....	69
4.2.2. Cuidados emocionais.....	72
4.3. Incentivo, Estimulação e Desenvolvimento da Criança.....	79
4.4. Educação, Disciplina e Controle.....	84
4.5. Disposição para Estar com a Criança.....	88
4.6. Rede de Apoio Familiar.....	89
4.6.1. Envolvimento da família com a adoção.....	90
4.6.2. Envolvimento e cuidado da criança pela família extensa.....	91
4.7. Apoio Extra-Familiar.....	94
4.8. Competências Adquiridas pelos Pais.....	95
4.8.1. Competências adquiridas na troca com pessoas e por meio de leituras.....	96
4.8.2. Competências adquiridas pela vivência com a criança.....	96

4.9. Experiência da Maternidade/Paternidade pela Via da Adoção.....	98
4.10. Monoparentalidade.....	101
4.11. Vivências de Preconceito.....	104
5. Discussão.....	107
5.1. A Adoção.....	107
5.1.1. Motivação, espera e preparo para a adoção.....	107
5.1.2. A chegada da criança à família.....	117
5.1.3. Adoção e monoparentalidade.....	121
5.1.4. Vivência de preconceito.....	124
5.2. Parentalidade.....	128
5.2.1. Atividades Parentais.....	128
5.2.2. Áreas Funcionais.....	147
5.2.3. Pré-Requisitos.....	158
6. Considerações Finais.....	172
7. Referências.....	175
8. Apêndices.....	190
8.1. Apêndice I – Roteiro de entrevista semi-estruturado.....	190
8.2. Apêndice II – Memorando para a Vara da Infância e Juventude.....	196
8.3. Apêndice III – Convite à Pesquisa.....	198
8.4. Apêndice IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	199
8.5. Apêndice V – Aprovação do Comitê de Ética.....	201

1. INTRODUÇÃO

1.1. Família

A existência da unidade familiar é observada em registros que datam cerca de meio milhão de anos e apontam sua relevância na sobrevivência de seus membros (Herbert, 2004). A família é considerada o primeiro ambiente de desenvolvimento da criança, e é a partir dela que a criança é inserida no meio social, através da disseminação de valores, crenças e normas difundidas para uma boa adequação em sua vivência em sociedade. É ainda no seio familiar que a criança recebe amor, proteção, os primeiros estímulos e os principais cuidados básicos para o seu desenvolvimento (Souza & Miranda, 2009). Apesar de suas práticas e continuidade ao longo dos milênios, a família não é uma entidade inalterável, pelo contrário, têm suas funções atualizadas de acordo com os contextos nos quais está inserida (Herbert, 2004).

O entendimento sobre o que é a família numa sociedade tem relação com eventos sociais, históricos, econômicos e culturais e tanto reflete quanto provoca transformações nas suas funções e nas relações entre seus membros (Herbert, 2004; Machado, Ferreira & Seron, 2015; Palavecino, Rodríguez & Zicavo, 2015). Assim, a ideia da família nuclear como é entendida na atualidade, composta por pai, mãe e filhos, predominante nos últimos séculos, foi construída em determinado momento histórico, e tem mudado ao longo das últimas décadas (Borsa & Nunes, 2011).

É possível, contudo, observar que prevalece ainda a compreensão de família enquanto núcleo tradicional, composto por pai, mãe e filhos, perpetuando a ideia da família nuclear. No entanto, uma vez que tais mudanças de concepções são graduais e variam de acordo com diferentes contextos, por exemplo, classes sociais, países e culturas (Zanetti, Oliveira & Gomes, 2013), verifica-se que, ao longo das últimas

décadas, transformações nessa compreensão têm resultado na convivência entre valores novos e velhos.

A progressão do modelo econômico industrial, as lutas pela igualdade entre os gêneros consolidadas pelo movimento feminista, a entrada da mulher no mercado de trabalho, seja por motivos sociais, pessoais ou financeiros, os altos índices de divórcios, o desenvolvimento de métodos contraceptivos e alterações nos valores da sociedade corroboraram para um novo cenário social, no qual novos modelos familiares passaram a ter maior representatividade no contexto brasileiro (Dessen, 2010; Maux & Dutra, 2009; Vieira et al., 2014). A partir dessas mudanças sociais, que ocorreram com grande força entre o final da década de 1960, perdurando na década de 1970 até final dos anos de 1980, ocorreram também transformações nos papéis de gênero masculino e feminino socialmente esperados, bem como nas relações entre os casais, observadas principalmente em famílias da classe média (Negreiros & Féres-Carneiro, 2004), que passaram a ser mais igualitárias, corroborando para a emergência de novos valores e novas configurações familiares (Dessen & Torres, 2002; Vieira et al., 2014).

É possível observar a presença cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho, o que gera alterações no modo como as famílias nucleares se constituem e se organizam. O aparecimento de filhos na família compõe uma dessas mudanças, verificando-se que a decisão sobre o melhor momento para se ter filhos tem sido adiada entre os casais (Hoghghi, 2004).

No Brasil, comparando os dados do Registro Civil de nascimentos levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) nos anos de 2002 e 2012, é possível verificar um aumento de 6,5% na proporção de nascimentos de bebês filhos de mulheres entre 30 e 39 anos; enquanto em 2002, a proporção era de 21,5% do total, em 2012 passou a ser de 28%. Em contrapartida, nesses dez anos, o nascimento de

bebês de mulheres na faixa de 20 a 29 anos reduziu de 54,4% para 50,6%, uma redução de aproximadamente 4% (IBGE, 2013). Desse modo, observa-se que os nascimentos são mais planejados e acontecem cada vez mais tardiamente, já que a existência de uma criança pode ser menos vantajosa para a carreira da jovem mulher (Matias, Silva & Fontaine, 2011).

Assim, a mulher, nesse novo contexto, alcança maior autonomia frente ao sexo masculino, exercendo papel principal em escolhas que antes não eram permitidas, como: estudar, buscando retorno financeiro capaz de auxiliar na renda doméstica; engravidar, analisando os prós e contras que um filho pode acarretar no momento da vida em que se encontra; e ainda optar pelo divórcio, já que para ela é possível sobreviver com sua renda mensal (Matias et al., 2011; Pinheiro, Galiza & Fontoura, 2009).

Na busca pela igualdade entre os gêneros, mulheres e homens cada vez mais têm oportunidades semelhantes na sociedade, o que também é refletido nas composições e organizações familiares (Maux & Dutra, 2009). Assim, numa perspectiva em que tanto a mulher quanto o homem podem ser provedores do lar, a necessidade de acordos entre divisão de tarefas domésticas e o cuidado com as crianças passou a ser um aspecto discutido no âmbito familiar (Dessen, 2010; Matias et al., 2011). Apesar disso, essa divisão de tarefas ainda é pouco equitativa, representando maior sobrecarga para a mãe (Borsa & Nunes, 2011; Valentova, 2013; Vieira & Nascimento, 2014). O relatório do IPEA (2016) mostra que em 2014, as mulheres realizaram muito mais trabalho doméstico (incluindo tarefas de casa e cuidados com filhos e outras pessoas da família) do que os homens (90% contra 51%) e conseqüentemente apresentavam jornadas mais extensas que as deles (25,3 horas semanais, contra 10,9 horas).

Contudo, apesar de lentas, pode-se perceber na atualidade as transformações nos papéis masculinos no que se refere à paternidade (Vieira et al., 2014), verificando-se, como reflexo das mudanças sociais nos papéis de gênero, a construção de uma nova identidade para o homem (Oliveira & Silva, 2011). O homem contemporâneo passa, portanto, a apresentar características distintas das que definiam o homem tradicional (Silva Junior & Severino, 2013).

Entre as características contrastantes entre esses dois perfis, em relação à paternidade, pode-se observar no pai contemporâneo um maior envolvimento tanto nas atividades domésticas quanto nas relações afetivas com os filhos, participando mais ativamente dos cuidados e do desenvolvimento da criança, enquanto o pai tradicional assume majoritariamente o sustento da família, é mais rigoroso na educação dos filhos e menos afetuoso com estes (Oliveira & Silva, 2011; Silva, Lamy, Rocha & Lima, 2012; Vieira & Nascimento, 2014). No entanto, verifica-se que esse novo pai, que exerce a chamada paternidade contemporânea, coexiste com homens que desempenham a paternidade tradicional, o que demonstra que esses papéis ainda estão em processo de construção e não se encontram definidos.

Nesse cenário de transformações, além de mudanças nos papéis de gênero na família nuclear heterossexual, percebe-se a emergência e visibilidade de novos arranjos familiares, compostos por casais sem filhos, famílias monoparentais, famílias adotivas, famílias homoparentais, famílias recompostas, etc. (Dessen, 2010; Martinez & Barbieri, 2011; Pinheiro et al., 2009; Rúbio & Pérez, 2012; Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2013; Teixeira, Parente, & Boris, 2009). Sobre isso, Silva Junior e Severino (2013) discorrem que:

A família deixou de ser formada única e exclusivamente pelo indissolúvel vínculo matrimonial entre o homem e a mulher. Aliás, o próprio matrimônio

deixou de ser indissolúvel – com o surgimento do divórcio – e deixou também de ser exclusividade das relações heteroafetivas – a partir do reconhecimento do caráter de entidade familiar das uniões homoafetivas. Assim, observa-se que uma família pode ser formada por meio do casamento e da união estável, sejam eles héteros, sejam homoafetivos, bem como podem constituir uma família monoparental. (p. 225)

No entanto, apesar dessas evidências, Santos et al. (2013) constataram em revisão de literatura, que ainda é possível encontrar no imaginário social a ideia da família tradicional formada pelo casamento heterossexual, monogâmico e procriador como sendo a família legítima. Contudo, pensar apenas um modelo de organização familiar é julgar a sociedade através de um parâmetro normativo, corroborando para a geração de conflitos, preconceitos e estigmas em relação aos demais arranjos (Mannis, 1999; Perroni e Costa, 2008, citado por Santos et al., 2013; Zambrano, 2006).

O conceito de família nos documentos oficiais também sofreu modificações, sendo entendida hoje de forma mais ampla. No Artigo 226 da Constituição Federativa da República do Brasil (1988), a família é reconhecida através do casamento civil e religioso. A união estável entre homem e mulher é também considerada como entidade familiar. Fazem parte dessa entidade familiar “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Constituição Federativa da República do Brasil, 1988, artigo 226, §4º). Ainda no Artigo 226 §8º, o estado assegura à família assistência para cada um de seus membros.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), entretanto, reconhece a família em uma perspectiva mais ampla, que muda de acordo com as transformações sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, a PNAS reconhece a família enquanto “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou,

de solidariedade” (PNAS, 2004, p.41). Essa definição vai ao encontro da afirmativa de Dessen (2010), que conclui que:

Uma definição contemporânea de família, portanto, deve estar baseada na opinião de seus membros, considerando a afetividade e a proximidade com os entes queridos, critério para a composição de família. Variáveis como *consanguinidade, continuidade ao longo da vida, relacionamento heterossexual, divisão da mesma casa, etc.*, por si só, não definem o que seja *família*. (p. 211)

Sendo assim, uma concepção atual de família é definida pelos afetos, proximidade e intimidade entre seus membros, pela constituição de vínculos afetivos e estabilidade emocional, presença de filhos biológicos e/ou adotivos, ultrapassando as variáveis biológicas (Dessen, 2010; Oliveira, Siqueira, Dell’Aglia & Lopes, 2008; Vieira et al., 2014). Tal conceito também está em acordo com a compreensão de Zambrano (2006) a respeito da parentalidade, conforme explica:

o vínculo familiar ligando um adulto a uma criança pode ser desdobrado em quatro elementos que nem sempre são concomitantes: 1) o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética; 2) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo; 3) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo em questão; 4) a parentalidade, o exercício da função parental implicando cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, etc., que se tecem no cotidiano em torno do parentesco. Esses elementos podem estar combinados entre si de maneiras diversas, dependendo de como é estabelecido o peso de cada um em relação aos outros, evidenciando a relatividade das escolhas feitas por uma determinada cultura em uma determinada época. (p. 126)

Dessa forma, na análise sobre o papel da família junto à criança, diversos autores apontam a importância da questão do vínculo da criança com a família, o que pode ser considerado nos diferentes arranjos de família que adquirem visibilidade na atualidade. Assim, não basta estar ligado biologicamente a um progenitor para que esse adulto garanta os cuidados da criança, esses cuidados acontecem no dia-a-dia, nas interações exercidas com a criança por parte do adulto (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Dessen, 2010; Hoghughi, 2004; Martinez & Barbieri, 2011; Oliveira et al., 2008; Vieira et al., 2014; Zambrano, 2006). Logo, a parentalidade pode ser exercida pelos pais biológicos, tios, avós, pais adotivos, etc., portanto, por um cuidador e criança que possuam um vínculo estabelecido (Hoghughi, 2004).

1.2. Parentalidade

O uso do termo parentalidade teve início na década de 1960 por Paul-Claude Recamier, para indicar o caráter processual do relacionamento e atividades entre pais e filhos. Entretanto, o termo ficou em desuso por mais de duas décadas, até que nos anos 1980 voltou a ser enfatizado nos trabalhos acadêmicos (Gorin, Mello, Machado & Féres-Carneiro, 2015; Silva, Costa & Giugliani, 2016).

Recentemente, o conceito de parentalidade vem sendo utilizado por diferentes abordagens teóricas para indicar o processo complexo que envolve tornar-se pai e mãe, através de uma construção diária do vínculo com a criança, levando-se em conta o contexto sociocultural em que essas pessoas estão inseridas. Esse é um processo dinâmico, que abrange mudanças e adaptações ao longo do tempo, envolvendo as características de cada pessoa, sua disponibilidade e desejo de se dedicar da melhor forma possível à criança (Gorin et al., 2015; Silva et al., 2016).

Ao discutir sobre o conceito de parentalidade, Hoghughi (1998; 2004) utiliza como referência o conceito de Winnicott (1958) de *parentalidade suficientemente boa*. Essa definição pressupõe que é irreal esperar por pais perfeitos, porém sugere que as metas parentais devem ser voltadas a práticas que garantam “*um núcleo de amor incondicional e cuidados confiáveis, proporcionando um ambiente seguro para a própria resiliência da criança e estimulação do desenvolvimento para se desenvolver*” (Hoghughi, 2004, p. 4). O autor ainda acrescenta que a parentalidade indica um processo contínuo e que pode ser exercido por vários membros que fazem parte do contexto cotidiano de uma criança, como pais, tios, avós, irmãos, vizinhos, professores, médicos, etc. ou seja, qualquer pessoa que esteja engajada no cuidado e na garantia de um bom desenvolvimento da criança (Hoghughi, 1998).

No livro *The Handbook of Parenting*, Hoghughi (2004) diferencia as palavras em inglês *parent* e *parenting*, que são traduzidas para o português como pais e parentalidade, respectivamente. *Parent* indica o relacionamento de uma mãe ou um pai com seu filho. Pode se referir a filhos biológicos ou adotivos, portanto, tem um sentido de filiação. Já *parenting* indica um processo de interação positiva que ocorre normalmente entre adultos e crianças, que envolve atividades de cuidado, carinho, educação. Barroso e Machado (2010) apresentam que:

o conceito de ‘parentalidade’ é definido por alguns investigadores como sendo o conjunto de ‘atividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança’ (Hoghughi, 2004, p.5), num ambiente seguro (Reader, Duncan & Lucey, 2005), de modo a socializar a criança e atingir o objetivo de torná-la progressivamente mais autônoma (Maccoby, 2000). (p. 212)

Hoghughi (2004), baseado nas propostas de Bronfenbrenner, Beslky e Furstenberg, propõe um modelo conceitual com onze dimensões da parentalidade, estas

divididas em três grupos de competências. Ao observar a diversidade de práticas parentais, o autor aponta que esses três grupos seriam adequados para avaliar a capacidade e competência parental, orientando novas pesquisas, bem como a produção de literatura mais estruturada sobre as práticas de parentalidade. Barroso e Machado (2010) destacam que:

Segundo este modelo, a parentalidade subdivide-se em *Atividades parentais* (conjunto de atividades necessárias para uma parentalidade suficientemente adequada), *Áreas funcionais* (principais aspectos do funcionamento da criança) e *Pré-requisitos* (conjunto de especificidades necessárias para o desenvolvimento da atividade parental). (p.213)

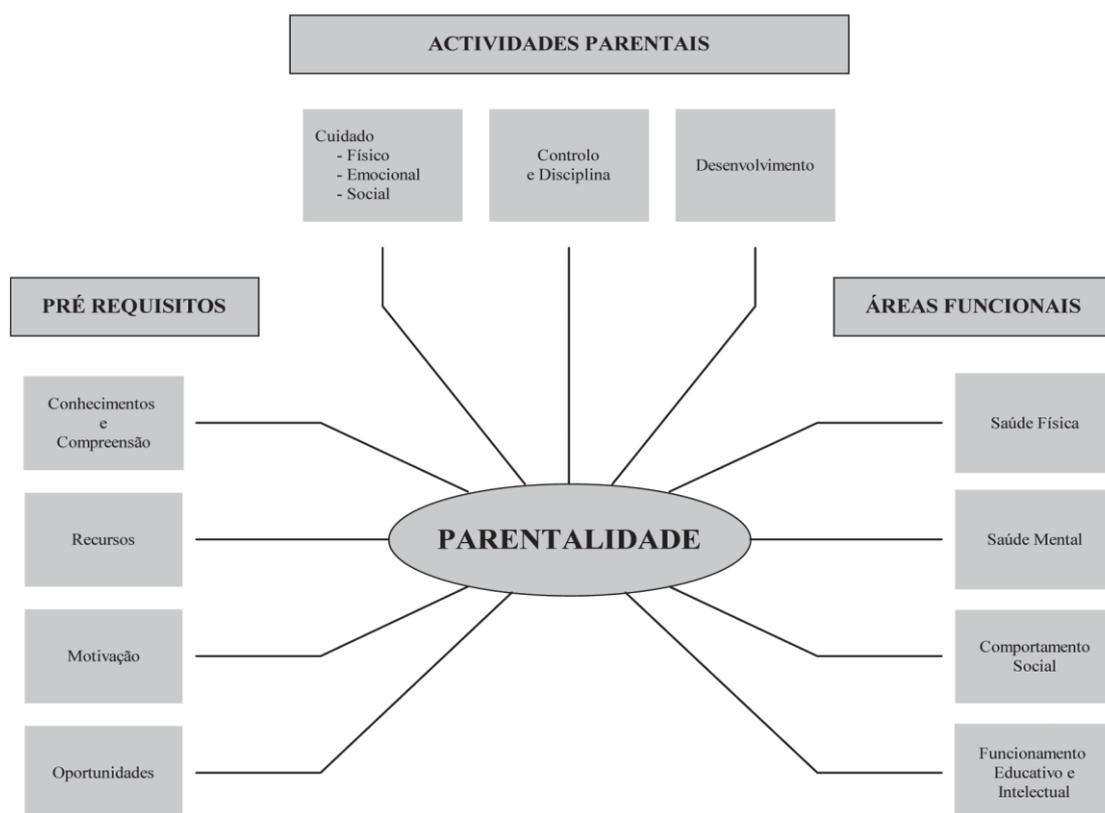


Figura 1- Dimensões da parentalidade. Adaptado de Hoghughi (2004)

Fonte: Barroso, R. G. & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229.

No conjunto das Atividades Parentais, estão presentes as dimensões do *cuidado* (físico, emocional e social), do *controle*, e ainda do *desenvolvimento*. Essas dimensões são atividades exercidas pelos cuidadores, e tem como objetivo promover o bem-estar da criança. Para cada dimensão é possível verificar duas facetas: a prevenção de adversidades que ameacem a criança e a promoção de um desenvolvimento positivo que a auxilie. Esses aspectos dependem da idade da criança e da cultura na qual está inserida, visto que algumas atividades podem ser adequadas para certos grupos e não para outros (Hoghughi, 2004).

Hoghughi (2004) aponta que o *cuidado* está relacionado às atividades que promovem o bem-estar e atendem às necessidades de sobrevivência da criança, garantindo um desenvolvimento positivo. Em muitos países a dimensão do cuidado está presente nas leis de proteção à criança. O *cuidado físico* envolve garantir que as necessidades básicas da criança, como alimentação, sono, vestimenta, prevenção de doenças e de danos sejam atendidas. Envolve também a resolução de problemas, como nos casos de doenças e danos que tenham acontecido, apesar da prevenção. O *cuidado emocional* consiste em assegurar que a criança esteja bem, mostrando que esta é amada incondicionalmente e respeitada em sua individualidade. Os cuidadores, nesse sentido, permitem que a criança tenha a oportunidade de fazer escolhas e correr riscos, estabelecendo interações positivas com o ambiente, deixando-a mais segura para explorar novos ambientes e desenvolvendo sua autonomia. O *cuidado social* visa à integração adequada da criança aos grupos sociais. É esperado que a criança tenha a oportunidade de conviver e trocar experiências com grupos que tenham a sua idade, bem como com adultos significativos à criança. Hoghughi (2004) afirma que o resultado de um *cuidado* suficientemente adequado para o desenvolvimento infantil é:

uma criança saudável e próspera, apegada por suas principais figuras de cuidado, e o desenvolvimento de senso firme e positivo do self. Este é o núcleo central da auto-estima. Uma criança bem cuidada será, dentro das limitações genéticas e constitucionais, saudável, emocionalmente resiliente e socialmente competente, com a capacidade de explorar novas oportunidades. (p. 7)

A dimensão *controle* consiste nas atividades que os cuidadores desempenham com a intenção de educar as crianças, colocando barreiras e limites em certas situações. Esses limites diferem ao longo dos anos, de acordo com a idade e da cultura em que a família está inserida. Hoghughi (2004) observa que, na atualidade, o maior respeito pelo desejo da criança e a negociação com as mesmas dos limites a serem obedecidos, têm deixado os pais inseguros sobre o que exigir de seus filhos (Hoghughi, 2004).

O *desenvolvimento*, a última dimensão proposta por Hoghughi (2004) para o grupo das Atividades Parentais, se caracteriza pelo desejo e incentivo dos pais para que as crianças alcancem seu potencial máximo. Essa dimensão não é essencial para a sobrevivência da criança como a dimensão *cuidado*, e está associada à preocupação dos pais/cuidadores em garantir oportunidades de atividades variadas (esportivas, educativas, artísticas, etc.) a fim de proporcionar aos membros da família acesso às informações e atividades necessárias para o melhor aproveitamento de suas capacidades. Embora muitas vezes o desenvolvimento esteja associado a atividades, Hoghughi (2004) indica que possivelmente a mais importante tarefa dos pais seja desenvolver em seus filhos a noção dos valores, tais como: curiosidade, tolerância, respeito ao próximo, sabedoria, etc.

No que concerne ao grupo das Áreas Funcionais, as dimensões propostas por Hoghughi (2004) são a *saúde física*, a *saúde mental*, o *comportamento social* e o *funcionamento educativo e intelectual*. São elementos que fazem parte do

funcionamento da criança, aos quais os pais não devem estar somente atentos, mas, sobretudo, intervindo para auxiliar no seu melhor desenvolvimento.

A dimensão *saúde física* envolve os aspectos da saúde da criança, que compreendem também as deficiências, deformidades, desordens motoras, etc. Os pais têm como principal foco a prevenção de danos e oportunidades para o melhor desenvolvimento da criança. Já a dimensão *saúde mental* diz respeito aos aspectos do pensamento, sentimentos e comportamentos, bem como condições clínicas do filho. Algumas crianças apresentam maior vulnerabilidade nessa área. A forma como os pais lidam com essas dificuldades auxiliam a criança a superar suas fragilidades (Hoghughi, 2004). A dimensão do *funcionamento intelectual e educacional* refere-se ao potencial acadêmico da criança, às suas habilidades e competências, bem como a desenvoltura em resolver problemas. É uma dimensão essencial para o desenvolvimento, onde os pais exercem influência pelo apoio dado à criança (Hoghughi, 2004). A última dimensão do grupo das Atividades Funcionais é o *comportamento social*, que remete a como a criança se relaciona com as outras pessoas, como se comporta e como compreende as regras sociais. Essas habilidades são necessárias para o bom convívio em comunidade. A criança que é bem orientada por seus cuidadores terá respostas adequadas a essas situações, já que terá tido a oportunidade de reconhecer e internalizar essas normas (Hoghughi, 2004).

Por fim, Hoghughi (2004) considera que para que uma boa parentalidade aconteça, alguns Pré-Requisitos são necessários. As dimensões apontadas como Pré-Requisitos são o *conhecimento e compreensão*, que abrangem o reconhecimento e a interpretação adequada do estado da criança e as ações parentais a partir destes; a *motivação*, que se relaciona ao compromisso e desejo do pai para com a criança; os *recursos* para parentalidade, que são qualidades e competências dos pais para auxiliar

no desenvolvimento da criança, bem como seus recursos financeiros e sociais; e as *oportunidades*, momentos em que os pais exercem a presença parental.

A dimensão do *conhecimento e compreensão* está relacionada com a habilidade perceptual dos cuidadores em reconhecer e compreender as necessidades da criança. Estas podem ser tanto déficits quanto habilidades positivas da criança que devam ser incentivadas. Dessa forma, essa dimensão implica na sensibilidade do cuidador em interpretar, através do comportamento e estado da criança, de que forma deve intervir adequadamente. A maneira que o pai responde às necessidades do filho tem grande influência de sua própria criação e da cultura na qual a família está inserida. Cabe aos pais conhecerem e avaliarem os riscos que estão presentes nos contextos nos quais a criança participa, levando em conta seus conhecimentos sobre a criança e também o conhecimento cultural, para que dessa forma possam intervir adequadamente nas situações. Devem avaliar ainda o impacto de suas intervenções, verificando se foram efetivas, se solucionaram o problema, se obtiveram os resultados esperados. Essa avaliação se torna cada vez mais complexa com o passar dos anos e maturidade do filho (Hoghughi, 2004).

A dimensão *motivação* é muito relevante para o modelo de Hoghughi (2004), uma vez que não basta apenas conhecer e compreender o estado da criança, é também necessário agir a respeito. A *motivação* envolve o desejo e compromisso dos pais com a criança, sendo o motor das atitudes tomadas por eles para garantir o melhor que podem para o bem-estar dos filhos. Conceito muito subjetivo, a *motivação* ainda é um mistério a ser melhor desvendado pela psicologia, e a atitude motivada depende de vários aspectos, como no caso da parentalidade, que vai estar relacionada ao desejo de ser pai, ao relacionamento conjugal, às pressões culturais, ao apoio da família e comunidade, bem como do próprio suporte pessoal do cuidador (Hoghughi, 2004).

A dimensão dos *recursos* para a parentalidade, de acordo com Hoghughi (2004), implica um conjunto de diferentes aspectos necessários aos cuidadores, para que estes possam proporcionar e implantar na educação e criação de seus filhos. Hoghughi (2004) subdivide os *recursos* em: qualidades parentais, características da personalidade dos pais que podem auxiliar nas interações entre estes e seus filhos; competências parentais, que são adquiridas ao longo da vida, podendo ser adquiridas formalmente, em aulas, cursos, etc., ou informalmente, pelas próprias experiências dos pais com seus filhos e pela observação de outros pais; redes sociais, que auxiliam no desenvolvimento de qualidades e competências parentais pela interação e responsividade com outras pessoas que se caracterizam como rede de apoio da família; e recursos materiais, que envolvem os recursos mínimos de sobrevivência e desenvolvimento da criança, como alimentação, vestimentas, remédios, etc.

Por fim, a última dimensão dos Pré-Requisitos que Hoghughi (2004) apresenta é a *oportunidade*, que se refere às chances que os pais têm no dia-a-dia de exercerem a parentalidade, e está intimamente ligada ao tempo que o cuidador passa com a criança. Assim, a dimensão oportunidade diz respeito ao período e disponibilidade dos cuidadores para conviver e interagir com a criança, embora Hoghughi (2004) chame a atenção para as mudanças ocorridas no contexto social ao longo das últimas décadas, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, o que colaborou com alterações no funcionamento das famílias tradicionais. A mãe que culturalmente exercia o papel de principal cuidadora dos filhos, passou a ter cada vez mais tempo de trabalho, e conseqüentemente, menos tempo com a criança. Dessa forma, o autor avalia que enquanto a mãe e o pai trabalham, as crianças passam a receber cuidados de babás ou a ocupar outros espaços, como creches ou escolas, tendo um aumento da estadia destas nesses ambientes em período integral, refletindo no tempo de interação entre pais e

filhos. Enquanto essas outras interações da criança com pessoas e o ambiente em que vive estimulam aspectos de seu desenvolvimento, é primordial considerar que estes não excluem a importância da convivência com a família, sobretudo com os pais.

Observando todos esses elementos necessários à função parental, é possível perceber como o desenvolvimento infantil e a relação parental são processos complexos, dependentes de interações bidirecionais entre criança-cuidador, bem como da cultura sobre cuidados presentes na sociedade. Dessa forma, diversos elementos estão combinados e são necessários na construção da parentalidade.

1.3. Parentalidade e Adoção

Ao realizar uma breve análise histórica sobre o contexto do abandono de crianças no Brasil, Weber (2008) constatou que o início dessa prática foi introduzida no país pelos europeus desde a colonização, uma vez que o povo indígena não apresentava tal prática em sua cultura. Como consequência, foi preciso criar leis e instituições que oferecessem alguma assistência a essas crianças (Weber, 2008).

Remetendo-se à prática exercida desde o período da colonização no Brasil, o acolhimento de crianças abandonadas nas famílias abastadas era justificado como ato de caridade para com os mais necessitados, por parte da população mais rica. Entretanto, esse acolhimento também visava a obtenção de mão de obra gratuita, uma vez que estas crianças, apesar de serem criadas dentro das casas de famílias, não eram tratadas da mesma forma que os filhos biológicos, tendo como função a obrigação de auxiliar nos serviços domésticos (Paiva, 2004, apud Maux & Dutra, 2010).

Como medida de proteção ao bebê e às mães que desejavam entregar seus filhos, foi instaurada no Brasil, de acordo com moldes europeus, a chamada *roda dos expostos*, também conhecida como *roda dos enjeitados*. Esta era uma porta giratória presente na

parte exterior de instituições de caridade, onde as crianças eram abandonadas, sem que as mães fossem reconhecidas. Tinha como objetivo a diminuição de abortos e de abandono de bebês pelas ruas, local em que muitas vezes vinham a falecer de fome e frio antes que fossem encontrados, embora se saiba que mesmo entre as crianças acolhidas, grande parte não sobrevivia a esse dispositivo de proteção (Ferreira e Carvalho, 2002, apud Camargo, 2005; Marcilio, 2011). Tal prática teve início no Brasil no século XVIII e durante um século e meio foi praticamente a única ação de proteção à criança abandonada, sendo extinta apenas em 1950 (Marcilio, 2011).

A primeira instrução normativa sobre a temática da adoção foi publicada no Brasil pela Lei 22 de setembro de 1828 (Maux & Dutra, 2010), presente no artigo 2º, parágrafo primeiro, que orientava os juízes a *conceder cartas de legitimação a filhos ilegítimos, e confirmar as adoções* (Brasil, 1828). Porém, é apenas em 1916, com a elaboração do Código Civil, que o tema é inserido com resoluções mais claras e eficientes no que tangem a legalização da adoção no país, através da Lei 3.071, artigos 368 a 378. Entre estes artigos, pode-se destacar o de nº 375, que discorre sobre a necessidade de um documento, chamado à época de escritura pública, que legitimava juridicamente a adoção. Apesar dessa lei ter sido um marco para a inserção da filiação adotiva no direito, o artigo nº 368 era um dificultador no que se refere à parentalidade adotiva. Nele, era imposto que somente adotantes maiores de 50 anos, que não possuíssem filhos legítimos ou legitimados, tivessem permissão para concretizar uma adoção legal, o que restringia demasiadamente o seu acesso (Weber, 2008). Ainda sobre esse dispositivo, é importante destacar que a adoção poderia ser revogada e que o adotando não perdia o vínculo com sua família biológica (Maux & Dutra, 2010).

Em 1927 foi criado o primeiro Código de Menores brasileiro, que enfatizava questões sobre o abandono, a suspensão do pátrio poder e diferenças sobre o menor

abandonado e o delinquente juvenil. Tal dispositivo, contudo, não contribuía para a questão da adoção e nem para a diminuição do número de crianças abandonadas no país, pelo contrário, apenas tratava da institucionalização como a melhor prática protetiva à criança abandonada (Weber, 2008). Foi através deste código que houve a legalização dos internatos, orfanatos, casas transitórias, etc., e estes passaram a funcionar à partir da década de 30, estando em vigor até os dias atuais (Camargo, 2005).

Foi em 1957, com a criação da Lei 3.133/57, que os casais que já possuíam filhos foram habilitados para o processo de adoção legal. Além disso, foi reduzida a idade do adotante para superior a 30 anos, com diferença de até 16 anos entre adotantes e adotado. Apesar dessas mudanças significativas, o filho adotivo não tinha direito à herança da família, verificando-se ainda a diferenciação existente nas modalidades de filiação biológicas e adotivas (Weber, 2008).

No que concerne à adoção monoparental, o primeiro dispositivo de lei que trata desta modalidade familiar, ainda que de maneira indireta, foi publicado em 1965, Lei 4.655. Esta garantia que, além das pessoas casadas, as viúvas e os desquitados também entrariam no rol legal de adotantes. Outra conquista relevante viabilizada por este dispositivo foi a Legitimação Adotiva, ou seja, os filhos adotivos passaram a possuir quase os mesmos direitos dos filhos biológicos, e estes poderiam romper os vínculos com sua família de origem, o que conseqüentemente tornava a adoção irrevogável. Entretanto, tais medidas eram válidas apenas para casos de adoção de crianças abandonadas até os sete anos ou àquelas em que houvesse o desconhecimento da família de origem (Maux & Dutra, 2010).

Foi em 1979, com a instituição do Novo Código de Menores, Lei 6.697/79, que a Legitimação Adotiva foi substituída pelas modalidades de adoção plena e adoção simples. Enquanto a adoção simples tratava dos casos de crianças maiores de sete anos e

menores de 18 em situação irregular, a adoção plena era referente aos adotandos menores de sete anos, que passaram a possuir os mesmos direitos e deveres que filhos biológicos, possuindo o nome da família adotiva inscrito em certidão de nascimento, e tornando o ato irrevogável (Maux & Dutra, 2010; Weber, 2008).

Mais um avanço com relação à adoção foi instituído através da implementação da Constituição Federal de 1988, artigo nº 227, parágrafo 6º, que declara que *os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação* (Brasil, 1988). Dessa forma, aplica-se a igualdade entre filhos biológicos e adotivos, e ainda entre as próprias divergências entre as modalidades previstas para a adoção.

Em seguida, foi criado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), Lei de nº 8.069, que surge para garantir os direitos e deveres, bem como a proteção integral da criança e do adolescente. A criação do ECA é ainda o mais importante marco no que concerne as leis referentes à adoção, dispondo já no artigo nº 19 sobre o direito da criança e do adolescente à convivência familiar, sendo esta em sua família de origem, e, em último caso, em família substituta. No artigo nº 42 da primeira versão do ECA, presente na seção referente à família substituta e subseção da adoção, indica-se que é possível entrar com pedido de adoção qualquer pessoa maior de 21 anos, independentemente do estado civil.

Em 2009 outras alterações foram feitas na legislação sobre adoção. Em função da discussão sobre o longo tempo de permanência de crianças em instituições de acolhimento à espera de reinserção familiar até que se decidisse pela adoção que, em 2009, foi promulgada a Nova Lei da Adoção, nº 12.010, e o Cadastro Nacional da Adoção – CNA. A primeira teve como objetivo atualizar as leis referentes a adoção, e o segundo foi criado a fim de facilitar a adoção no território nacional, uma vez que este

cruza os dados, presentes nas Varas da Infância e Juventude do país, sobre os perfis de crianças disponíveis para adoção e os perfis de crianças escolhidas pelos pretendentes. Dessa forma, busca-se obedecer a fila da adoção, porém possibilitando aos envolvidos uma maior chance de concretização desse processo (Oliveira Filho & Abreu, 2014).

Através da Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009), modificou-se a idade do adotante, sendo esse passível de realizar uma adoção a partir dos 18 anos, conquanto o adotante seja pelo menos 16 anos mais velho do que a criança, independentemente se este é solteiro ou casado. No artigo de nº 19, a Nova Lei da Adoção dispõe da obrigatoriedade de reavaliação dos casos de crianças e adolescentes institucionalizados no prazo de seis meses, podendo ser estendido até 24 meses. A esse respeito, impõe-se a necessidade de se decidir o mais rápido possível pela reintegração familiar ou pela adoção. Dessa forma, as adoções são centralizadas no âmbito jurídico, acompanhadas e operadas pelos membros do judiciário, sendo estes juízes, promotores, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros membros envolvidos no processo, e sua concretude e celeridade depende da atuação desta equipe multidisciplinar (Oliveira Filho & Abreu, 2014).

Quando o caso é reavaliado pela equipe jurídica e o juiz determina a destituição do pátrio poder e encaminhamento da criança para família substituta, o adotante presente na fila da adoção de sua comarca, cuja criança preencher os requisitos do perfil desejado, será acionado e a adoção será viabilizada (Brasil, 2009).

Com relação ao benefício legal da licença e salário maternidade/paternidade nos casos de adoção, Segalin (2013) e Silva Junior e Severino (2013) apontam a evolução nas leis até que tal direito contemplasse também as famílias adotivas. A implementação da licença-maternidade na legislação data de 1988, e teve início com a Constituição Federal (Brasil, 1988), disponibilizando a licença-maternidade apenas para mães

biológicas. Em 2002, com a aprovação da Lei 10.421 (Brasil, 2002), tal licença foi instaurada também para mães adotivas, porém, nesses casos, a licença tinha seu período fracionado de acordo com a idade do adotado, com licença integral de 120 dias para adoções de crianças menores de um ano de idade; licença de 60 dias para crianças entre um ano e quatro anos de idade; e período de licença de 30 dias para crianças de quatro a oito anos. Embora a licença-maternidade adotiva tenha sido alcançada com essa lei, em contraste com o que ocorria com as mães biológicas, a mãe adotiva não possuía o direito de permanecer recebendo o benefício do salário durante a licença, prejudicando o rendimento financeiro da família.

Através da Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009), Lei 12.010, a licença-maternidade adotiva foi equiparada à licença-maternidade biológica, garantindo os 120 dias de licença para ambos os casos. Ainda assim, para que pudesse usufruir do salário-maternidade pelo tempo integral da licença, a mãe adotiva precisava se valer de mecanismos judiciais para obter tal benefício, uma vez que este não estava explícito nas alterações da lei, não valendo para as diretrizes do Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, órgão que regulamenta tal questão (Segalin, 2013).

Apenas no ano de 2013, com a implementação da lei 12.873 (Brasil, 2013) foi regularizada a licença-maternidade adotiva com direito ao salário-maternidade, garantido pelo INSS. É importante salientar que antes desta lei, a licença-paternidade era conferida apenas em casos excepcionais no contexto brasileiro, como na morte da esposa, complicações no parto, adoções monoparentais e homoparentais masculinas (Silva Junior & Severino, 2013), enquanto após a sua promulgação, passa a existir a possibilidade de tanto o homem quanto a mulher solicitar a licença/salário maternidade/paternidade, ficando a critério da família a escolha do membro a assumir os cuidados da criança nos 120 dias de licença garantidos (Brasil, 2013).

Dessa forma, é possível perceber ao longo do tempo a implementação de mudanças constitucionais que abarcam as necessidades contemporâneas no âmbito do direito da família. As próprias leis que solidificaram a filiação adotiva, equiparando-a à filiação biológica, garantiram também que as leis referentes aos direitos das crianças e adolescentes fossem atendidas, uma vez que a adoção tem como intenção proporcionar à criança a convivência familiar, em outras palavras, dar à criança uma família.

Sendo assim, a história da adoção da criança começa quando sua família de origem se vê impossibilitada de permanecer com seu filho e assim, a criança é encaminhada para instituições de acolhimento para posterior reinserção familiar ou encaminhamento para família substituta (Otuka, Scorsolini-Comin & Santos, 2009). Uma análise realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2013) sobre o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) revelou que em agosto de 2012 havia no Brasil 28.151 pretendentes à adoção e 5.281 crianças aptas a serem adotadas. Por conseguinte, existe no Brasil uma média de cinco pretendentes para cada criança disponível à adoção. Entretanto, as adoções acontecem de acordo com o perfil preenchido pelos adotantes, que podem escolher entre idade, sexo, raça e problemas de saúde da criança a ser adotada.

No cenário atual do país, o maior desencontro para a efetivação da adoção se encontra na questão da idade pretendida da criança. Enquanto a maioria dos adotantes assinalam preferência por crianças entre zero a cinco anos (92,7%), o número de crianças aptas à adoção que representam esse conjunto é de 8,8%. Quando verificada a preferência entre crianças de zero a dois anos (55,7%), o número de crianças disponíveis é ainda mais restrito, sendo de apenas 3% da totalidade das crianças aptas à adoção (CNJ, 2013). Têm-se constatado, através das preferências apontadas pelos adotantes, que crianças menores de cinco anos possuem maiores chances de serem

adotadas, enquanto crianças maiores de seis anos possuem grandes chances de passarem suas vidas em instituições de acolhimento, alheias ao direito à convivência familiar.

Souza e Miranda (2009) apontam que:

Na adoção encontram-se aspectos objetivos (questões jurídicas) bem como aspectos emocionais (ligados à questões da infertilidade, do abandono, do encontro entre pais e filhos). É preciso que ambos andem juntos para que adoções bem-sucedidas sejam viabilizadas, com aceitação total do filho e plena realização da maternidade e paternidade afetivas (p. 81).

A preferência pela adoção de bebês tem sido justificada pelos pretendentes em diversos estudos pela crença de que bebês não se lembrarão dos eventos pregressos em suas vidas, podendo começar uma vida nova e de fácil adaptação com a família adotiva, esquecendo os eventos ocorridos no passado. Já a adoção tardia, adoção realizada quando a criança possui idade superior a dois anos, é preterida e justificada por participantes em diversos estudos, que sugerem que estas crianças possuem maior dificuldade de adaptação e trazem consigo hábitos considerados inadequados, além de lembranças mais vívidas de seu passado (Giacomozzi, Nicoletti & Godinho, 2015; Morelli, Scorsolini-Comin & Santeiro, 2015).

Uma revisão de literatura orientada por Otuka et al. (2009) destacou que a impossibilidade de se ter um filho por vias biológicas ainda é o maior motivador para a adoção no Brasil, o que corrobora com a disparidade e preferência nas adoções por bebês. Já Costa e Campos (2003) apontaram em seu estudo que mais da metade dos adotantes moradores de Brasília entre os anos de 1998 e 1999 possuíam filhos biológicos. Esses adotantes também se caracterizavam por ter uma média de mais de 15 anos de união entre o casal. Dessa forma, Otuka et al. (2012) inferem que o momento do

ciclo de vida do casal é um fator importante ao se tomar a decisão de adotar uma criança.

Entretanto, Schettini, Amazonas e Dias (2006) e Rodriguez-Jaume e Ruíz (2015) apontam que, com as transformações ocorridas nas configurações familiares nas últimas décadas, também se tem ampliado as motivações da família no campo da adoção, encontrando-se como motivação para adoção tanto a infertilidade do casal quanto o desejo de uma família em exercer a parentalidade. Dessa forma, o cenário brasileiro vem mudando e seguindo a perspectiva orientada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que preconiza a busca de uma família para criança e não uma criança para a família, procurando garantir à criança seu direito à proteção integral e convivência familiar (Machado, Ferreira et al., 2015). Nessa linha de pensamento, as adoções de crianças mais velhas também têm sido incentivadas (Queiroz & Brito, 2013).

Alguns estudos vêm apontando que as características pessoais dos adotantes também são relevantes quando analisadas as motivações parentais para a adoção, apontando que adotantes que solicitavam a adoção de crianças mais velhas apresentavam com maior frequência aspectos como maturidade emocional, altruísmo, desejo pela adoção independente de infertilidade, características parentais estas facilitadoras de criação de vínculos com a criança adotiva, e preditoras de uma adaptação parental adequada (Bicca & Grzybowski, 2014; Ebrahim, 2001; Otuka et al., 2012).

Com relação à adoção de maneira geral, Sequeira e Stella (2014) e Morelli et al. (2015) destacam a importância do trabalho da equipe com os postulantes à adoção na resolução do conflito entre o filho ideal e o filho real, uma vez que a criança que chega à família tem características e comportamentos próprios, que diferem da idealização

imaginada pelos pais. No caso da adoção, a criança ainda apresenta aparência física destoante à do casal. Assim, as famílias podem ser auxiliadas durante o período de adaptação à criança. O trabalho junto as famílias pode auxiliá-las a desenvolver recursos e sentir-se preparadas para aceitar que a criança tem uma história pregressa e características próprias, e acolher, dessa forma, sua subjetividade, investindo na construção de vínculos efetivos entre cuidadores e criança (Machado, Ferreira et al., 2015).

A parentalidade no caso da adoção, especialmente quando a criança é mais velha, se constrói e fortalece com o tempo de convivência. De acordo com a pesquisa longitudinal de Costa e Rossetti-Ferreira (2007), que acompanhou um casal que realizou a adoção tardia de duas meninas, os pais sentiram-se mais seguros de acordo com o tempo, e a parentalidade foi sendo construída no dia-a-dia. Os pesquisadores entrevistaram o casal em três momentos diferentes com o propósito de analisar o sentimento que tinham quanto ao tornar-se pai e mãe. Foi verificado que esse sentimento era construído com o tempo de convívio, que era facilitado pelas características positivas das crianças e dificultado nos momentos de enfrentamento destas aos pais. Durante a pesquisa, a mãe da família ficou grávida e teve o filho biológico do casal. Em seus depoimentos, a mãe, mais que o pai, revelou a facilidade de se sentir mãe da criança gerada por ela, mesmo tendo existido um momento inicial de estranhamento. Foi apontada a diferença entre sentir-se mãe do bebê e o sentir-se mãe das filhas adotivas. Ela explicou que, com o bebê, em pouco tempo o estranho “foi virando uma coisa importante”, e terminou por concluir que deveria ser assim também com a adoção, no entanto, o vínculo foi estabelecido depois de um tempo maior. Infere-se aqui o motivo dessa diferença inicial, já que na adoção tardia a criança é inserida na família já tendo vivências anteriores e uma possível resistência inicial à nova dinâmica

familiar. Junto a isso, existe a adaptação, adequação, e constituição do casal enquanto pais e diversas questões passam a fazer parte das preocupações do casal, como: de que forma se deve educar? Como se fazer respeitar? De que forma sentir-se pai?

No estudo de Merçon-Vargas, Rosa e Dell'Aglio (2011), foram acompanhadas duas famílias em processos de adoção, uma nacional e outra internacional, que se encontravam em período de convivência com as crianças (ambas adoções múltiplas - dois irmãos). Por meio de uma análise qualitativa, utilizando-se de diversos instrumentos como entrevistas, observações e diário de campo, verificou-se o diálogo como instrumento importante na facilitação do vínculo, bem como a delimitação de limites e disciplina. Foi percebido nas duas famílias que o vínculo entre criança e pais foi fortalecido com o passar do tempo, este sendo fundamental para a construção da relação. Com o tempo as famílias foram se adaptando e resignificando os papéis de seus membros. Assim, verifica-se que a parentalidade pode ser desenvolvida e exercida por um adulto em diferentes situações, como na adoção.

1.4. Monoparentalidade

As famílias constituídas por um único cuidador vêm crescendo ao longo dos anos e tiveram um aumento significativo a partir das décadas de 1970 e 1980, com as mudanças sociais, discutidas anteriormente, aumento do número de divórcios, legislações referentes aos métodos contraceptivos e mais recentemente com as mudanças nas leis de adoção ao redor do mundo e o advento da inseminação artificial (Mannis, 1999; Rivas, Jociles & Moncó, 2011; Rubio & Pérez, 2012; Santos & Santos, 2009).

Um bom exemplo desse crescimento é percebido nos dados ingleses avaliados pelo Office for Nacional Statistics (2001, apud Utting & Pugh, 2004), em que foi

constatado um aumento de 14% no número das famílias monoparentais entre a década de 1970 e o ano 2000 no país. Já no Brasil, de acordo com análise realizada por Alves e Cavenaghi (2012) dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no ano de 1992 as famílias monoparentais representavam 13,9% das composições existentes, passando a representar 17,4% no ano de 2009, apresentando um crescimento de 3,5% em 17 anos. Da mesma forma, a família monoparental vem ganhando visibilidade no contexto da adoção. Segundo os dados do Cadastro Nacional de adoção no ano de 2012 analisados pelo CNJ (2013), enquanto 88,1% dos pretendentes à adoção eram casados ou viviam em união estável, os demais 11,9% desejavam realizar uma adoção monoparental, sendo 8,6% destes solteiros, e os 3,3% restantes eram representados por pessoas divorciadas, separadas e viúvas.

As mudanças causadas por uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho também têm relação com o crescimento das famílias monoparentais. Ao investirem em suas próprias carreiras e adiarem seus projetos familiares, algumas mulheres decidem por serem mães numa idade mais avançada, sem necessariamente vislumbrarem um relacionamento amoroso estável. Sendo assim, ao alcançarem estabilidade econômica e laboral, se consideram capazes de assumirem, solteiras, a responsabilidade de cuidar de uma criança e realizarem seus desejos pela maternidade, mesmo que sozinhas (Agoglia & Torralbo, 2015; Jociles & Villaamil, 2012; Levy & Féres-Carneiro, 2002). Nesses casos, os recursos mais utilizados pelas mulheres para comporem suas famílias são a utilização da técnica da reprodução assistida e o processo de adoção (Rivas, et al., 2011).

Também se verifica que as mudanças na concepção e exercício da paternidade abriram caminho para as adoções monoparentais masculinas. Assim, ainda que mais tímida do que a adoção monoparental feminina, que de acordo com o Conselho

Nacional de Justiça (CNJ, 2013) representa 80% das solicitações para adoções monoparentais no Brasil, a família monoparental masculina vem crescendo, uma vez que o homem passou a assumir novos papéis sociais, valorizando o relacionamento entre pai e filho, não apenas como provedor, mas como figura de cuidado. Com isso, independentemente de ter uma parceira, o desejo de ser pai não é limitado por essa situação, e o homem pode se reconhecer como capaz de exercer o papel de pai, mesmo que sozinho (Vieira & Souza, 2010).

Embora as adoções monoparentais realizadas por mulheres ou homens geralmente não envolvam a presença de um parceiro, uma prática ainda rotineira é a adoção realizada por um casal homossexual em que apenas um dos parceiros inicia o processo de adoção, dessa forma, como solteiro. Tal escolha muitas vezes ocorre devido ao receio da não aceitação da adoção por casais de mesmo sexo, já que o processo de adoção perpassa o âmbito legal, tendo estado muitas vezes à mercê da decisão do juiz. Porém, o que se tem observado nas últimas décadas é uma maior abertura jurídica para essa composição familiar em diversos países do mundo, inclusive no Brasil, o que favorece a homoparentalidade adotiva exercida por casais (Costa et al., 2012).

De acordo com Mannis (1999), inicialmente os estudos sobre a monoparentalidade focavam a ideia de déficit da família monoparental, diferenciando-a da família normativa, capaz de oferecer mais recursos às crianças. Mannis (1999), entretanto, desenvolveu estudo no qual, rejeitando essa ideia da família normativa, considerou que a família monoparental era legítima e que deveria ser compreendida em suas particularidades. Em sua pesquisa, entrevistou dez mães solteiras que optaram pela monoparentalidade nos finais dos seus 30 anos e começo dos 40 nos Estados Unidos, se tornando mães por adoção ou por filiação biológica. Nas entrevistas, cinco temas que emergiram frente ao desejo de constituir a família monoparental foram: o desejo de

cuidar de uma criança; o suporte social, composto pela família e amigos; a mentalidade da mulher; a experiência de amor entre criança e mãe; e por fim, a autoconsciência racial, nos casos de adoção internacional e inter-racial.

No estudo de Levy e Féres-Carneiro (2002), sobre a motivação de mulheres solteiras à adoção na cidade do Rio de Janeiro, as duas categorias motivacionais destacadas nas entrevistas das participantes foram o desejo de ser mãe e o medo da solidão. Nesse grupo, composto por 26 mulheres com idades entre 34 e 62 anos, percebeu-se, assim como no estudo de Mannis (1999), uma característica predominante da monoparentalidade: a adoção, bem como os casos de inseminação artificial sem um cônjuge, numa fase da vida em que as mulheres já tinham alcançado a realização profissional.

Nas duas categorias levantadas no estudo de Levy e Féres-Carneiro (2002), *desejo de ser mãe* e *o medo da solidão*, os temas que foram destacados nas entrevistas foram: realização profissional, o cuidar e/ou ser cuidada, o casamento com homem mais velho e o desejo de ampliar a família. Esses temas foram articulados à história de vida das mulheres, uma vez que o trabalho e a realização profissional demonstrou ser uma prioridade em certo momento da vida, em detrimento da realização amorosa ou materna. A categoria *cuidar e/ou ser cuidada*, nas entrevistas, apareceu para algumas participantes como o desejo de maternagem, e para outras como o medo de ficar sozinha, portanto, o medo da solidão. *O desejo em ampliar a família* foi destacado por mães que já tinham filhos biológicos ou adotaram anteriormente; e *o casamento com homens mais velhos* apareceu no discurso de mulheres que já haviam perdido os maridos, os quais não quiseram ter filhos, e de outras que, casadas com homens mais velhos, temiam a falta de companhia e cuidado no futuro (Levy & Féres-Carneiro, 2002).

Já no trabalho qualitativo de Santos, Fonsêca, Fonsêca e Brito (2011), realizado com adotantes solteiros de ambos os sexos, os autores discutiram os desafios vividos na adoção monoparental apontados pelos participantes. Foram estes: o contexto socioeconômico; a existência ou não de uma rede de apoio; o preconceito com adoções por homens solteiros; a necessidade algumas vezes encontrada de contratar babá; e a não aceitação da família em um primeiro momento. Apesar das dificuldades, todos os participantes relataram satisfação com a adoção, estando presente em seus discursos a emoção em exercer a parentalidade e o amor entre pai-filho. Exaltaram a paciência e a determinação como essenciais para superação das dificuldades que apareceram na adaptação da criança à família, bem como do pai à criança. Por fim, consideraram o auxílio psicológico anterior e posterior à adoção essencial, sendo este capaz de ajudar o adotante a lidar com medos e ansiedades relacionados à adoção.

O estudo de Rúbio e Pérez (2012) apontou para a escassez de artigos relacionados à monoparentalidade por opção, levantando que em muitos trabalhos a família monoparental não é diferenciada em suas peculiaridades. Certamente, a análise da dinâmica de uma família monoparental advinda de um divórcio será diferente da de uma família monoparental na qual a mãe ou o pai optou por exercer esse papel sozinho.

O estudo de Smith e Smith (1981) já apontava para o aumento do número de divórcios na década de 1970, resultando no aumento de famílias criadas por um só cuidador. Os autores, que entrevistaram 27 pais solteiros, apontaram para as diferentes formas de organização desta composição familiar: na grande maioria das vezes originada pelo divórcio e, menos frequentemente, por meio da adoção (Smith & Smith, 1981). Dessa forma, é interessante que mais estudos sejam realizados, visto que a família monoparental tem ganhado cada vez maior visibilidade no cenário ocidental. É importante considerar também que, a forma como essa organização familiar tem

origem, resulta em experiências diferentes para os membros da família, que necessitam ser melhor compreendidas.

Sendo assim, um dos aspectos relacionados à composição familiar monoparental que deve ser melhor compreendido diz respeito ao exercício da parentalidade constituída a partir da adoção. Uma busca eletrônica foi realizada nas bases de dados Scielo, PePSIC e IndexPsi com as palavras chave: *adoção e monoparentalidade; adoção e monoparental; adoção e mães solteiras; adoção e pais solteiros; adoção e famílias de pais solteiros*. A mesma busca foi operacionalizada com as variantes em inglês: *adoption e single parenting; adoption e single parents; adoption e single mothers; adoption e single fathers*. Nos dois casos foram utilizados o operador booleano “and”. Foram encontrados nove artigos com essa busca, porém, quando excluídas as repetições e selecionados os artigos que envolviam a temática da monoparentalidade adotiva, apenas dois artigos foram encontrados: o de Levy e Féres-Carneiro (2002) e o de Santos et al. (2011), já apresentados anteriormente. Tal achado ressalta a relevância ao tema do presente artigo, bem como à necessidade de discussão do fenômeno da parentalidade nos casos da adoção monoparental.

A partir dessas considerações, este estudo teve o objetivo de conhecer o exercício da parentalidade em adoções monoparentais, ou seja, adoções realizadas por um único responsável legal sobre a criança, através do discurso dos pais adotivos. Buscou-se investigar nesse estudo: o processo de adoção e a chegada da criança à família; compreender a vivência em família, descrevendo as práticas parentais e laços afetivos presentes na relação entre pais e filhos; e quais foram as estratégias utilizadas por eles para exercerem uma parentalidade suficientemente boa, de acordo com o conceito de Hoghughi (2004). Tal temática é relevante, uma vez que diferentes composições familiares têm se tornado cada vez mais comuns ao longo das últimas

décadas, verificando-se um aumento expressivo no número de famílias monoparentais no cenário brasileiro e mundial, sendo uma das possibilidades de formação da monoparentalidade a adoção por pais solteiros. Dessa forma, esse estudo é importante ao contribuir para a ampliação da compreensão dos desafios e gratificações presentes no cuidado monoparental em famílias adotivas.

2. OBJETIVO GERAL

Investigar como ocorreu a adoção e conhecer e descrever a vivência da parentalidade, do ponto de vista do adulto em famílias monoparentais adotivas.

2.1. Objetivos Específicos

- Investigar como ocorreu a adoção para famílias monoparentais;
- Conhecer e descrever a vivência da parentalidade para famílias adotivas monoparentais considerando as dimensões propostas por Hughghi (2004);

3. METODOLOGIA

A perspectiva escolhida para embasar a presente pesquisa foi a qualitativa, tendo sido utilizada realizado um estudo de casos múltiplos.

Quanto à escolha pela pesquisa qualitativa, Minayo (2001) avalia que:

(...) esta responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (pp. 21-22).

Segundo Günther (2006) a pesquisa qualitativa visa à compreensão subjetiva do participante sobre o fenômeno, sendo o sujeito compreendido em sua totalidade, assim como em sua inter-relação com o pesquisador. Dessa forma, na pesquisa qualitativa com foco no próprio homem, a relação que se estabelece é uma relação entre iguais, já que o que é pesquisado é obtido através da lente e discurso do sujeito e pelo entendimento subjetivo do entrevistador (Nogueira-Martins & Bógus, 2004).

De acordo com Nogueira-Martins e Bógus (2004):

Três são os aspectos que nos permitem caracterizar uma abordagem qualitativa.

O primeiro é de caráter epistemológico, e se relaciona à visão de mundo implícita na pesquisa, isto é, o pesquisador que se propõe a realizar uma pesquisa qualitativa busca uma compreensão subjetiva da experiência humana.

O segundo aspecto se relaciona ao tipo de dado que se objetiva coletar, isto é, dados ricos em descrições de pessoas, situações, acontecimentos, vivências. E o terceiro relaciona-se ao método de análise, que na pesquisa qualitativa busca compreensão e significado e não evidências (pp. 48-49).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa é compreendida em sua percepção abrangente sobre o fenômeno (Holanda, 2006), revelando, através da utilização dos instrumentos escolhidos pelos pesquisadores, aspectos e intensidade dos sentimentos vivenciados pelos participantes, a forma como falam sobre a vida e sobre esses acontecimentos, bem como as análises realizadas por eles sobre o fenômeno e de que forma os entrevistados percebem a implicação destes em seu mundo (Nogueira-Martins & Bógus, 2004).

Sobre este propósito, Alves-Mazzotti (2006) discorre acerca da investigação do fenômeno através do estudo de caso (ou estudo de casos múltiplos), propostas por Yin (1984, apud Alves-Mazzotti, 2006). Nestes casos o investigador deve considerar

fenômenos sociais complexos e pouco explorados, aprofundando o conhecimento na área e focalizando a identificação de categorias e geração de novas hipóteses (Alves-Mazzotti, 2006).

Em relação à esta metodologia, segundo Yin (2015), *é importante considerar os casos múltiplos como se consideram os experimentos múltiplos – ou seja, seguindo a lógica da “replicação”* (p. 60). Dessa forma, ao encontrar os resultados significativos provenientes de análise do primeiro caso, o pesquisador tende a replicar tais dados em entrevistas posteriores, obtendo resultados que se assemelham ou não ao primeiro caso, tornando a análise mais confiável (Yin, 2015). Segundo essa análise qualitativa do fenômeno, através da lógica da replicação e da confirmação de seus resultados, é também possível fazer generalizações para contextos similares (Alves-Mazzotti, 2006).

Dessa forma, a escolha do estudo de casos múltiplos através da perspectiva qualitativa foi adequada para o estudo em questão, que, com base no Modelo da Parentalidade proposto por Hoghughi (2004) e da vivência dos participantes buscou conhecer e descrever o processo de adoção e o exercício da parentalidade monoparental a partir do relato da experiência subjetiva dos participantes.

3.1. Participantes

Na metodologia de casos múltiplos cabe ao pesquisador julgar discricionariamente o número de participantes necessário para obter as informações sobre o fenômeno a ser estudado (Yin, 2015). Sendo assim, este estudo foi realizado com cinco participantes que compunham famílias monoparentais, residentes na Grande Vitória, Espírito Santo. Estes se configuravam enquanto um pai e quatro mães, solteiros, que adotaram a criança sozinhos, permanecendo antes e durante a pesquisa nessa

condição. Ao todo foram entrevistados cinco pais/mães, com idades entre 31 e 56 anos, cujos filhos tinham entre três e doze anos de idade (dois meninos e três meninas).

Foi estabelecido como critério de inclusão que esses pais tivessem pelo menos um(a) filho(a) adotivo(a) com idade igual ou menor a 12 anos na época da entrevista, e que este estivesse com a família há pelo menos um ano. Tais medidas foram adotadas a fim de assegurar que a família estivesse em convivência há algum tempo e já mantivesse uma rotina estabelecida com a criança, minimizando desafios relacionadas ao processo de adaptação. Delimitar a idade do filho adotivo foi importante para assegurar algumas semelhanças em relação às famílias em relação aos processos de desenvolvimento dos filhos, bem como as atividades de cuidado desempenhadas pelos pais, por isso não foi intenção do estudo incluir filhos adolescentes. Foi considerado critério de exclusão pais que não houvessem realizado a adoção legal da criança.

Tabela 1. Descrição dos Participantes

	Arthur	Ana	Alice	Amanda	Angélica
Idade	51 anos	56 anos	35 anos	31 anos	44 anos
Idade época da adoção	(41 anos)	(49 anos)	(33 anos)	(25 anos)	(40 anos)
Escolaridade e Profissão	2º grau completo Assistente de Administração	Nível Superior Funcionária Pública	Pós-Graduação Médica Psiquiatra	Superior completo Assistente de Administração	Nível Superior (Funcionária Pública) e Professora
Renda Familiar	8 salários mínimos (6.000 reais)	10 salários mínimos (7.880 reais)	5/6 salários (4.000 reais)	2 salários mínimos (1.500 reais)	15 salários mínimos (+ 11.800 reais)
Alguém mais auxilia na renda da família?	Não	Não	Sim Pai e Mãe.	Não	Sim. Irmã, pai e mãe.
Religião	Católico	Católica	Espírita	Evangélica	Católica
Etnia	Branco	Misturada	Branca	Parda	Parda
Quantas pessoas moram na mesma casa? Quem são elas?	Duas. Pai e filho. (irmã e cunhado moram no andar inferior)	Duas. Mãe e filho.	Quatro. Mãe, filha, avô e avó.	Duas. Mãe e filha. (Avó mora no andar de baixo do prédio)	Cinco. Mãe, filha, tia, avô e avó.
Filhos biológicos?	Não	Sim. Uma. 25 anos.	Não	Não	Não
Tentativa de inseminação?	-----	Não	Não	Não	Não
Criança:	Caio	Carlos	Cecília	Cíntia	Clarice
Idade	10 anos	12 anos	3 anos	6 anos	4 anos
Idade na adoção	(Recém-nascido)	(5 anos)	(11 meses)	(1 ano)	(2 meses)
Criança adotiva tinha algum diagnóstico?	Não	Não	Suspeita de transmissão vertical do vírus HIV	Não	Hidrocefalia benigna da infância.

3.2. Instrumentos

O estudo teve caráter qualitativo-descritivo, tendo como instrumento para coleta de dados a entrevista. Sobre esta abordagem técnica, Minayo (2001) discorre:

Através desse procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos. Os primeiros podem ser também obtidos através de fontes secundárias, tais como censos, estatísticas e outras formas de registros. Em contrapartida, o segundo tipo de dados se relaciona aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados. (pp. 57-58)

De acordo com Nogueira-Martins e Bógus (2004), a entrevista permite ao pesquisador acesso aos sentimentos e pensamentos do respondente, através de uma relação e interação recíproca entre entrevistador e participante. Assegura ainda uma riqueza de detalhes sobre o fenômeno estudado, com a possibilidade de corrigir o roteiro de entrevista, esclarecer dúvidas com os participantes e adaptar questões, durante e/ou posteriormente à entrevista, garantindo uma melhor exploração das informações pertinentes à pesquisa.

Para o presente estudo foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado, construído especificamente para a proposta aqui apresentada. Alves e Silva (1992) apontam que o roteiro de entrevista semi-estruturado é construído a partir da definição dos núcleos de interesse centrais do pesquisador para o estudo, e deve ser elaborado com questões abertas, de caráter flexível, que evoquem a verbalização de formas de pensar e agir do participante. Sendo assim, o roteiro de entrevista semi-estruturado proporciona ao pesquisador a possibilidade de investigar e explorar o fenômeno durante a entrevista com o participante, bem como garante ao pesquisador que todos os participantes serão abordados sobre as mesmas temáticas. Nogueira-Martins e Bógus (2004) explicam que:

A entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do entrevistado. Este, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. É útil esclarecer que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador mas, também, de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno que interessa. (p. 50)

Dessa forma, para a presente pesquisa, o roteiro de entrevista semi-estruturado foi construído com base em investigações similares realizadas anteriormente com temas referentes à adoção, educação e parentalidade (Chaves, 2002; Schettini, 2007; Borges, 2010; Merçon-Vargas, 2012), bem como na avaliação de fatores considerados necessários para melhor compreensão do fenômeno investigado neste estudo, sendo assim, a própria monoparentalidade, considerando as especificidades do conceito de parentalidade utilizado no estudo (Hoghughi, 2004).

O roteiro foi organizado em blocos de questões considerando os temas: a) caracterização sócio-demográfica; b) processo da adoção; c) rotina e relação com o(s) filho(a)s; d) características do cuidador e do(s) filho(a)s; e) outros contextos. Constatou-se ainda uma questão aberta para ser respondida ao final da entrevista na qual o cuidador poderia complementar ou relatar outras informações sobre a experiência da adoção que considerasse importante. É importante ressaltar que foi realizado o pré-teste do roteiro de entrevista a fim de verificar se o instrumento estava claro e se alcançava os objetivos

propostos pela pesquisa. A partir destas entrevistas foram realizados os ajustes necessários ao roteiro.

3.3. Procedimentos e Considerações Éticas

O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o número CAAE 44931415.7.0000.5542. A pesquisa foi realizada de acordo com as normas previstas na Resolução 010/12 do Conselho Federal de Psicologia e na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelecem padrões para pesquisa com seres humanos.

Na busca por participantes, foram encaminhados Memorandos às Varas da Infância e Juventude das cidades de Viana, Cariacica e Vitória, solicitando aos juízes das Varas em questão indicação de famílias que tivessem as características necessárias para essa pesquisa e que tivessem passado por processos de adoção. Devido à burocracia e morosidade observadas nesse processo, e o retorno de apenas uma Vara com a indicação de uma participante, decidiu-se pela utilização de outras estratégias. Assim, um Convite à Pesquisa também foi divulgado por e-mail e redes sociais (apenas por mensagem privada). A intenção esperada por essa abordagem foi de que aparecessem novas indicações, facilitando o contato e participação na pesquisa. Dessa forma, a pesquisa adotou uma amostra de conveniência (Freitas, Oliveira, Saccol & Moscarola, 2000), sendo a melhor opção no caso deste estudo no qual o acesso aos participantes era mais restrito, por se tratar de um grupo reduzido da população. Foram selecionados então cinco participantes para o estudo de casos múltiplos. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os participantes responderam a um roteiro de entrevista semiestruturado, individualmente e no local e horário de preferência do participante. Por ser extensa, a entrevista aconteceu para quatro participantes em mais de um encontro. Uma das participantes respondeu às questões em apenas um encontro. A menor entrevista teve duração de 88 minutos (Arthur), enquanto a maior se estendeu por 262 minutos (Ana). A média do tempo total das entrevistas foi de 144 minutos, o equivalente a duas horas e 24 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

3.4. Análise de Dados

As entrevistas foram realizadas e transcritas integralmente pela pesquisadora, e analisadas qualitativamente. A análise de dados foi realizada com referencial da *Análise Temática* (Braun & Clarke, 2006). A partir do objetivo proposto pelo estudo, a entrevista construída visava a obtenção de dados sobre a *adoção*, a *parentalidade* e a *monoparentalidade*, sendo estes os núcleos temáticos analisados na presente pesquisa.

Foram utilizadas no processo de análise temática do material tanto a *análise temática teórica*, ao se tentar organizar os dados de acordo com um modelo prévio, sendo consideradas como pré-categorias as dimensões do Modelo da Parentalidade proposto por Hoghughi (2004); quanto a *análise indutiva*, através da leitura exaustiva dos dados e, a partir disso, codificação temática das entrevistas orientada pelos dados presentes nos relatos dos participantes (Braun & Clarke, 2006).

Dessa forma, deu-se início a um processo de leitura atenciosa e minuciosa dos dados, seguido de releitura exaustiva do material integral, e através desse primeiro momento foi realizada uma organização dos dados com categorias já pré-existentes relacionadas às dimensões da parentalidade apontadas no Modelo da Parentalidade de Hoghughi (2004). Nesse momento também foram criadas categorias de acordo com as

temáticas levantadas pelos participantes sobre aspectos da adoção e da monoparentalidade. Sempre que se observava um padrão de repetição de respostas, as entrevistas anteriores eram revisitadas e uma nova categoria era organizada.

Em um segundo momento, foram realizadas repetidas releituras do material organizado nas categorias pré-estabelecidas do Modelo da Parentalidade, e observando os padrões de repetição dos temas presentes, subcategorias foram criadas dentro de cada dimensão pré-estabelecida. O mesmo procedimento foi repetido também com as categorias desenvolvidas sobre adoção e monoparentalidade. Nessa releitura, o material novamente foi dividido em subcategorias temáticas.

Uma vez chegada a essa etapa, a organização dos dados foi apresentada ao grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Intervenção com Crianças, Adolescentes e Famílias - NECRIAD, e após as sugestões do grupo foi realizada nova organização das subcategorias baseadas anteriormente no Modelo da Parentalidade em novos núcleos temáticos. Assim, os resultados foram organizados e estão apresentados neste trabalho nos seguintes temas principais; *Processo de adoção; Cuidados básicos; Incentivo, estimulação e desenvolvimento da criança; Educação, disciplina e controle; Disposição para estar com a criança; Rede de apoio familiar; Apoio extra-familiar; Competências adquiridas pelos pais; Experiência da maternidade/paternidade pela via da adoção; Monoparentalidade; Vivência de preconceitos.*

Os resultados foram analisados e interpretados com base na literatura existente sobre as temáticas discutidas e de acordo com o Modelo da Parentalidade (Hoghugh, 2004), conforme sugerido pela análise temática (Braun & Clarke, 2006). A apresentação da discussão está organizada em dois blocos temáticos: *Adoção*, onde foram discutidos os resultados relacionados à motivação, espera e preparo para adoção; a chegada da criança à família; a adoção na monoparentalidade e a vivência de preconceito e

Parentalidade onde os resultados que correspondem às Atividades parentais; Áreas funcionais e Pré-requisitos foram discutidos com base no modelo de Hoghughi.

Na descrição dos resultados, foram atribuídos nomes fictícios a fim de garantir o anonimato dos participantes. Estabeleceu-se que os nomes dos pais e mães adotivos solteiros começariam com a letra A, enquanto as crianças teriam o nome começado com a letra C. Nomes de outras pessoas que apareceram nos relatos também foram alterados.

4. RESULTADOS

A seguir, serão apresentadas informações sobre os participantes e suas famílias sintetizadas na Tabela 1 e posteriormente alguns detalhes do processo de adoção e constituição da família serão descritos para cada caso.

Caso 1. Arthur e Caio

Arthur é funcionário público e tinha no momento da entrevista 51 anos de idade. Quando entrevistado, ele e o filho moravam no andar superior de uma casa geminada, dividida com sua irmã e seu cunhado, que residiam no primeiro andar. Arthur deu entrada no processo de adoção e participou da habilitação em 2002. Conta que, embora tenha passado pela preparação aos 39 anos na Vara da Infância e Juventude, depois disso não foi mais contatado pela Vara. Seu filho adotivo, Caio, foi integrado à família por intermédio de uma amiga que conhecia seu desejo. Ela trabalhava na Bahia e tinha conhecimento de uma criança que havia sido abandonada após o parto. Assim, aos 41 anos Arthur adotou Caio, que, na época, tinha apenas um dia de vida.

Caso 2. Ana e Carlos

Ana é funcionária pública e tinha no momento da entrevista 56 anos de idade. Ana participou de um projeto de apadrinhamento afetivo no Natal de 2006 que propunha acolher crianças residentes de instituições de acolhimento durante as festas de

final de ano. Ela e Marina, sua filha biológica com então 17 anos de idade, acolheram Fábio e Carlos, dois irmãos com sete e quatro anos de idade, na ocasião. Ana devolveu os meninos à instituição de acolhimento na data estabelecida, porém ao se envolver cada vez mais com as crianças, acabou por buscar a família que adotara uma das irmãs dos meninos. Assim, Ana combinou com Fabiane, mãe da menina, uma experiência na qual Fabiane levaria Fábio para casa e Ana, Carlos. Em seguida a essa experiência, as duas mães deram entrada nos processos de adoção dos irmãos e mantiveram contato próximo. Ana adotou Carlos tinha cinco anos e na época da entrevista a criança estava com 12 anos de idade.

Caso 3. Alice e Cecília

Alice é médica e tinha no momento da entrevista 35 anos de idade. Atualmente ela e a filha moram provisoriamente com os pais de Alice, que a auxiliam nos cuidados com a criança. Alice deu entrada com a documentação do processo em 2011, aos 32 anos, e aproximadamente nove meses depois foi contatada pela equipe da Vara sobre a possibilidade de adoção de uma bebê de dez meses, saudável, mas que realizava acompanhamento médico por ser filha de mãe usuária de drogas e portadora do vírus HIV. Após realizar os trâmites legais, em menos de duas semanas conseguiu a guarda provisória de Cecília. Assim, adotou a filha aos 11 meses de idade.

Caso 4. Amanda e Cíntia

Amanda é funcionária pública e na época da entrevista estava com 31 anos de idade. Amanda e sua filha Cíntia, que estava com seis anos na ocasião da entrevista, moravam em um apartamento no andar superior ao apartamento da mãe, em um edifício da família. Ao passar em um concurso público aos 22 anos e alcançar estabilidade financeira, Amanda deu entrada com a documentação para o processo de adoção. Três anos depois recebeu uma ligação da Vara da Infância e Juventude para conhecer Cíntia.

A criança foi apresentada à Amanda, que a visitou por dois meses na Instituição de Acolhimento antes de receber sua guarda provisória. Amanda adotou Cíntia ao completar um ano de idade, e desde então sua mãe a auxilia com os cuidados com a criança.

Caso 5. Angélica e Clarice

Angélica é funcionária pública e professora, e estava com 44 anos de idade na época da entrevista. Mãe e filha dividem residência com a avó, o avô e a tia, que é a madrinha da criança. Angélica contou ter dado entrada com processo na Vara da Infância e Juventude aos 39 anos de idade. Um ano depois foi contatada pela Vara da Infância e Juventude para conhecer Clarice, que estava com dois meses de vida. A criança encontrava-se no hospital e tinha o diagnóstico de hidrocefalia benigna da infância, tendo realizado uma drenagem cerebral. Segundo Angélica, foi exposto a ela que a intervenção poderia afetar o desenvolvimento da criança. Para evitar seu acolhimento, a equipe conseguiu adiantar o processo de guarda provisória para que Clarice fosse levada direto do hospital para casa. Na ocasião da entrevista Clarice estava com quatro anos, e nenhuma sequela da intervenção sofrida no passado.

4.1. PROCESSO DE ADOÇÃO

4.1.1. Motivação, a espera e o preparo para a adoção.

O processo de adoção tem início a partir da motivação de uma pessoa/casal que tem como intuito tornar-se pai/mãe adotivos de uma criança. Porém, as motivações para realizar a adoção podem ser diversas e tem relação com as histórias pessoais de cada um (Ebrahim, 2001; Giacomozzi et al., 2015; Gondim et al., 2008; Oliveira, Magalhães & Pedroso, 2013). Para os participantes deste estudo o desejo de ser mãe/pai, de constituir uma família, de dar continuidade à própria família, de compartilhar a vida e participar

do desenvolvimento de uma criança foram motivações descritas para a adoção. Apenas em um dos casos a vontade de adotar foi incentivada pela convivência anterior com a criança.

Uma vez decididos pela adoção, os participantes relataram sobre a espera após realização do cadastro e destacaram a necessidade de se preparar financeiramente e psicologicamente para a chegada da criança. Os motivos que levaram os participantes das famílias monoparentais a adotar, a espera e o planejamento e preparo para concretização desse desejo serão descritos com mais detalhes a seguir.

Quatro dos cinco participantes descreveram que a motivação para entrar com o processo de adoção foi o desejo de exercer a paternidade/maternidade. A adoção foi a forma encontrada pelos participantes para concretizar o seu desejo de constituir uma família e ser pai ou mãe. Em um dos casos, uma dificuldade biológica fortaleceu esta decisão. O participante do sexo masculino relatou que, uma vez que a paternidade não havia se constituído pela via biológica, a adoção se tornou a melhor opção para constituir a família que desejava. Para outra participante o fato de ter ovários policísticos desde a adolescência e de ter sido informada que para se tornar mãe biológica precisaria de tratamento medicamentoso, foi decisivo para considerar que se tornaria mãe pela via da adoção. Outras duas participantes, mesmo não tendo impedimentos biológicos, consideraram que a adoção seria, dentre as possibilidades existentes para terem um filho sozinhas, a mais adequada.

[...] como eu não tinha pretensão da gestação, eu não tinha um impedimento de ter uma gravidez, então eu não busquei na adoção uma forma subsidiária de ser mãe, a adoção era o meu desejo pelo exercício da maternidade, eu não estava sendo mãe por adoção porque eu não podia ser mãe biológica, eu estava sendo

mãe pela adoção porque eu queria ser mãe via adoção, a minha expectativa foi muito positiva com relação a ela. (Angélica)

Porém, para uma das participantes, a motivação veio através dos laços estabelecidos pela convivência com a criança ao levá-la para passar o Natal em casa.

[...] na verdade eu não tinha plano nenhum de adotar, é... eu conheci o Carlos a partir de um projeto de apadrinhamento afetivo no juizado de Vila Velha [...] Então o processo foi um pouco inverso, assim... é, depois que eu conheci o Carlos é que eu, começou a, dentro de mim, nasceu o desejo de tê-lo como filho. (Ana)

Em relação à espera, depois de realizado o cadastro, três mães descreveram que a espera pela criança no processo de adoção desencadeava uma sensação que consideraram como próxima a de uma gravidez.

[...] você fica naquela expectativa, igual de uma gravidez, eu imagino... só que a qualquer momento! Podendo ser uma gravidez curta ou uma gravidez muito longa [...] e acabou que foram mais ou menos 9 meses mesmo pra Cecília chegar. (Alice)

Quando eles falam que você está habilitada, que você vai lá pegar a certidão, você ganha uma certidão, né, 'Tá, agora eu estou tentando engravidar, vamos ver quanto tempo vai durar essa gestação'. (Amanda)

A respeito do planejamento e da preparação para a adoção, apenas dois participantes mencionaram ter participado de curso de adoção e palestras depois de realizado o cadastro. Contudo outras formas de preparação foram consideradas importantes pelos participantes. Três mães relataram que a partir do momento que decidiram pela adoção, buscaram planejar e se preparar para exercer a maternidade e para receber a criança. Uma das participantes contou que, desde o início de sua decisão,

seu plano previa entrar com o pedido de adoção apenas quando estivesse com sua casa própria mobiliada e em um emprego fixo.

[...] Aí eu olhava para aquela casa de três quartos, tudo mobiliado, tudo bonitinho, tudo certinho, eu ‘Gente, só está faltando uma criança aqui para alegrar’. (Amanda)

Além da organização financeira e do ambiente material, as participantes mencionaram que era preciso ter preparação psicológica e emocional para receber e lidar com a criança. Uma das mães considerou que a adoção envolvia um planejamento anterior comparado ao da inseminação artificial, que possibilita o preparo do ambiente físico e o amadurecimento da ideia antes da chegada da criança.

[...] eu entendo que na adoção você tem que ter, assim... como numa inseminação artificial, né, você tem que ter as coisas muito mais planejadas porque eu tenho a oportunidade de fazer isso, é diferente de uma gestação que seja inesperada, então numa adoção ela não é inesperada, você se planeja pra tanto, então esse planejamento talvez ficou em torno de uns dois anos mais ou menos, o amadurecimento e a organização sócio-familiar pra chegada da criança. (Angélica)

Além desses aspectos, a preocupação em se instrumentalizar para conversar sobre a adoção com a criança foi apontada por essa participante como parte da sua preparação:

[...] minha busca na época foi muito mais por construir elementos agora para contar sobre a adoção [...] então eu procurei livros que tratassem sobre adoção, para crianças, filmes que tratassem sobre a adoção, para crianças, para que eu pudesse já familiarizar a minha filha com a situação dela. (Angélica)

4.1.2. Processo de adoção e chegada da criança.

O processo de adoção ocorreu de forma singular para cada um dos cinco participantes. Essa categoria reúne a experiência vivida pelos pais ao realizar o processo de adoção, desde o cadastro e habilitação na Vara da Infância e Juventude até a guarda provisória e definitiva. Foi considerado ainda o atendimento e preparo desenvolvido pela equipe técnica e as críticas e elogios dos pais ao processo. Com exceção de uma participante, todos os pais começaram o relato destacando inicialmente terem dado entrada com a documentação nas Varas da Infância e Juventude. Foram abordadas ainda informações sobre a troca do nome da criança e os receios vividos na espera para finalização do processo.

Duas participantes expuseram que participaram de uma entrevista realizada pela equipe técnica em que puderam sanar suas dúvidas sobre o processo de adoção e foram questionadas sobre o desejo de adotar, passando também por uma avaliação financeira. Uma delas destacou ter sido alertada pela equipe técnica sobre as possibilidades de preconceito que poderia vivenciar, caso viesse a adotar uma criança negra, uma vez que não tinha preferência racial, bem como da dificuldade em exercer a maternidade sendo uma mãe solteira. A outra participante expôs a preocupação da equipe técnica com sua idade ao dar entrada com o processo, pois tinha 21 anos de idade. Em comparação com outros participantes, informou que teve um número maior de visitas da equipe técnica à sua casa.

[...] acho que uns 15 dias depois, marcaram essa entrevista, eu fui lá, com uma psicóloga e com a assistente social, fizeram uma entrevista, simples, sobre a minha vontade, porque que eu queria, se eu sabia das dificuldades de ser mãe sozinha... né, a questão de eu não ter seleção de cor, raça, ela me orientou bem sobre isso, sobre o preconceito, não meu, mas que poderiam vir... se eu tava

preparada... me orientou sobre um curso, que a gente teria que fazer, que eles chamam de pré-natal, que eu fiz, e me orientou sobre o processo... que sairia primeiro a habilitação... porque eu não tinha a menor ideia de como que funcionava. (Alice)

Todos os participantes relataram que buscavam a Vara da Infância e Juventude com frequência e disseram que essa atitude foi essencial para que tivessem novas informações e agilidade em seus processos de adoção. Outra questão destacada por três participantes foi a respeito da necessidade de contratação de advogado quando surgiu a criança, necessidade essa que não era conhecida por duas das pretendentes. Contudo, uma dessas participantes comentou que depois que a criança foi para casa com a licença para passar um feriado com a família, toda a burocracia que enfrentou anteriormente deixou de existir e ela não foi mais acionada pela Vara da Infância. Ela mesma teve que se reportar à Vara da Infância para solicitar a guarda definitiva.

[...] tem muita coisa que eu só fui saber depois, por exemplo, que eu ficaria com a guarda provisória de seis meses, que eu teria que entrar com advogado, valores de advogado [...] (Alice)

[...] então quando eu fui buscá-lo para passar o carnaval, que eu só tinha licença para isso, e eu fiquei com essa licença para passar o carnaval até quando saiu a adoção definitiva, isso que eu estou te dizendo, ninguém nem formalizou outra coisa, né [...] (Ana)

Dois entre os cinco participantes contaram que participaram do curso de adoção desenvolvido pelas equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude como preparo específico para o processo de adoção, envolvendo palestras sobre o tema. Uma das participantes explicou que era um momento em que a equipe e outros pais, que já haviam realizado a adoção, alertavam os futuros pais de outras questões que envolvem a

essa realidade. Apesar de não terem participado do curso de adoção, duas mães expuseram que eram convidadas com frequência pelas equipes para dar depoimento nos cursos que acontecem para os adotantes. Três participantes consideraram as informações práticas do curso importantes, além de um momento de partilhar histórias e trocar experiências. Outra participante, embora não tenha mencionado o curso, trabalhava na área e fazia parte da equipe técnica que desenvolvia essa atividade na sua comarca.

[...] as psicólogas, elas traziam pessoas de fora para falar sobre o processo de adoção, a questão do preconceito [...] o curso é muito sobre isso, sobre o resto. Sobre o que envolve uma adoção... Então foi muito bacana, foi muito importante para mim. (Alice)

[...] agora eles até me convidam para fazer esse encontro com os pais que estão querendo adotar, eu já tenho ido mais para contar a minha experiência e o meu processo, mas esse tipo mais formal eu não fiz. Não tinha na minha época não. (Ana)

A respeito da chegada da criança, três participantes relataram que receberam uma ligação da Vara da Infância e Juventude e foram informadas pela equipe técnica sobre a existência de uma criança disponível para a adoção. Dados da criança foram descritos, como histórico, idade e problemas de saúde. No caso de duas mães, estas haviam preenchido no perfil a disponibilidade em adotar crianças portadoras de necessidades especiais ou problema de saúde. Quando surgiu a oportunidade de adoção, uma das crianças realizava tratamento para evitar a transmissão vertical do vírus HIV, por ser filha de uma portadora do vírus, enquanto outra tinha o diagnóstico de hidrocefalia benigna da infância. A participante que adotou esta criança relatou ter

buscado a filha no mesmo dia, no hospital em que a criança estivera realizando o tratamento necessário para o seu diagnóstico.

[...] ela chegou toda cascudinha, né, a cabeça toda cheia de sujeirinha, com uma roupa horrorosa, eu nunca vi nada tão feio na minha vida, com a carinha bochechuda, com o rostinho de síndrome de down, tem uma foto dela então que ela tem toda os traços de síndrome de down, e aí levei "Minha, é essa criança".

[...] liguei para casa e falei "Olha, tá chegando", então todo mundo teve que sair correndo pra poder fazer as coisas. (Angélica)

As outras duas participantes relataram que foram no dia seguinte à ligação da Vara da Infância e Juventude à instituição de acolhimento em que as crianças se encontravam para conhecê-las. Uma das mães contou que perguntou à assistente social qual era o procedimento a ser feito para que fosse mais rápida a liberação da criança, e só então foi informada pela equipe que deveria contratar um advogado e dar entrada com o pedido de adoção, enquanto a outra mãe não mencionou ter realizado esse trâmite. A primeira criança foi liberada em dez dias e a outra após um mês.

[...] ela me ligou, falou que tinha uma criança me esperando, isso era nove horas da noite. Sete horas da manhã eu já estava lá na porta do abrigo, 'eu quero conhecer minha filha'. [...] No outro dia de manhã eu já estava com Cíntia. (Amanda)

Já o participante do sexo masculino não foi mais contatado pela Vara depois de ter realizado o cadastro, e após um tempo optou por buscar ajuda de uma amiga em outro estado para conseguir a adoção. Foi quando recebeu a ligação informando-o sobre o nascimento de uma criança que estava disponível. Contou ter feito uma compra básica para recém-nascido e partido imediatamente, em uma viagem de seis horas. Conheceu o filho quando ainda tinha 22 horas de vida. Procurou o juiz no Fórum e realizou os

trâmites necessários para a liberação da criança. Inicialmente o juiz indicou que o menino deveria ir para uma instituição de acolhimento, mas o participante explicou que a mãe de sua amiga conseguiu, através de alguns contatos na cidade, a liberação imediata. Depois de uma semana de retorno à casa o participante procurou a Vara da Infância e Juventude da sua região para legalizar a adoção do filho, processo que durou três anos.

[...] Aí o juiz me chamou e falou, 'olha, ele vai ter que ir primeiro pro abrigo...' e ele nos meus braços já. Aí minha filha... Chorei... falei 'não, não, vou sair com ele daqui, não pode fazer isso comigo' aí, como a mãe dessa minha amiga também tem contatos lá, como é uma cidade pequena, aí ela deu uma empurrada e o juiz liberou. (Arthur)

Dentre os cinco participantes, três deles optaram por modificar o nome da criança anterior à adoção, enquanto duas participantes escolheram por mantê-lo. Nos três casos em que o nome da criança foi modificado elas tinham menos de um ano de idade. A escolha do novo nome foi justificada pelos pais pela intenção de: fazer uma homenagem à pessoa que ajudara a concretizar a adoção; começar uma nova história da criança ao lado da mãe; passar para a criança um simbolismo de pertencimento presente no significado do novo nome escolhido. As duas participantes que mantiveram o nome da criança justificaram essa escolha argumentando que a criança já tinha um nome e já se identificava com ele.

[...] o nome dela era Helena... e eu gostei do nome, Helena... mas aí eu pensei, né... e... achei que era uma nova história pra ela... então acho que a gente podia começar do zero, e aí eu falei não, eu vou botar Cecília. (Alice)

[...] aí quando eu cheguei eu chamei ela por Cíntia e ela olhou... então eu olhei assim, 'não, a minha filha já tem nome, o nome dela é Cíntia, eu adoro, é lindo, e é esse mesmo'. (Amanda)

Em relação às dúvidas e aos anseios durante o processo, os participantes relataram medos, inseguranças e angústias tanto relacionados ao processo de adoção como a respeito de suas próprias competências para cuidar de uma criança. Alguns aspectos destacados foram: o medo de não ser capaz de cuidar da criança sozinho(a); medo das demandas da criança; medo de como e quando surgiria o sentimento de amor pela criança; medo de possíveis preconceitos que a criança poderia enfrentar por sua constituição familiar e ainda medo e insegurança sobre a efetividade do processo de adoção.

Duas mães apontaram medos e inseguranças anteriores à adoção, momentos em que se questionavam se teriam as 'competências', 'recursos financeiros' e 'disponibilidade' necessários para acolher e educar, sozinhas, uma criança. Uma delas ainda revelou que o fato de ser solteira a deixava insegura, e contou que se preocupava com relação ao tempo que seria necessário para amar a criança, com o trabalho que ela poderia dar, sobre o temperamento que poderia ter, e dúvidas sobre a sua capacidade em suprir as demandas da criança.

Eu tinha aquela insegurança de saber, será que é um amor instantâneo, será que vou custar a ter amor pela criança... Eu falei, 'Gente, sou eu sozinha', sabe, não era nem o medo de ser uma criança levada, meu medo era ser eu sozinha, sem pai pra me ajudar (...). (Alice)

Quanto à finalização do processo de adoção, sentimentos de angústia foram apontados por três participantes. Foi destacada a insegurança devido à morosidade do processo, adiando o momento de ter a certidão da criança em seus nomes. Os

participantes descreveram tanto o medo da adoção não se concretizar como de a mãe biológica solicitar a guarda da criança.

Aí comecei a minha correria atrás para regularizar, porque eu tinha muito medo, porque se se arrependesse; se quisesse ‘panhar’ de volta, aquela coisa toda. (...). Foram três anos correndo atrás, de noites chorando, não sabendo o quê que ia fazer, com medo de bater na porta, sabe? (Arthur)

[...] ‘Meu Deus, e se acontecer alguma coisa? E se a mãe biológica quiser? E se isso acontecer?’, a cada momento deste você percebe que você é mais mãe ainda e o quanto você sofre, o quanto amar dói, quanto você está envolvido afetivamente por aquela criança desde o começo. (Angélica)

4.1.3. Adaptações entre Pais e Filhos e Mudanças de Prioridade

A chegada da criança à família foi um momento de adaptações para todos os membros envolvidos. No caso da adoção, espera-se que a criança passe por um momento de adaptação ao novo contexto, ao ser inserida em um novo ambiente e participar de interações com novas pessoas e objetos. Da mesma forma, a família acolhe um novo membro, que transforma o ambiente e tem necessidades de cuidados diferenciados e atenção (Segalin, 2013). Sendo assim, os participantes relataram como foi esse ajustamento entre pais e filhos e quais foram as mudanças ocorridas na rotina da família para melhor acolher a criança.

Todos os participantes consideraram que foi fácil a adaptação das crianças à casa e à rotina da família. Quatro dos cinco participantes adotaram os filhos ainda bebês. Em dois dos casos as crianças saíram direto do hospital para a casa da família adotiva, e em outros dois casos a adoção aconteceu quando a criança tinha em torno de um ano de

idade. Nas quatro situações as famílias apontaram que a adaptação foi *tranquila*, uma vez que os filhos não tinham a vivência ou compreensão de uma realidade anterior.

[...] A Cecília foi rindo, se você ver [...]. dormia a noite toda, e ria pra todo mundo, brincava com todo mundo, comia na cadeirinha que a gente deu pra ela, então assim, parecia que já estava com a gente há anos. Que era nossa... porque a adaptação foi muito tranquila. (Alice)

Uma das participantes destacou ter sido alertada pelas cuidadoras da instituição de acolhimento de que a filha era séria e interagiu pouco com outras pessoas e de que teria que se adaptar ao perfil da criança. No entanto, a mãe contou que o início da convivência com a criança em sua casa a surpreendeu, já que na mesma semana a filha sorria e interagiu com todos.

Já para a única participante que realizou uma adoção tardia, a maior adaptação da criança foi para ter flexibilidade em relação às regras impostas anteriormente à ela, enquanto vivia na casa de passagem. Para isso, a mãe disse ter criado com o filho outra rotina, mais *suave e afetuosa*.

[...] a gente foi criando outra rotina, muito mais suave, com mais afeto do que aquele negócio horrível que ele vivia. Por outro lado, ele também, até como uma certa forma de defesa naquele ambiente tão difícil, ele por exemplo, já comia sentadinho na mesa, ele tinha hora para tudo... A gente é que foi quebrando até isso. Mas aí então assim, lá na casa de passagem ele só via televisão não sei em que momento, só via não sei que em tal hora, então foi mais um processo de desconstrução daquela outra rotina do que dificuldade de se adaptar a uma rotina nossa. (Ana)

Embora todos os participantes tenham apontado fácil adaptação da criança à família, estes expuseram ter passado por um momento de transição em que a antiga

rotina foi modificada para atender a nova situação familiar. Três participantes destacaram a licença maternidade/paternidade como um momento importante para a adaptação da família.

Nesses seis meses eu tive esse tempo para mim e pra Cíntia, que eu achei muito importante, mesmo eu não amamentando, mas foi uma mudança para ela e uma mudança para mim também. Então a gente conseguiu se adaptar à nova rotina, consegui se conhecer melhor, eu consegui conhecer Cíntia, conhecer o jeito dela. (Amanda)

Uma participante relatou que a chegada do filho trouxe diversas mudanças com relação às questões práticas do funcionamento da família, uma vez que este já se encontrava em idade escolar e a mãe cumpria jornada de trabalho integral. Depois que essa organização foi estabelecida, demais mudanças na rotina da família foram planejadas sem maiores dificuldades.

[...] mudou tudo, porque como eu te disse, a minha filha mais velha já estava com 17 para 18 anos, entrando na fase de vestibular, né [...] então assim, a gente mudou a rotina prática, teve que ter uma empregada, porque não dava.., eu trabalhava o dia todo, também naquela época, e não dava para deixar o Carlos o dia inteiro em creche particular porque as creches particulares vão até cinco anos, eu não consegui encontrar [...]. (Ana)

Com relação às mudanças de hábitos dos pais, dois participantes destacaram que a maternidade/paternidade provocou uma série de privações em atividades que exerciam antes da chegada da criança, como as saídas noturnas. Contudo, disseram que estavam satisfeitos, uma vez que agora tinham como objetivo estar com os filhos e reconheciam que a criança dependia de seus cuidados. Com exceção da participante que já era mãe biológica, todos os pais relataram que com a chegada da criança suas prioridades

também foram alteradas, destacando que a partir da adoção seu foco, tempo e comprometimento passou a ser com os filhos.

[...] porque eu queria ficar com ela, trabalhava a semana inteira então final de semana eu queria ficar com ela. Parei de sair com os amigos que eu fazia com muita frequência... parei de namorar, parei de malhar... almoçava mais em casa, porque era a oportunidade que eu tinha de ficar com ela (Alice)

[...] você ter alguém que tem uma dependência muito grande de você, né, que... que você seja... crucial na vida desse, como os meus pais foram na minha, isso também faz... também é uma mudança, esse sentimento (Angélica)

Para três participantes a rotina criada com a criança envolvia ainda a participação da família extensa. As mães relataram que essa adaptação ocorreu de forma *muito natural* e que todos se envolveram na elaboração de uma rotina que funcionasse para todos os membros da família.

4.2. CUIDADOS BÁSICOS

Após a chegada das crianças, as famílias apontaram as mudanças ocorridas envolvendo a rotina de cuidados básicos direcionados ao novo membro familiar. Em relação a esse tema são descritos aspectos ligados às práticas parentais com relação às necessidades básicas da criança, como alimentação, higiene, aparência física e rotina de sono.

Os cinco participantes relataram preocupar-se com a rotina de alimentação da criança. Quatro participantes demonstraram essa preocupação desde quando os filhos eram bebês, ao relatarem a fase da alimentação pela mamadeira, e a participante em que o filho foi adotado aos cinco anos apontou ter tido o cuidado em proporcionar a este uma alimentação saudável e ao mesmo tempo respeitar seus desejos por carne vermelha,

uma vez que ela e a filha mais velha mantinham uma dieta vegetariana. Já na rotina atual, todos os pais demonstraram preocupar-se com o que os filhos comiam. Enquanto o café da manhã apareceu como uma refeição compartilhada entre pais e filhos, alguns pais relataram que o almoço das crianças era preparado e administrado por outra pessoa, como no caso de duas participantes em que o almoço era preparado pelas avós, e de outra que tinha a refeição preparada pela funcionária da irmã. Outra participante contou que a criança almoçava na escola. Apenas o participante do sexo masculino relatou que ele e o filho faziam todas as refeições em conjunto.

Todos os participantes expuseram que mantinham participação nos hábitos de higiene na rotina com a criança, como tomar banho, escovar os dentes, colocar para fazer xixi, etc. Três participantes descreveram também que arrumavam a criança para escola e outras situações, penteando o cabelo, colocando a roupa, sapato, etc., diferente dos dois participantes cujos filhos já se arrumavam sozinhos por terem dez e doze anos. Nesses casos, os cuidadores relataram passar e lavar, assim como deixar a roupa para criança vestir.

Quatro participantes relataram ainda manter uma rotina de sono com as crianças, tendo estas um horário específico para dormir e também para acordar, enquanto a outra participante, que dava aula no período da noite em uma faculdade, contou que a filha dormia um pouco mais tarde porque esperava a mãe voltar para casa para deitar.

4.2.1. Cuidados Com a Saúde da Criança

Três participantes apontaram que as filhas foram adotadas com necessidade imediata de atenção médica, e as três relataram que ainda faziam acompanhamento médico periódico até o momento da entrevista, devido a condições clínicas da criança. Uma participante relatou que a filha foi adotada com a saúde muito debilitada, com

quadro de sinusite, rinite e asma, e contou ter se preocupado em inserir imediatamente a filha no plano de saúde, pois havia a necessidade de acompanhamento médico periódico para que fortalecesse o sistema imunológico. No momento da entrevista, a criança já exibia um quadro estável, sem apresentar mais crises de asma.

[...] Eu já peguei Cíntia eu já sabia que ela era extremamente alérgica, super congestionada, que tinha o problema no septo, já fui de cara, já sabia. [...] quando vinha o inverno, tinha duas, três crises de asma, foi diminuindo, diminuindo, agora graças à Deus a gente abandonou a bombinha. (Amanda)

Duas participantes entrevistadas tiveram que lidar com questões mais graves com relação à saúde da criança já no momento da adoção. Uma participante contou que a criança fazia acompanhamento com uma pediatra infectologista desde o nascimento para evitar a transmissão vertical do vírus HIV de mãe para filha, e que outros cuidados eram necessários, como com relação às vacinas ministradas à criança e o leite que esta poderia ingerir. A mãe contou que teria sido necessário realizar esse acompanhamento apenas até a filha completar um ano e meio, porém optou por continuar mesmo depois de ultrapassar a idade exigida.

Já a participante que adotou a criança que tinha o diagnóstico de hidrocefalia benigna da infância, informou que a filha havia realizado uma drenagem cerebral, procedimento que poderia causar sequelas e ocasionar dificuldades em seu desenvolvimento. A mãe expôs que a família procurou estimular muito a criança e buscou assistência de médicos para acompanhar o seu desenvolvimento, e concluiu que, apesar do prognóstico, a criança apresentou desenvolvimento esperado à sua idade e não manifestou danos neurológicos.

Quando questionados sobre a saúde da criança, os principais problemas relatados pelos pais foram gripes, viroses, sinusites e alergias. Três participantes enfatizaram que

os filhos eram crianças muito saudáveis e que não costumavam ficar doentes com frequência, e outras duas participantes apontaram que no momento da entrevista apenas realizavam acompanhamento médico periódico devido a crises alérgicas, com o objetivo de prevenção.

O participante do sexo masculino relatou ter passado por processos mais graves de saúde com a criança. Este contou que em três situações precisou levar o filho ao hospital e que a criança precisou ficar internada: uma vez quando era bebê, situação na qual o pai não soube esclarecer o motivo da internação, outra devido a meningite e por último, uma suspeita de leucemia. Nesses episódios, relatou que procurou a pediatra da criança imediatamente e demonstrou que ficava ao lado do filho, cuidando para que suas necessidades fossem atendidas, e buscando agilizar o diagnóstico e o tratamento.

[...] passei por várias situações, ele teve meningite, fiquei isolado cinco dias eu e ele, dentro de um aquário, dentro do hospital, mas ele não teve sequela nenhuma, graças a Deus. Esse ano agora foi horrível para mim, que em abril apareceu um calombo no pescoço dele, e foi um sufoco... que os médicos estavam achando que ele estava com leucemia. (Arthur)

Quatro dos cinco participantes relataram perceber mudanças no comportamento da criança quando estas estavam para ficar doentes e descreveram como agiam nessas situações. Eles disseram que tendiam a dar mais carinho, e descreveram supervisionar a evolução da doença de perto, dando remédio, verificando a temperatura, colocando a criança para dormir. Apesar de adotar esse comportamento de cuidado com a filha, uma das participantes destacou que em sua família é a avó que assume mais esse papel de *dengar* a neta nesses momentos. O participante do sexo masculino contou que sempre que percebe que o comportamento do filho se altera ele fica atento e caso a criança apresente algum sintoma se comunica com sua pediatra imediatamente ou a leva ao

hospital; e outra participante apontou que nesses momentos fica sentada ao lado do filho, prestando atenção aos sintomas e deixando-o confortável, até que ele melhore.

Eu percebo quando ela está pra ficar doente, tipo hoje, hoje ela acordou chorosa, manhosa... quando ela está pra ficar doente ela fica assim... mas depois volta ao normal. (Alice)

[...] Eu sento do lado da cama e fico até melhorar, assim, quando tá com febre, por exemplo, e aí ele ficava muito abismado, 'mas você ficou aqui até...' ele dormia, acordava eu estava sentada do lado dele. Dormia, acordava, às vezes dava remédio antitérmico, transpira depois, né, 'vamos mudar a blusa, e tal, porque você suou', e ele ficava muito admirado de ver que eu ainda estava sentada ali do lado dele até ele melhorar. (Ana)

Dois participantes associaram manter uma boa alimentação com ter uma boa saúde. Um deles destacou ter ensinado a criança a se alimentar bem e a comer de tudo, o que considerou como sendo positivo, enquanto outra participante apontou dificuldades com a alimentação da filha, situação que causava preocupação à ela e à família.

Todas as crianças apresentaram desenvolvimento físico dentro do esperado para a idade, e apenas uma das crianças apresentava algum comprometimento até o momento da entrevista. Essa criança tinha um quadro de desvio de fêmur, e possuía também uma lesão ocular.

4.2.2. Cuidados Emocionais

Nessa categoria foram organizadas as respostas nas quais os pais descreveram como demonstravam afeto aos seus filhos e se preocupavam com o desenvolvimento psicológico e emocional destes. Foram descritos ainda aspectos emocionais e da personalidade da criança percebidos pelos cuidadores e como lidavam com essas

características dos filhos. Comportamentos dos pais voltados à garantia do bem estar psicológico e emocional dos filhos também foram organizados nessa categoria, como: a revelação para as crianças sobre a adoção e ações para garantir às crianças que se sintam pertencentes às famílias e respeitadas como indivíduos.

Todos os participantes consideraram que os filhos eram carinhosos. As quatro mães descreveram com mais detalhes aspectos do comportamento emocional dos filhos ao chegarem à nova família e posteriores à adoção. Assim como em outros relatos, evidenciou-se o impacto da vida na instituição, no desenvolvimento e comportamento das crianças, e em um dos casos o impacto da hospitalização prolongada, bem como o efeito que a inserção na família teve para estas. Uma participante relatou que a filha foi apresentada a ela como uma criança introvertida, séria e não muito sociável. O que a mãe realmente pode verificar inicialmente. Entretanto, uma vez em casa, a filha se transformou, se tornando sorridente e interagindo com os outros ao seu redor. No momento da entrevista essa mãe contou que a filha era extrovertida, amorosa, alegre e se relacionava bem com outras pessoas.

[...] a gente não esperava que ela fosse ser assim como ela é hoje, parecia uma criança mais introvertida, mais quieta, eu até falei com minha mãe, tinha avisado pra minha mãe e pra minha irmã, 'Ó, não força, né... vai no tempo dela...', mas ela é... totalmente...! O tempo dela foi bem rápido! (Amanda)

Outra participante relatou que a filha, ao chegar à família, já demonstrava ser muito independente, dormindo sozinha, por exemplo, o que chamou sua atenção. A mãe contou que apesar dessa característica da filha, ainda assim realizava algumas atividades como colocar a criança para dormir, dar a mamadeira, mesmo que a filha não aparentasse precisar. A participante descreveu que a criança era carismática, alegre,

espontânea, brincalhona e aberta ao amor. Complementou dizendo que a filha interagiu bem com todos a sua volta, mas que também ficava bem sem companhia.

[...] ela foi e é muito independente, sabe, então a independência dela me chamou muito a atenção, de você botar ela no berço e ela dormir sem ninar, sozinha no berço. Ou de acordar e ficar lá quietinha... (Alice)

Já outra participante do sexo feminino expôs que, apesar do filho ter chegado à família com cinco anos, ele ainda tinha postura de uma criança mais nova, com alguns comportamentos como chupar dedo, fazer xixi na cama, sentar no colo para ser colocado para dormir, comportamentos e situações que ela avaliou como sendo resultado de uma fragilidade afetiva da criança. Contudo, a mãe considerou que essa característica teve o efeito de auxiliar na construção do vínculo entre ela e o filho. Ela mencionou também que o filho apresentava uma gagueira emocional, que deixou de existir após a adoção. Diversas situações que ocorreram ao longo dos anos demonstraram para ela que havia inseguranças no filho: como sua necessidade de agradar a mãe e demonstrar que estava tudo bem, além de necessidade de reafirmar e reconhecer os sentimentos da mãe. Relatou ainda que, no passado, a criança tinha uma tendência de aceitar o que era imposto em grupo para não criar situações desagradáveis, embora esse comportamento já estivesse sendo alterado. De acordo com a participante estes comportamentos e sentimentos estavam sendo trabalhados com o filho em terapia. A participante analisou ainda que a criança tinha uma percepção apurada com relação ao outro, era conciliador, dócil e cordial, e que, apesar dos 12 anos de idade, ainda era muito ingênuo e um pouco imaturo. Entretanto, a mãe afirmou também que o filho era uma pessoa muito positiva, que estava sempre tentando tirar o melhor de suas experiências.

Uma outra participante contou que a filha, que permaneceu no hospital após o nascimento durante uma internação hospitalar prolongada, antes era apática e não costumava chorar quando foi levada para casa. No período em que foi entrevistada, ou seja, após um tempo da criança inserida na família, a mãe apresentou a filha como sendo uma criança sorridente, afetuosa, compreensiva, perceptiva e cuidadosa, que sabia reconhecer quando alguém não estava bem, tendo cuidado para com o outro. Disse ainda que a menina era teimosa e muito determinada, característica que considerou tanto positiva quanto negativa. Afirmou que buscava trabalhar essa determinação com a criança. Concluiu dizendo que a filha gostava de conversar, compartilhar e se fazer presente.

O participante do sexo masculino, embora tenha sido mais sintético no seu relato sobre as características do filho, enfatizou que o menino era uma criança boa, feliz, e que tinha o *coração muito bom*. Na avaliação do pai o filho demonstrava se preocupar e ajudar os outros e era querido por todos.

Os participantes relataram que demonstravam carinho aos filhos na forma de beijos, abraços e *apertos*. Alguns pais apontaram que quando chamavam a atenção e corrigiam os filhos também estavam demonstrando carinho. Todos os participantes relataram trocar experiências afetivas com os filhos, enfatizando a importância e frequência de deixar claro à criança o amor e carinho que sentiam por elas, fator que reconheceram ser recíproco, já que os filhos respondiam a esse carinho e verbalizações da mesma forma.

[...] Não tem um dia que ele não fala, 'pai, eu te amo', hoje eu ouvi duas vezes aqui, sabe, do nada ele pega e fala isso, e eu adoro (...) porque eu nunca ouvi do meu pai, 'eu te amo, meu filho', nunca, e eu falo isso todo dia para ele. (Arthur)

Três participantes contaram que diziam diariamente aos filhos que os amavam. Uma participante relatou que expressava afeto verbalmente ao elogiar a filha e ao demonstrar orgulho e satisfação pelas suas conquistas. Outra participante considerou que ela e o filho possuíam pelo olhar uma forte expressão de afeto, e que assim conseguiam reconhecer o que um e o outro sentiam. Avaliou que essa manifestação de afeto era até maior do que a manifestação de afeto verbal. Uma das mães contou que ela e a filha tinham o hábito de se despedir, na hora de ir para escola, falando 'I love you' e com as mãos faziam a imagem do coração, simbolizando esse sentimento.

[...] Na nossa família toda a gente é muito carinhosa, muito de tato de abraçar, de beijar, é de muito carinho. (Amanda)

Os participantes demonstraram ter atenção e proximidade com os filhos. O participante do sexo masculino afirmou acompanhar de perto e estar sempre de olho no filho. Uma das mães contou que diariamente, ao voltar do trabalho, ela e a filha conversavam sobre os acontecimentos do dia. Disse perceber no dia a dia a segurança que Clarice tinha, não só nela, mas na família e em sua estrutura familiar.

[...] ela tem essas seguranças, com relação a essa estrutura familiar, né..., essa proteção afetiva, né, de presença que a gente tem. Então ela sabe que ela não vai ser esquecida na escola, ela sabe que a gente vai chegar para encontrá-la... a gente busca manter esse sentimento de segurança nela. (Angélica)

Outra mãe relatou perceber que, ao acompanhar a gravidez da tia e o nascimento da prima, a filha começou a apresentar questões sobre o seu nascimento, por exemplo, se ela havia vindo da barriga. A mãe contou que então conversou com a criança, esclarecendo suas dúvidas, e afirmando que mesmo assim havia sido muito desejada. A participante ainda percebeu que após o nascimento da prima a filha ficou mais chorosa e demonstrou ter ciúmes da interação da mãe com o bebê.

Já outra mãe revelou ter percebido com a chegada do filho que o que este precisava não era um ambiente doméstico ideal e anteriormente projetado para o acolhimento de uma criança, mas sim o afeto e vínculo que estabeleceram. Hoje ela relatou que o menino conta tudo que acontece para ela e quer saber sua opinião, uma vez que ele sabe que tem seu apoio.

Ao abordarem diferentes temáticas os participantes demonstraram ter desenvolvido, a partir da relação com os filhos, sensibilidade com relação aos sentimentos das crianças e preocupações em garantir seu bem estar psicológico e emocional.

Ana, que adotou o filho após convivência anterior com a criança, relatou que era sempre muito difícil devolvê-lo à casa de passagem, sabendo ser isso um fator de estresse para a criança. Ao adotá-lo, fez questão de deixar claro para o filho que ele não precisaria voltar mais para a instituição, deixando tudo que a criança possuía até então nesse local e comunicando que começariam a ter as coisas dele agora em casa. Uma preocupação da mãe era à respeito da relação do menino com o irmão, pois este tinha sido a única pessoa de referência do filho até então. A criança sentia muita falta do irmão, o que a mãe procurou solucionar levando o filho em visitas mais frequentes.

[...] apesar de ser um momento diferente, essa relação com o irmão (eu) não queria quebrar, [...] não era uma coisa que precisava acabar. (Ana)

Outra mãe percebia que a filha tinha uma reação emocional negativa quando precisava ficar distante das pessoas com quem tinha vínculos. A mãe morou nos Estados Unidos para estudar e por duas vezes ficou meses longe da criança, que ficou com os avós. Em outra situação levou a filha para outro país, a afastando dos avós. Durante essa mudança de país a criança *ficou rebelde, parou de comer, ficou chorando muito*. A mãe considerou que a reação da filha tinha relação com a vivência do

abandono pela criança e com as adaptações que teve que fazer por ter se mudado várias vezes. Ainda destacou o fato de a filha ter estudado em três escolas diferentes em dois anos, sendo uma em outro país, passando por constante necessidade de adaptação com novos professores, equipe, colegas de sala e também com o aprendizado de outra língua.

A adaptação na escola e outras situações vividas nesse contexto também revelaram a percepção dos outros participantes em relação aos sentimentos dos filhos. O pai contou ter esquecido uma festa de Dia das Mães na escola, e ao chegar para buscar o filho, deparou-se com a criança aos prantos por esse motivo. Relatou que foi marcante perceber esse sentimento do filho, e que, por ser pai solteiro, não deixou mais de ir a nenhum evento escolar da criança. Já a mãe que realizara uma adoção tardia contou que a adaptação da criança na instituição escolar foi difícil. Ela avaliou que filho associava a escola com a instituição de acolhimento e que por isso não queria ficar no local. Outra mãe relatou que foi motivo de estresse para a filha uma conversa que esta teve na escola com um colega de classe, na qual o menino disse que todo mundo tinha pai, e que ela então estaria mentindo sobre não o ter. A criança chegou à casa chateada e a mãe conversou com a filha, esclarecendo suas dúvidas, aproveitando para explicá-la que existem diversas composições familiares.

[...] Pela questão de não ter pai, eu acho que já incomodou ela esse ano, nessa escola, que eu coloquei ela na escola tradicional. Ela chegou um dia bem chateada, falando: - 'Eu não tenho pai'. Eu: - 'Não, Cíntia, as pessoas são diferentes'. - 'Mas o fulano de tal falou que eu estou mentindo, que todo mundo tem pai'. Eu: - 'Não, é porque a mãe dele não soube explicar...', aí eu tive toda uma conversa com ela e ela entendeu, - 'Ah, então ele não sabe?' (Amanda)

A questão da adoção também apareceu como um tema que revelou a preocupação dos pais com a integridade emocional dos filhos. Todos os participantes

demonstraram lidar com a adoção como algo natural e conversar com os filhos sobre isso, esclarecendo suas dúvidas. Duas participantes acrescentaram ter deixado claro para as filhas que foram muito desejadas, e outras duas trabalharam com as crianças a ideia de que não vieram da barriga, mas sim do coração. A mãe que realizou a adoção tardia destacou não ter escondido nada do filho durante o processo de adoção, uma vez que a criança já tinha conhecimento de sua história.

Além disso, todos os participantes relataram que se preocuparam com o sentimento de pertencimento da criança à família e/ou ao núcleo familiar. Três participantes destacaram a importância de ter a certidão de nascimento dos filhos em seus nomes. Outros três ressaltaram a satisfação que sentiram ao perceberem que a criança havia sido incluída na família sem que houvesse diferenças, de forma que ela se sentisse acolhida desde o primeiro momento de convivência.

[...] a gente fez uma festa do papel na escola, levamos bolo e colamos a certidão de nascimento nas paredes de toda a escola [...] todo mundo sabendo que tinha saído o papel e tal. (Ana)

[...] você sentir que aquela criança vai ser respeitada, vai ser vista como um membro efetivo daquela família sem nenhuma diferença em nada, isso é muito bom, eu imaginava sempre que isso fosse acontecer, mas é bom quando você sai do imaginário e entra no real, né [...]. (Angélica)

4.3. INCENTIVO, ESTIMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A categoria *Incentivo, Estimulação e Desenvolvimento da criança* aborda desde a descrição de como os pais avaliaram o desenvolvimento intelectual e motor da criança até a forma como os pais encorajavam, incentivavam e estimulavam os filhos nas práticas educativas diárias. Aspectos como preocupação dos pais com relação à

qualidade da escola, atividades extracurriculares, acompanhamento das tarefas escolares, bem como estimulação através de brincadeiras educativas e acesso a conhecimento foram abordados.

A maioria dos participantes entrevistados adotaram seus filhos ainda bebês, com idade igual ou inferior a um ano. Dois destes participantes adotaram seus filhos recém-nascido e com dois meses, respectivamente, e descreveram o desenvolvimento da criança segundo as competências esperadas para a faixa etária das crianças. Já outras duas participantes, cujas filhas chegaram com onze meses e com um ano, notaram que, ao terem contato com estímulos ambientais e sociais, estas desenvolveram rapidamente competências que antes não faziam parte de seus repertórios.

[...] Ela parece que desabrochou, porque ela começou a conversar, começou a andar, começou a rir... tudo que ela não fazia antes. (Amanda)

A participante que realizou uma adoção tardia relatou perceber que o filho era pouco estimulado enquanto residia na instituição de acolhimento, e considerava que esse fato ainda tinha reflexos no desenvolvimento da criança.

[...] A primeira vez que ele pegou um lápis ele nem sabia que lado que era que escrevia, ou desenhava, e isso até hoje eu acho que reflete muito essa dificuldade que ele tem de aprendizagem, é um reflexo dessa não experiência anterior. (Ana)

A participante descreveu o filho como *dedicado*, *esforçado* e *insistente*, contudo, apesar do esforço para obter um bom desempenho acadêmico, a criança ainda tinha dificuldade para acompanhar o ritmo das demais crianças, o que demandava maior dedicação aos estudos por parte do menino.

[...] a gente é que sabe, ele e eu, que estou por perto, sabe o custo que tem de investimento pessoal dele para isso acontecer, né. Ele tem que investir muito mais do que uma outra criança, talvez. Eu não tenho, não posso ficar

comparando, porque cada um é um, evidentemente, mas ele mesmo reclama disso. (Ana)

Diversos adjetivos foram utilizados pelos entrevistados para descreverem as características intelectuais de suas crianças. Três deles apontaram que os filhos eram *inteligentes*, e dois utilizaram o termo *espertos*. Já outra participante apontou que a filha era *estrategista* e *dedicada*, mostrando-se engajada em alcançar objetivos específicos.

Dois participantes consideraram que os filhos eram muito elétricos, observando traços de hiperatividade nas crianças. Entretanto, consideraram que estas características são *controláveis* e que preferiam as crianças *enérgicas* do que medicadas. Um deles apontou que a criança foi diagnosticada com Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) aos quatro anos, porém o pai optou por interromper a medicação por conta própria.

[...] porque Caio é uma criança muito elétrica, e ele dispersa muito fácil. Eu levei ele até num neuropediatra, e foi constatado na época, ele tinha uns 4 anos, que ele era uma criança super hiper hiperativa. [...] Eu tive uma sessãozinha antes, nesse neuropediatra, que me passou um remédio. Realmente o remédio era assim, o nome... ritalina, então eu dava, de acordo com o que ele mandou. Mas eu senti que ele tomava aquilo, e ele ficava abobalhado... eu preferia ele agitado. (Arthur)

Todos os pais demonstraram cuidado e preocupação com o desenvolvimento dos filhos e evidenciaram oportunizar atividades para que as crianças pudessem adquirir novas competências. Os cinco participantes, ao descreverem a rotina da criança, mencionaram atividades extracurriculares realizadas na própria escola ou em outros espaços, oportunizadas por serem consideradas importantes para o desenvolvimento dos filhos.

Quatro participantes enfatizaram a necessidade de estimulação da criança ao chegarem à família e demonstraram que continuam a se preocupar, oferecendo estímulo constante para auxiliá-los no desenvolvimento. Apenas o participante que adotou o filho recém-nascido não demonstrou que essa era uma preocupação inicial, já que acompanhou a criança em todas as fases do desenvolvimento e participou de todos os processos de estimulação do filho.

Três mães apontaram que em casa as filhas recebiam a atenção e a estimulação de diversos membros da família que interagiam constantemente com elas. Uma das mães ainda destacou que em casa a criança teve contato com o chão, espaço para brincar e se locomover. Outra participante informou que devido ao diagnóstico de hidrocefalia benigna da infância a família disponibilizou para a criança diversos estímulos para prevenirem ou minimizarem qualquer possível sequela que a criança pudesse vir a ter. A mãe que fez uma adoção tardia também enfatizou a preocupação em estimular a criança desde sua chegada à família.

[...] aí ela chegou, não andava, ela tinha 11 meses, mas assim, com duas semanas a Cecília estava andando, porque a gente estimulava, andava com ela, tinha espaço para ela, ela não ficava só no berço, eu acho que ela ficava muito no berço no abrigo, e lá em casa não, ficava no chão, eu tinha uma babá... então a gente estimulou que com duas semanas que a Cecília já estava andando sozinha.
(Alice)

[...] Como demorou muito pra ter essa possibilidade de vivenciar esse tipo de ambiente, de conteúdo, e tal, é como se ele tivesse que permanentemente recuperar um tempo perdido. (...) mas em termos cognitivos, eu não sou especialista nisso, mas me parece que é muito mais difícil de você recuperar isso assim... você tem que diluir ao longo de muito mais anos, pra poder ficar mais

imperceptível essa diferença, é como se precisasse de mais tempo pra esses cinco anos ficarem menos diferente. (Ana)

Além de estimular as crianças com jogos e outras atividades, alguns participantes se referiram à preocupação em proporcionar experiências culturais às crianças.

[...] A gente vai muito ao teatro, [...] sei muito de programação gratuita, vai a concerto de música clássica no Teatro. (Ana)

Com relação à escolha da escola, duas participantes relataram terem procurado escolas com um currículo diferencial. Uma delas explicou que escolheu a escola na qual a filha mais velha havia estudado, pois conhecia a qualidade da instituição e a abordagem que esta tinha com os alunos. Outra participante contou que ela e sua mãe buscaram uma escola que contasse com um currículo que envolvesse atividades extracurriculares.

Apesar de nem todos os pais terem relatado preocupação com relação à instituição escolar todos demonstraram acompanhar e incentivar as crianças com relação à escola. Os participantes assinalaram o apoio às crianças com aulas de reforço, auxílio dos pais e apoio de familiares e outras pessoas próximas nos estudos e tarefas. Dois participantes cobravam das crianças um bom desempenho escolar, dialogando com os filhos com frequência sobre a responsabilidade e obrigação que estes tinham para com a escola e sobre a importância do estudo.

O desenvolvimento da autonomia na criança também apareceu como importante questão para três participantes. As mães demonstraram que se preocupavam em desenvolver a autonomia das crianças de diferentes maneiras, de acordo com a idade e estágio de desenvolvimento de cada um. Para as mães das duas crianças pequenas a autonomia foi descrita como sendo possibilitada pelo respeito à opinião da criança. Em

um caso a mãe também relatou incentivar a criança a desenvolver a argumentação no ambiente familiar.

[...] então o tempo todo se falava, ‘Clarice, quando você quiser você tem que falar o que você quer, você tem que lutar pelo que você quer’, hoje ela luta até demais [...] e hoje ela ‘Eu não quero isso porque isso, isso e isso’, justifica, e ela não vai querer. (Angélica)

Outra participante relatou que incentiva o filho, que já tem doze anos, a realizar algumas atividades por conta própria, como pegar o ônibus num percurso conhecido ou esperar a van escolar na portaria do prédio. A mãe ainda destacou que a criança começou a fazer algumas programações como ir ao cinema sozinho com os amigos da escola, momento em que ela o leva ao shopping e aguarda o término da sessão.

4.4. EDUCAÇÃO, DISCIPLINA E CONTROLE

Nessa categoria os pais apontaram quais são as práticas parentais exercidas a fim de ensinar comportamentos e valores, bem como impor limites aos filhos. Os pais analisaram também como as crianças reagem aos limites.

Em relação às estratégias disciplinadoras, os participantes entrevistados relataram fazer uso tanto do castigo, quanto da punição física, do diálogo e da imposição de limites e regras. Na família de duas participantes, a disciplina era obtida exclusivamente através do diálogo. Elas e os filhos estabeleciam alguns acordos em que a opinião da criança também era levada em consideração, e quando necessário, elas relataram exercer sua autoridade decidindo e expressando o que os filhos deveriam fazer.

[...] Então se ela não quer, por que você não quer? Me convença, né, se justifique. Então às vezes a gente cede, inclusive, a gente muda o que estava

determinado porque ela teve um discurso que nos convenceu. Eu não quero ser ditadora, né, mas tem umas coisas que é não e não, ponto final, e tem outras coisas que ela pode convencer [...] (Angélica)

Com relação às práticas disciplinares, outros dois participantes mostraram-se mais tradicionais, indicando a palmada como principal recurso para obter a disciplina. O participante do sexo masculino explicou que ele próprio foi educado dessa forma e que têm dado certo com o filho. Contudo, relatou também que utiliza o diálogo para explicar e mostrar quando algo é certo ou não, repetindo, se necessário, até que o filho entenda. Já a mãe relatou ter estabelecido como método disciplinador um sistema de contagem, que parte da idade da criança e faz uma referência à quantidade de palmadas que a filha recebe caso não mude de comportamento. Ela considerou, entretanto, que poucas são as vezes que a criança a desobedece ou não ajusta o comportamento quando chamada a atenção.

[...] fico na postura séria, dou a contagem, e se ela não obedecer, eu tiro o chinelo, e dou cinco chineladas na bunda dela. Com um ano era uma chinelada, com dois duas, e ela já sabe (...). Não adianta tentar me convencer, não adianta fazer charminho, que ela sabe... eu cumpro. (Amanda)

Já a quinta participante mencionou utilizar tanto punição física como o castigo e o diálogo como métodos para disciplinar a filha. Ela se considerou *tranquila*, afirmando deixar a criança mais livre, orientando e dialogando sempre que necessário. Porém, afirmou que em situação que a filha permanece desobedecendo, o limite é sinalizado com uma palmada e um castigo, momento no qual coloca a filha no quarto para pensar. Quando a filha para de chorar, dialoga com a criança explicando o motivo pelo qual foi para o castigo, esclarecendo as dúvidas da menina.

Todos os participantes descreveram que suas próprias características afetavam a forma como impunham limites à criança, ou porque eram mais rígidos e isso facilitava o momento de exercerem a autoridade ou porque eram mais flexíveis e precisaram se esforçar para executarem essa função. Uma das mães associou o papel disciplinador ao papel masculino, que ela avaliou que também tem que cumprir, já que adotou sozinha.

[...] eu tenho que fazer a linha da mãe mais dura, porque eu faço o papel de mãe e de pai. (Amanda)

[...] Eu sou protetora, que é o que eu tenho, por conta do limite, eu estou me trabalhando. (Angélica)

Todos os pais descreveram também de que forma os filhos reagiam às imposições de limites. Enquanto três pais descreveram que os filhos reagiam através de provocações, *manha* e *choro*, duas crianças tentavam argumentar e questionar as ordens impostas. Uma participante ainda apontou que a filha testava os limites de sua autoridade indo solicitar à avó o que já lhe havia sido negado pela mãe.

[...] Então ela reage como muitas crianças, ela questiona, ela chora, né, ela fala que ela tem que fazer, faz uns dramas [...] (Angélica)

[...] ela é criança ainda, mas muito esperta, ela chega para uma e tem uma resposta negativa, ela vai fazer a mesma pergunta, vai disfarçar e vai fazer para o outro. E é certeza, você pode ter certeza, cinco minutos depois você tem que estar com a mesma resposta. (Amanda)

Apesar de algumas crianças terem maior dificuldade do que outras com relação à compreensão dos limites, os pais relataram que de uma maneira geral as crianças conseguem compreender, ou pelo menos aceitar as regras impostas. Uma das características observadas nas crianças mais novas foi o fato de obedecerem por entenderem que, caso contrário, sofreriam consequências, como o castigo e a palmada.

Já com relação às crianças mais velhas, os pais apontaram a capacidade de compreensão das atitudes e reconhecimento do comportamento dos pais, muitas vezes não havendo a necessidade de imposição de regras, provavelmente por reconhecerem os limites e entenderem suas implicações.

[...] Eu acho que ele aprende me observando, não extrapola em nada, não é mal-educado, pelo contrário, sabe. Ele aprende umas coisas no colégio, xinga, umas coisas assim, ele sabe que eu não gosto, aí eu chamo atenção, e ele, aquilo ali acabou. (Arthur)

Quatro participantes ainda apontaram a importância de ensinar e desenvolver valores nos filhos. Três deles relataram ser importante mostrar às crianças que devem respeitar as outras pessoas, bem como o que é do outro.

[...] Você gostaria que os outros ficassem mexendo com você?', 'não pai'..., 'então porque você tá fazendo isso com ele? Não é seu amigo?' (Arthur)

[...] porque eu acho que o limite faz com que a criança também entenda valores. O respeito vem do limite. (Angélica)

Outro aspecto também destacado por dois participantes como forma de garantir um bom desenvolvimento para os filhos foi o preparo que eles devem ter para a vida em sociedade. Ambos os pais abordaram a questão da facilidade hoje com que as crianças, de modo geral, obtêm o que desejam, e disseram tentar construir outra forma de lidar com os filhos. Uma participante relatou que tinha consciência de que não deveria dar à filha o que ela quisesse na hora que quisesse, e afirmou que esperava com esse comportamento promover na criança o respeito às dificuldades, além de evitar que a filha se tornasse uma pessoa centralizadora. Já o outro participante disse que conversava com o filho sobre as dificuldades presentes na vida e que as coisas não são conquistadas *de uma hora para outra*.

[...] eu converso muito com ele, que nessa vida é pouco sim e muito não que a gente recebe. Não é um mar de rosas, então a gente tem que aprender, tem que ir construindo na cabecinha dele, sabe? A gente ouve mais não do que sim.
(Arthur)

4.5. DISPOSIÇÃO PARA ESTAR COM A CRIANÇA

Com relação ao tempo despendido com os filhos durante a semana, cada participante descreveu como se desenvolviam as atividades dos dias de semana com as crianças, apontando uma média de horas com que realizavam os cuidados necessários com os filhos. As quatro participantes do sexo feminino relataram que despendiam em torno de 3h a 5h de envolvimento diário com os cuidados com a criança, descrevendo dividir um turno do dia com a rede de apoio, ou no caso de uma participante, com a escola, já que a filha estudava em um colégio integral. Já o participante do sexo masculino descreveu que passava as manhãs e noites com o filho o que somava uma média de 8h de atividades diárias com a criança. O pai relatou que a criança o acompanhava no trabalho, momento em que supervisionava as atividades escolares, dava o almoço e arrumava a criança para o colégio.

Já nos finais de semana todos os participantes relataram que eram reservados para os filhos e estes momentos eram sempre uma prioridade. Além dos momentos em que estavam envolvidos nos cuidados da criança, os pais também contaram que realizavam outras atividades com os filhos que compreendiam o lazer da família. Os participantes descreveram que aconteciam diversos momentos de interação entre eles e os filhos que envolviam brincadeiras em casa e ao ar livre como: assistir televisão e ler em conjunto, passeios em parques, praias, shoppings e viagens, idas ao cinema e teatro. Os participantes explicaram ainda que algumas atividades eram viabilizadas quando

havia recursos financeiros, mas que mesmo quando não havia realizavam algumas atividades de lazer.

[...] ver desenho é uma coisa que ela gosta, cantar, ela adora cantar, então a gente canta, dança, brincar de boneca. Eu leio muita história para ela, eu leio pouco, mas eu conto muita história para ela, ela adora história, a gente senta lá para brincar de boneca, de ‘papá’ [...] (Alice)

[...] Vai passear, vai no cinema. Isso depende muito do dinheiro, se tiver dinheiro, sai para o cinema e lancha depois. Se não tem dinheiro, de qualquer forma, dá umas voltas, nós somos bem vira-latas, passeia e tal, toma um sorvete e volta para casa. (Ana)

Ainda que a atividade profissional tomasse parte significativa de tempo dos pais durante a semana, os participantes demonstraram que estavam disponíveis às demandas da criança quando estavam em sua presença, seja para conversar e participar de suas brincadeiras ou em situações mais práticas, como buscar o filho na escola e vigiar suas brincadeiras com os amigos.

[...] eu acho que é um momento de interação, é um momento em que ela cria essa proximidade, ela fortalece esses laços, cria segurança, então eu acho que o momento do lazer é um momento em que há uma entrega maior, né, ela cria uma identificação com a gente [...] (Angélica)

4.6. REDE DE APOIO FAMILIAR

Na categoria *Rede de Apoio Familiar* os participantes descreveram o envolvimento da família com a adoção, o apoio recebido pela família extensa com a chegada da criança, bem como relataram o envolvimento e cuidado entre os membros da família e atividades realizadas em conjunto.

4.6.1. Envolvimento da família com a adoção

Essa categoria aborda o quanto a família extensa participou e esteve envolvida durante o processo de adoção, incluindo sua reação com a chegada da criança. Os participantes destacaram o apoio e o carinho que tiveram durante todos os momentos do processo e ainda a possibilidade de refletir com a família sobre as mudanças que ocorreriam em suas vidas com a chegada de uma criança.

Dentre os cinco participantes, três relataram ter conversado com a família antes de darem entrada com o processo na Vara da Infância e Juventude. A participante cujo desejo se iniciou após conhecer a criança relatou que compartilhou seu desejo com a família, porém a decisão pela adoção se concretizou a partir da opinião da filha biológica. Já o participante do sexo masculino relatou que comunicou o desejo de adoção à família, sem que a opinião dos demais membros fosse importante para sua decisão.

Todos os participantes relataram que a adoção foi muito bem acolhida pelos integrantes da família extensa. Três dentre os cinco participantes relataram ter o envolvimento e apoio dos familiares desde o momento em que tomaram a decisão de iniciar o processo de adoção e contaram com o auxílio da família quando as crianças chegaram. As três famílias estiveram presentes ao solicitar constantemente novas informações sobre o processo, participar da espera pela criança e acolhe-las em sua chegada.

[...] eu fiquei mais preocupada com a minha família, de a minha família achar ‘Meu Deus, você vai pegar uma criança doente’, né, deles sofrerem com isso. Mas aí imediatamente conversei com meus pais, que falaram ‘Não! Se veio para você é porque tem que ser. (Alice)

Apenas a participante que já tinha uma filha considerou que houve questionamentos na sua família quando pensou na adoção, porém declarou que uma vez tendo decidido, todos acolheram a decisão e a auxiliaram.

[...] todo mundo achou um misto de loucura, porque agora que você está começando a ter uma vida mais tranquila financeiramente, e até de exercitar a família, que é uma coisa que te dá um trabalho muito grande, criar uma filha, filha adolescente e tal, agora que eu estava começando a entrar numa zona de conforto eu ia me aventurar e começar tudo de novo, com uma criança. Mas também assim, parava meio aí, não houve um preconceito, nem houve mais imposição de mais dificuldade, pelo contrário, todo mundo, na hora que eu decidi e que caminhei para essa decisão, todo mundo acolheu e se colocou muito disponível a ajudar [...] (Ana)

4.6.2. Envolvimento e cuidado da criança pela família extensa

Todos os participantes relataram que os filhos foram bem acolhidos a partir de sua chegada à família e que conviviam com frequência com a família extensa. Entre os familiares que possuíam maior envolvimento com os cuidadores e seus filhos foram destacados avôs e avós, tios e tias, primos e primas. Todos os participantes relataram que os filhos conviviam com frequência com tios e tias, e quatro participantes apontaram que as crianças mantinham convivência contínua com avós e/ou avôs.

[...] O avô é o irmão mais velho, assim, meio que avô mesmo. Ele implica com ela, ela implica com ele, eles brigam e 'tá'. Com a avó é muita segurança, muita tranquilidade, muito afeto, muito carinho, muito cuidado. Ela também põe alguns limites. Com a tia também ela tem uma excelente relação. (Angélica)

No caso do participante que não relatou a convivência frequente da criança com os avós, isso acontecia devido ao falecimento dos mesmos, porém, o participante disse que o avô, quando vivo, tinha muito amor e cuidado pelo neto. Três participantes destacaram ainda que as crianças conviviam com frequência com primos e primas que tinham idades próximas. Uma participante ainda destacou a convivência da família com os irmãos biológicos do filho, mesmo que esporadicamente, sendo que com um destes irmãos a convivência era frequente. Ela própria destacou que se tornou como uma tia para os irmãos biológicos do filho.

É importante observar que todos os pais descreveram morar ou terem morado em algum momento junto ou próximo a algum familiar. Duas participantes relataram dividir a casa com a família extensa, uma com os pais, e a outra com os pais e a irmã. Outros dois participantes relataram que moravam próximos de membros da família, um no andar superior da casa geminada com a irmã, e a outra no andar superior ao apartamento da mãe. Por residir em um prédio composto por apartamentos de familiares, esta participante e a filha ainda conviviam diariamente com outros parentes. Apenas uma participante já não morava perto da família extensa, pois havia mudado de bairro, contudo por anos residiu no mesmo bairro que a mãe e a família da irmã.

Os cinco participantes relataram que a família extensa foi participativa com relação aos cuidados e necessidades da criança, auxiliando-os em diversas tarefas. Para três participantes os cuidados diários com as filhas eram partilhados com os membros da família. Duas destas disseram que os cuidados com as filhas eram igualmente compartilhados entre os membros da família, porém em uma das famílias o avô assumia responsabilidades iguais às da mãe e da avó, enquanto na outra família a mãe destacou que o avô assumia o papel de mimar a neta, enquanto a avó e a tia da criança dividiam com ela a rotina de atividades de cuidados com a criança. Destacaram ainda que,

quando estavam ausentes, os avós ou/e tios assumiam integralmente as responsabilidades pela criança.

[...] eu tenho uma adoção onde eu sou a mãe, mas eu tenho uma avó muito presente, uma tia muito presente, um avô muito presente porque eles fazem todo um suporte de cuidados na minha ausência. (Angélica)

Uma das mães relatou ter ficado por meses estudando nos Estados Unidos, quando a filha então precisou ficar no Brasil com os avós, que cuidaram exclusivamente da criança na sua ausência.

No caso da outra participante, ela e a mãe estabeleceram uma rotina semanal em que a avó cuidava da criança no período da manhã, e a mãe assumia os cuidados a partir do momento em que a filha voltava da escola. A participante contou que a mãe, professora infantil, optou por trabalhar em apenas um turno para assumir essa responsabilidade e poder colaborar nos cuidados com a neta.

[...] porque a gente divide, né, o dia da Cíntia é dividido comigo e com minha mãe. (Amanda)

Outra mãe relatou que naquele ano o filho havia começado a passar as tardes durante a semana na casa da irmã, com a avó. Apenas o participante do sexo masculino relatou possuir menor ajuda com relação ao filho, contudo, a irmã o auxiliava levando a criança para a escola durante a semana.

Alguns pais ainda apontaram situações em que a família extensa participava de atividades de lazer com a criança, como brincar, ir a parques e shoppings, participar de atividades festivas na escola, levar em festas infantis, entre outras atividades.

[...] Ele foi para Ubu, foi lá, com a minha irmã, passou o final de semana, eles foram no sábado para voltar no domingo [...] (Arthur)

[...] andar de bicicleta ele anda sempre com o meu cunhado [...] (Ana)

4.7. APOIO EXTRA-FAMILIAR

Os participantes também afirmaram ter o apoio de outras pessoas fora da família, tendo citado tanto amigos como pessoas remuneradas que auxiliam nos cuidados e rotina com a criança.

Com relação ao envolvimento de amigos na vida da família, apenas dois participantes relataram ter experiências frequentes que compunham uma rede de apoio extrafamiliar. Um participante descreveu que sua família é composta pelo filho, irmãs e pelas amigas, e expôs situações em que estas também se envolviam com os cuidados da criança e se adequavam para que a criança pudesse estar presente nas programações, como viagens, idas ao cinema e clube. Uma das mães incluiu a família que adotara os irmãos biológicos do filho na rede extrafamiliar. Ela relatou que mantinha uma relação de ‘comadre’ com a mãe das crianças, e exercia um papel de ‘tia’ para os irmãos do filho. As famílias se encontravam com frequência, para visitas, passeios ou festas de membros das famílias, e a participante revelou que esta foi a estratégia utilizada desde o início da adoção para preservar e fortalecer o laço entre os irmãos.

Esta participante destacou também o envolvimento do ex-marido com a família como figura importante desta rede de apoio. Considerou que ele exercia papel ‘como o de um pai’ para a criança. Explicou que o filho já passava férias com o ex-marido, e que este pretendia dar entrada com o pedido de adoção da criança.

[...] aí começou uma relação mais de tio, mesmo, como se fosse um tio. Me pedia para passear com o Carlos de bicicleta [...] e foram a tal ponto nesse relacionamento que o Fabrício mudou para São Paulo há dois anos de volta e nesse meio tempo, todas as férias o Carlos vai lá passar férias uns dias com o Fabrício. E agora esse ano o Fabrício disse que vai entrar com o processo (de

adoção), se eu concordava, quer entrar com o processo de paternidade do Carlos.

(Ana)

A contratação de serviços para auxiliar com os cuidados da criança, em algum momento da vida ou de alguma forma específica, também foi apontada por quatro cuidadores. Duas participantes contaram no passado com a presença de uma empregada que as auxiliava com a criança quando as mães não estavam em casa. O participante do sexo masculino relatou ter optado por deixar o filho na creche desde muito novo, aos dois meses de idade, por precisar voltar ao trabalho, considerando essa a melhor opção para a família, mesmo com o receio inicial de que a criança pudesse não ser bem cuidada.

[...] eu sabia que eu tinha que entregar aquela coisinha inocente, então, menina, eu fiz coisas absurdas... Eu fiquei atrás da árvore para ver como ela segurava ele, como elas tratavam ele, essas coisas... vigiando. (Arthur)

Outro serviço utilizado como suporte por duas mães foi a contratação de transporte escolar. Uma delas ainda destacou o reforço escolar como uma estratégia para suprir uma necessidade do filho em momentos em que ela não podia acompanhá-lo nos estudos.

4.8. COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS PELOS PAIS

Nesse tópico os participantes relataram que experiências vividas anteriormente com os próprios pais, com os cuidados exercidos por eles com sobrinhos, o desejo pela paternidade/maternidade e a preparação para a adoção os auxiliaram a adquirir novas habilidades e estarem preparados para os cuidados com a criança. Destacaram ainda que o exercício cotidiano da parentalidade com os filhos os ajudou a desenvolver novas competências e habilidades. Foram citadas mudanças tanto em relação às práticas

educativas, emocionais e de cuidados diários com a criança, quanto às percebidas pelos pais em suas próprias características e jeito de ser.

4.8.1. Competências adquiridas na troca com pessoas e por meio de leituras;

Dois participantes relataram terem adquirido competências parentais na troca com outras pessoas que viviam ou viveram essa experiência. Um deles informou que através da vivência com os próprios pais aprendeu competências para educar o filho, e relatou que buscava repetir a educação que os pais deram para ele. Uma das mães considerou que adquiriu conhecimento indagando e conversando com outras pessoas e com a escola.

[...] Eu faço muito parecido com o que meus pais faziam comigo, porque eu acho que eles eram um exemplo. (Arthur)

[...] Treinando, me capacitando, perguntando para todo mundo como é que faz, indo na escola várias vezes para saber como é que vai aprender a lidar com isso... (Angélica)

Essa mãe e mais outra participante também destacaram que adquiriram novas competências para lidar com as crianças buscando leituras sobre adoção e sobre o exercício da parentalidade.

[...] então compartilhei muito isso, li muita coisa assim, nesse um mês, peguei todos os livros que falam de adoção, de abrigo, e tudo isso. (Ana)

4.8.2. Competências adquiridas pela vivência com criança;

Os cinco participantes entrevistados relataram que conviver com os filhos trouxe mudanças em suas vidas e apontaram terem desenvolvido novas habilidades a partir

dessas interações. Todos relataram que com a chegada da criança e através do exercício da parentalidade algum tipo de comportamento pessoal foi reavaliado e modificado.

[...] E o pessoal fala, ‘Nossa, Amanda, depois que você virou mãe é outra pessoa!’. Eu era séria, eu entrava quieta, saía quieta... Eu passei a conversar mais, brincar mais, participar de brincadeira.... Sei lá! Mudei, mas mudei muito mesmo! (Amanda)

[...] Aprendi muito... tive que aprender. Aprender coisa de horário, ter horário certo para as coisas, deixar de ir a um local que ele não pode frequentar e eu me privar disso e aceitar numa boa, não ficar.... sabe? (Arthur)

[...] com o Carlos eu pude me permitir a não ser tão rígida, por exemplo, com o horário de comer, porque com a Fernanda (filha biológica de Ana), Deus me livre, se eu saísse do arroz integral eu já ficava toda tensa [...] (Ana)

[...] como eu te falei, eu sou muito dura, eu tenho que trabalhar a questão do falar alto, do início já minha irmã falava, ‘Você não fala Cecília, você fala CECÍLIA’, então eu tenho tentado me melhorar, porque eu não preciso disso com ela. (Alice)

Dois participantes descreveram que para conseguirem suprir as necessidades básicas de cuidados com os filhos, tiveram que aprender a cozinhar, lavar e passar, coisas que não sabiam fazer e desenvolveram para cuidar dos filhos apropriadamente.

[...] aprendi a cozinhar muito bem, a lavar roupa, a cuidar das roupinhas dele, sabe. Os uniformes têm que estar tudo preparado, tudo impecável... acho que adquiri muita coisa por causa dele. (Arthur)

[...] eu tive que aprender a cozinhar para ela, fazer feijão, coisa que eu nunca tinha feito na minha vida. Lavar roupa, passar roupa, coisas que eu nunca tive necessidade de fazer hoje eu faço, por causa da Cecília. (Alice)

Por fim, dois participantes entrevistados relataram que desenvolveram com a maternidade/paternidade a habilidade e o hábito de expressar o amor e o afeto.

4.9. EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE/PATERNIDADE PELA VIA DA ADOÇÃO

Durante a entrevista os participantes explicaram o que significava para eles exercer a paternidade e a maternidade pela via da adoção e de que forma essa experiência se consolidou para cada um. Os aspectos destacados por eles como pontos principais dessa experiência foram: o afeto imediato pela criança; a construção do vínculo; e a identificação de que a filiação adotiva e a biológica eram semelhantes; a satisfação com a maternidade/paternidade; e o desejo de estar com a criança. Alguns pais ainda consideraram que o fato de terem casos anteriores de adoção na família contribuiu para sua vivência e desejo pela adoção.

Todos os participantes consideraram que se sentiram pai/mãe desde o início da convivência com a criança. Uma participante inferiu que a *expectativa* e o *planejamento para o exercício da maternidade* foram fatores de auxílio para a súbita vinculação entre mãe e criança. Quatro dos cinco participantes revelaram que o afeto estava presente assim que viram seus filhos pela primeira vez, e que naquele momento já se identificaram enquanto mães e pai.

[...] na hora que eu olhei ele, eu falei, 'papai veio te buscar' [...] eu já era pai dele, não tinha outro jeito. (Arthur)

[...] e aí quando a gente chegou no abrigo a gente viu uma criança pela janela no berço, e eu sabia que era a Cecília, tinha certeza que era a Cecília, e era. Então assim, quando eu falo que o amor é instantâneo, foi instantâneo, e eu queria sair

de lá com ela, sabe? No colo, ir embora, não podia deixar aquela criança lá porque era minha filha. (Alice)

A participante que inicialmente não pretendia realizar uma adoção, relatou que o vínculo com seu filho se estabeleceu durante o apadrinhamento e que foi uma ligação de *olhar e afeto*. Segundo essa mãe já nos primeiros dias de apadrinhamento ela e a criança desenvolveram uma relação de mútua intimidade. Contudo, essa foi a única participante que explicitou que a convivência inicial demandou investimento e tempo para fortalecimento dos vínculos afetivos entre ela e o menino. Mesmo assim ela considerou que era como se ele sempre tivesse sido seu filho.

Três participantes consideraram que a filiação biológica e a adotiva são análogas. As mães enfatizaram que para que a parentalidade se desenvolva não é necessária a vinculação biológica e tampouco que a criança seja *esteticamente parecida* com a família. Afirmaram que *mãe/pai é quem cuida; quem acolhe; quem gosta como filho*. Uma participante afirmou ainda que a convivência fazia com que a criança reproduzisse atitudes e comportamentos da família fazendo com que estes se reconhecessem na criança. Essa avaliação de que havia semelhanças entre a criança e a família ou ao próprio cuidador também foi mencionada pelos outros participantes como um aspecto que reforçava o pertencimento da criança enquanto filho. Outra participante, que exercia tanto a maternidade biológica quanto a adotiva, também declarou que essa diferença não existia na prática.

[...] Então eu acho que na adoção as pessoas têm que compreender isso. Eu não tenho que ter uma criança parecida esteticamente comigo. [...] eu acho que o que é importante do processo de adoção é que todo filho ele tem que ser adotado. Então, pra que eu ame o meu filho, eu necessariamente tenho que senti-lo meu filho, eu tenho que acolhê-lo como meu filho. Porque a genitora da minha filha

teve biologicamente ela, mas ela não é mãe dela, ela não quis ser mãe dela, ela não quis adotar essa criança como filha, né. E no meu caso, eu não tive biologicamente mas eu a adotei como filha. (Angélica)

[...] ele é uma criança dócil, boa, é... humana, tem um lado lindo, que é gostar de animais... que isso é característico nosso, da família lá de casa, que é assim, e ele tem isso também, ele pegou isso tudinho da gente. Ele é igualzinho... (Arthur)

Todos os pais demonstraram durante a entrevista que possuíam satisfação em exercer a maternidade/paternidade. Três participantes apontaram que tinham o desejo de estar junto com a criança no dia a dia, já as outras duas participantes afirmaram que estar junto e realizar atividades com os filhos era motivo de prazer.

[...] mas como mãe é sempre uma coisa... eu gosto muito de fazer isso, não me custa absolutamente nada passar o dia inteiro com o filho, fazendo alguma coisa, é uma coisa que me dá prazer [...] (Ana)

Por fim, todos os participantes apontaram o sentido que a paternidade/maternidade teve em suas vidas. Quatro participantes relataram que ser mãe/pai os completava, dando a eles uma sensação de totalidade, e uma participante concluiu que faria falta não ter sido mãe. Duas mães ressaltaram o forte sentimento de amor advindo da maternidade, e outros dois participantes ainda disseram que os filhos eram a razão de suas vidas. Para uma das mães, ser mãe era poder participar do desenvolvimento e da formação de uma pessoa.

[...] Ser mãe é um sonho... uma coisa que eu sempre sonhei na vida, é me sentir completa. Eu sinto que eu nasci para isso. Que eu atingi o que eu vim fazer na Terra. (Amanda)

Três participantes disseram que em suas famílias havia casos de adoção anteriores aos seus e explicaram que essas vivências foram positivas e contribuíram para que houvesse familiaridade e desejo pela adoção por parte deles.

[...] porque a minha irmã mais nova, a Dominique, ela é adotada também, a minha mãe adotou ela com dez dias (de idade). É por isso que eu acho que é tudo uma construção. A gente vem carregando os troços, e eu acompanhei e vi que o amor é o mesmo, sabe? [...] por isso eu acho que eu sempre fui muito saudável em relação a isso, porque não tem diferença nenhuma. (Arthur)

4.10. MONOPARENTALIDADE

Os participantes expuseram alguns desafios que diziam respeito à monoparentalidade, bem como de que forma os filhos lidavam com a situação. Outro aspecto destacado pelos pais foi a presença de figuras de referência do sexo oposto aos pais para a criança.

Os cinco participantes relataram quais foram os desafios enfrentados por eles para exercerem a parentalidade através da adoção monoparental. Dois deles destacaram a própria entrada com o processo de adoção, quando se perceberam capazes e preparados para assumir a responsabilidade de criar uma criança sem a presença de um companheiro(a).

[...] desafiador foi eu fazer isso... eu ir a luta e adquirir essa situação sozinho... (Arthur).

Outra participante avaliou que o desafio foi estar preparada, tanto emocionalmente quanto financeiramente, visto que, diferente de uma família que tivesse tanto o pai quanto a mãe, em que os dois dividiriam tarefas e conversariam sobre a educação dos filhos, na maternidade solteira as responsabilidades estariam por conta de

apenas um cuidador. A mãe destacou, contudo, que teve muito apoio da família em todos os momentos. Para as outras duas participantes o desafio enfrentado ao se tornarem mães através de uma adoção monoparental tinha relação com a forma como essa composição familiar é reconhecida ou julgada, pois reconheciam que existe a crença de que a família deve ser estruturada de acordo com o modelo tradicional.

[...] porque eu não tinha marido, eu não tinha quem me ajudasse nessas coisas, foi muito difícil esse começo, assim, pensar como é que eu ia fazer. (Ana)

[...] você estar preparada, como eu te falei, emocionalmente, financeiramente... e você tem um apoio, eu não sei como seria sem o apoio da minha família, então eu não posso falar 'É fácil ser mãe solteira', não sei como seria sem os meus pais [...]. (Alice)

[...] eu acho que o problema seria mesmo essa característica social muito dúbia, de reconhecimento e ao mesmo tempo de algumas críticas dizendo que o preferencial seria a família tradicional. (Angélica)

O participante do sexo masculino e uma das mães destacaram que em sua avaliação exerciam papéis tanto de pai quanto de mãe, assumindo dessa forma as tarefas socialmente consideradas como maternas e paternas.

[...] Eu faço papel de pai e de mãe. Eu tenho essa plena consciência. Eu que sou o pai e mãe dela, aí a avó faz o papel de avó, e às vezes de mãe, aí eu chego e tenho que ser a dura, a decisão final 'não, agora é isso e acabou. Vai ser assim'. (Amanda)

Três participantes afirmaram a importância da rede de apoio que possibilitava que as responsabilidades sobre a criança fossem divididas com outros membros da família.

[...] mas a minha mãe cuida o tempo, né, na minha ausência, a minha irmã é muito presente, é a madrinha, então tem todo uma presença... sempre que tem que ser decidido alguma coisa relacionada a Clarice, há uma conversa com todos, então aquilo que eu teria uma conversa com o marido, eu tenho uma conversa com a família extensa, na hora dessas decisões, o quê que vai fazer, aonde é melhor para ela, o que é melhor nesse momento para ela... Então é uma participação integral. (Angélica)

Os pais ainda discorreram sobre a compreensão dos filhos a respeito da monoparentalidade e sobre como estes lidavam com o fato de fazerem parte desta composição familiar. Dois participantes, pais das crianças mais velhas, relataram que os filhos agiam com naturalidade e demonstravam compreender a ausência de um pai ou de uma mãe. Já outra participante, mãe de uma criança de seis anos, contou que percebia que a filha se alterava quando era questionada sobre não ter um pai, ou quando havia eventos em que a presença do pai era solicitada, a mãe explicou que era um assunto que eventualmente devia ser conversado. Outra participante, cuja criança estava com três anos no momento da entrevista, apontou que a filha não sentia a ausência de um pai, mas que estava começando a questionar sobre o *estar sozinho*, e por esse motivo acreditava que essas questões iriam aparecer num futuro próximo.

[...] É... alguns já perguntaram a ele, e ele fala na tampa, ‘Eu só tenho pai. Meu pai é meu pai e minha mãe’. Ele consegue destrinchar isso sem que seja preciso ficar ‘Ai meu Deus, eu não tenho mãe e meu amiguinho tem’. Não, ele é satisfeito com o que tem. Ele é bem resolvido [...] (Arthur)

[...] agora é que a Cecília começou a questionar, ela fala muito sobre a questão do tudo sozinho, igual ao peixinho dela, ‘O peixinho está sozinho, ele não tem

mamãe? Ele não tem papai?', ela está numa idade de questionar. Ela virou pela primeira vez e falou 'Ah, ele não tem um papai igual a Cecília?'. (Alice)

Outro aspecto destacado pelos participantes foi a preocupação em garantir aos filhos que estes tivessem em suas vidas figuras significativas do sexo oposto, que pudessem representar uma referência masculina/feminina na vida dos filhos. Dessa forma, três mães incentivavam a convivência da criança com tios e avôs, e uma dessas mães destacou ainda a figura do ex-marido como um 'tio' importante na vida do filho. Já para o participante do sexo masculino as figuras apontadas como referências para o filho foram a madrinha da criança e algumas amigas do pai.

[...] Eu gosto quando têm amigas, assim como a madrinha dele, fica junto com a gente, que é uma forma também de ele ver um lado feminino, porque o pai não tem nada disso... (Arthur)

[...] e que refletia um pouco isso assim, eu não tenho pai, mas eu tenho um monte de tio que de certa forma me supre essa figura paterna, masculina, né. (Ana)

[...] Meu pai é como se fosse um pai para ela, o avô, porque é presente, quando tem festinha de pai na escola é ele que vai, quando tem que dar presente para o dia dos pais é ele que ganha, então assim, ele assumiu esse papel porque morou muito tempo com ela. (Alice)

4.11. VIVÊNCIA DE PRECONCEITOS

O preconceito é uma intolerância sobre determinada característica, que costuma levar a ações discriminatórias (Rufino, 2002). A avaliação e experiência com relação ao preconceito foram abordadas pelos participantes em diferentes momentos da entrevista. Alguns participantes levantaram questões referentes ao preconceito racial, ao

preconceito com o fato de adotarem sendo solteiros e com a adoção tardia; também fizeram considerações sobre como outras pessoas concebiam a adoção de forma geral.

Três participantes comentaram que vivenciaram preconceitos a respeito da adoção, destacando que ouviram comentários discriminatórios principalmente com relação aos determinantes biológicos e ao caráter da criança adotada. Duas mães avaliaram esses pontos de vista como resultado da falta de informação.

[...] As pessoas me falavam, ‘Ah, mas adoção tardia, vai pegar uma criança que já tem manias, que tem costumes’[...]. (Ana)

[...] as pessoas olham também como uma coisa negativa, ‘Nossa, você teve coragem? E o sangue? E se ...’, quando começa a dar errado, ‘Nossa, você está vendo, puxou o sangue. Você vai ter coragem de enfrentar isso? Você sabe lá que história essa criança tem?’ Então jogam muito para o biológico as determinações do comportamento de alguém, e eu entendo muito mais como social do que biológico, então a minha filha vai ser aquilo que eu acompanhar para o desenvolvimento dela [...]. (Angélica)

Duas participantes também avaliaram com incômodo que muitas pessoas ainda veem a adoção como uma forma de caridade, em que a criança deve algo aos pais pelo seu ato de benevolência.

[...] as pessoas olham, às vezes, a adoção como uma característica meio que da boa ação, ‘Ah, como você é boa, né. Gente, que história linda, você é tão boa por ter adotado’. Eu não sou boa porque eu adotei não, eu queria exercer isso e era uma alternativa, era a forma, eu não fui boa por isso, eu acho até que às vezes eu fui má porque eu, por exemplo, que adotei sozinha, minha filha vai ter só uma mãe e aí é um desejo meu, pode não ser um desejo dela, mas era o meu, vai ter uma família monoparental. (Angélica)

Dois pais, cujos filhos são negros, destacaram a existência do preconceito racial. Estes se preocupavam com a possibilidade de as crianças virem a passar por alguma situação em que não estivessem por perto para defendê-las. Uma participante afirmou que buscava construir com o filho uma identidade com relação ao 'ser negro', proporcionando a ele vivências culturais e o conhecimento da cultura afro-brasileira por meio de histórias, filmes e músicas.

[...] Contra negro eu te afirmo concretamente que tem preconceito e discriminação. [...] então essa questão a gente tem trabalhado, ele faz terapia, há dois anos já, e isso na terapia também está construindo uma conversa com ele sobre isso... até pra ele saber como ele vai se contrapor a esse preconceito. Mas isso é muito real, independente se ele é meu filho adotivo ou não, né. (Ana)

[...] ele é negro, eu sou branco, isso já é uma coisa que, não que ele tenha esse preconceito, nem eu a ele, mas isso existe. Então todo lugar que eu vou, eu já mostro que ele é meu filho. (Arthur)

Já outra participante cuja filha também é negra apontou que apesar de ter sido orientada pela equipe técnica da Vara da Infância sobre a questão do preconceito racial, ela e a filha nunca identificaram qualquer situação de preconceito e discriminação.

Com relação à adoção monoparental, duas participantes disseram que ainda há o *receio da discriminação*, apontando diversas situações em que a criança pode ser questionada pelo fato de ter apenas um dos pais, enquanto outros dois participantes, um do sexo masculino e outra do sexo feminino, destacaram que não sentem essa discriminação com eles ou com as crianças, ao contrário, relataram que em seus casos a monoparentalidade é recebida com surpresa, elogios e admiração pelos outros.

[...] por mais que hoje se reconheça a monoparentalidade, ela ainda pode enfrentar algumas coisas, por exemplo, na escola eu acho que é um ambiente

mais propício disso, né, ‘Ah, você não tem pai?’, a própria escola trazer isso.
(Angélica)

[...] Todo mundo fica muito surpreso de uma forma positiva, ‘Nossa, nunca vi isso’, ‘Uau, que incrível, que ideia maravilhosa, você é muito corajosa!’, Só positivo. (Alice)

5. DISCUSSÃO

5.1. A ADOÇÃO

5.1.1. Motivação, espera e preparo para adoção

Segundo Ramirez (2011, apud Palavecino et al., 2015), a parentalidade se inicia no desejo de se ter um filho e fazer disso um projeto de vida. Com relação à motivação para a parentalidade através da adoção, diversos autores apontam que em décadas passadas estas ocorriam prioritariamente pela infertilidade do casal, envolvendo dessa forma a questão do luto pela gravidez, e conseqüentemente, pelo filho biológico (Rodriguez-Jaume & Ruiz, 2015). Entretanto, nas últimas décadas observa-se que esse cenário tem sido ampliado, e apesar da adoção ainda acontecer principalmente devido à infertilidade do casal, a motivação para adoção justificada pelo desejo de se ter um filho e de ser pai e mãe têm aumentado entre as famílias.

Além do desejo de ter um filho, outras motivações para realizar uma adoção ainda são apontadas pela literatura, como o desejo de formar uma família ou de aumentar a família já existente, ajudar uma criança, medo da solidão, ampliar a família após a perda de um membro familiar (Gondim et al., 2008; Levy & Féres-Carneiro, 2002; Machado, Féres-Carneiro et al., 2015; Rodriguez-Jaume & Ruiz, 2015; Santos et al., 2011).

No presente estudo, quatro participantes relataram o desejo de serem pai e mães como motivação para a adoção. Embora não excluíssem a opção da maternidade ou paternidade biológica em suas vidas, no momento em que desejaram ter um filho e constituir suas próprias famílias, três desses participantes concluíram que a adoção era a melhor opção para realizar este desejo, mesmo não tendo impossibilidade de gerar filhos biológicos. A única participante que relatou que teria dificuldades para engravidar, não considerou a realização de intervenção física para se tornar mãe, já que acreditava que a maternidade se constituía a partir do cuidado, e que a vinculação biológica não era uma prioridade para essa relação. Nesses casos, assim como o que tem sido apontado pela literatura, os desejos em torno da criança e da constituição da família não tem relação exclusivamente com a questão da vinculação biológica ou o luto pela impossibilidade da gestação (Rodriguez-Jaume & Ruiz, 2015).

Apenas para uma das participantes, a motivação para adoção surgiu após a convivência com a criança durante o apadrinhamento afetivo. Casos semelhantes foram encontrados no estudo de Levy e Féres-Carneiro (2002) com mulheres que deram entrada em processos de adoção monoparentais. As autoras observaram que entre as 24 participantes que expuseram como motivação para adoção o desejo de ser mãe, quatro eram mulheres que desejavam exercer a maternidade com crianças que já haviam constituído afeição em convivência anterior.

Também no estudo de Grotevant e McDermott (2014) verificou-se que a convivência anterior com a criança acolhida era um dos motivadores para adoção, especialmente para a adoção tardia, de crianças maiores de 2 anos. Os autores descrevem que entre as adoções ocorridas pelo Sistema Público Child Welfare de proteção infantil no ano de 2011, nos Estados Unidos (essa modalidade de adoção seria a que mais se aproxima à adotada pela justiça brasileira), 54% das adoções eram

concretizadas por famílias acolhedoras, 31% das adoções eram feitas por parentes biológicos da criança, e apenas 15% por famílias cadastradas para realizar uma adoção, sem conhecerem anteriormente a criança. Assim, verificou-se que a maioria das adoções foram realizadas por casais ou pessoas solteiras que já haviam convivido com a criança. Acrescenta-se que a idade média das crianças disponíveis nesse sistema era de 6,4 anos de idade, idade aproximada à da criança da participante que realizou a adoção após a convivência.

Em relação ao preparo e ao processo de adoção, pôde-se perceber que todos os participantes iniciaram os processos de adoção através das Varas da Infância e Juventude. Mesmo a mãe que entrou com o pedido de adoção após conhecer a criança, realizou o processo dentro do âmbito jurídico. Três mães relataram a efetivação da adoção pelo processo legal, com a mediação das Varas. Apenas o participante do sexo masculino inquietou-se com a longa espera e foi em busca da possibilidade de conseguir adotar uma criança no interior de outro estado.

Duas adoções, a da participante que adotou após a convivência e a realizada pelo participante do sexo masculino, ocorreram há mais de sete anos, ou seja, anteriores à Nova Lei de Adoção (2009), nº 12.010. Pode-se verificar que nos dois casos, os trâmites não foram realizados de acordo com o previsto nas diretrizes da lei atual, uma vez que as duas famílias deram entrada no processo com o intuito de adoção de uma criança específica, enquanto as outras três participantes, que realizaram as adoções mais recentemente, a fizeram através das novas condutas legais estabelecidas pela lei em questão, ou seja, aguardaram a chegada da criança através da espera na fila de adoção. Entretanto, para todos os participantes do presente estudo, o contato com as Varas foi relevante para que tivessem informações adicionais sobre o processo, e em alguns casos, para que este fosse agilizado.

De acordo com as alterações realizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) pela Nova Lei da Adoção (Brasil, 2009), propôs-se que a colocação em família substituta seria precedida por preparação dos pretendentes pela equipe técnica, em cursos de adoção ou de habilitação, e posteriormente, através do acompanhamento das famílias. Contudo no grupo entrevistado, apenas dois dos cinco pais responderam que participaram dos cursos oferecidos pelas Varas da Infância e Juventude. Pode-se inferir a esse respeito que isso se deve ao fato de que algumas das adoções realizadas pelos participantes ocorreram anteriormente a essa data. Existe ainda um caso em que uma das mães trabalhava na Vara da Infância e Juventude, desenvolvendo ela mesma esses cursos. Outras duas participantes relataram ter participado posteriormente do curso de adoção, contudo, já como convidadas das Varas da Infância e Juventude para compartilhar suas experiências. Dentre estes, três participantes que estiveram no curso, sendo no preparo anterior ou para compartilhar sobre sua vivência posterior à adoção, consideraram que as informações passadas pela equipe técnica e as trocas realizadas com outros pais adotivos nos cursos também foi importante para elas. Contudo, nenhum deles relatou ter sido acompanhado de qualquer forma pelos técnicos após inserção das crianças nas famílias.

Com relação ao trabalho desenvolvido pela equipe técnica, o estudo de Queiroz e Brito (2013) aponta a importância das orientações e esclarecimentos prestados nas entrevistas iniciais e durante o curso de adoção, enquanto o trabalho de Huber e Siqueira (2010) destaca a importância da existência do acompanhamento das famílias durante a espera da criança. Os autores Silva e Benetti (2015), que acompanharam por seis meses uma família que adotara um casal de irmãos (três e dez anos de idade) anterior e posteriormente à adoção, destacam ainda a importância da assistência profissional à família durante o período de adaptação de seus membros.

Segundo Queiroz e Brito (2013), o trabalho da equipe técnica, os estudos científicos sobre adoção e as campanhas educativas são fundamentais para a desmistificação de estigmas e estereótipos acerca do filho adotivo e da família constituída através da adoção. De acordo com o estudo realizado pelos autores, no qual entrevistaram casais habilitados e inscritos no Cadastro Nacional de Adoção, as informações compartilhadas pela equipe colaboraram com a modificação da idade da criança pretendida por alguns casais.

Essa situação também foi descrita no estudo de Silva e Benetti (2015) e por uma participante desta pesquisa. Após o curso de adoção ofertado pela Vara da Infância e Juventude, o primeiro estudo relatou que a família decidiu alterar o cadastro para aceitarem adoção de irmãos, enquanto para a participante da presente pesquisa, esta relatou ter modificado o perfil da criança aumentando a idade pretendida da criança para até quatro anos. Percebe-se, que o esclarecimento de questões importantes com relação à adoção, através dos membros da equipe técnica, tem colaborado, por exemplo, com a maior disponibilidade de adotantes em escolher o perfil de crianças mais velhas ou de grupo de irmãos, o que concretiza um aumento de casos de adoção tardia, uma vez que é este o perfil da maior parte das crianças hoje disponíveis para adoção.

Segundo o estudo realizado por Palavecino et al. (2015), no Chile, os participantes relataram como facilitadores do processo de adoção a organização e a qualidade da equipe de profissionais envolvidos na adoção. Já como obstáculos foram apontados a espera extensiva pela adoção; a ausência de acompanhamento durante o processo e o pouco envolvimento com outras famílias passando pela mesma situação; além do reconhecimento dos prejuízos da institucionalização prolongada para o desenvolvimento da criança. Esse conjunto de resultados, assim como os desse

trabalho, reforçam a importância do preparo e acompanhamento das famílias em processo de adoção.

Sobre a expectativa e ansiedade do pai e das mães entrevistados com relação à adoção, foram relatados medos e inseguranças associados à possibilidade de a adoção não se concretizar, bem como queixas quanto à morosidade do processo, além de ansiedade em relação a sua própria competência para cuidar e amar a criança.

Estudos reforçam que o acompanhamento psicológico é essencial aos adotantes para resignificarem seus medos e angústias, bem como ajuda-los a reconhecer as motivações conscientes e inconscientes que os levaram à adoção, auxiliando-os a construir práticas efetivas de cuidado e evitar manter expectativas que colocarão o relacionamento da criança e pais em risco (Schettini et al., 2006; Sequeira & Stella, 2014). No estudo de Huber e Siqueira (2010) com quatro casais habilitados que estavam na fila de espera, os autores destacaram que os participantes relataram perceber a necessidade e a importância de que existisse um acompanhamento da equipe durante a espera pela criança, uma vez que apontaram ansiedades e angústias vividas com relação ao processo e como revelar à criança sobre a adoção. Contudo, apesar do ECA (Brasil, 1990, 2009) preconizar tais ações, verificou-se, pelos relatos, que o procedimento não foi efetivado e que a falta de espaços para compartilharem seus anseios e experiências foi sentida pelos postulantes (Huber & Siqueira, 2010). Esta realidade também é apontada em outros estudos que investigaram os sentimentos dos pais adotivos em relação ao processo de adoção. São destacadas a longa espera pela criança e a lentidão da burocracia jurídica para finalização do processo como situações associadas a emoções negativas nos pais, como ansiedade, angústia e incertezas (Baumgarten, Busnello & Tatsch, 2013; Costa & Campos, 2003; Gondim et al., 2008; Palavecino et

al., 2015; Pena, 2016; Sequeira & Stella, 2014), sentimentos que também foram mencionados pelos participantes do trabalho aqui apresentado.

Destaca-se ainda que a demora para a finalização da adoção foi também apontada pelos participantes do estudo de Costa e Campos (2003) e avaliada como uma possível causa de desistência das famílias na realização de um processo adotivo. Por outro lado, embora a espera seja citada como motivo de angústia pelas famílias, Pena (2016) analisa a partir de outra perspectiva, considerando que a espera prolongada para a chegada da criança pode ser vista como uma preparação da família para a parentalidade, e talvez seja um dos fatores que facilitem a identificação instantânea da família com a criança, em sua chegada. No estudo de Palavecino et al. (2015) seus participantes relataram que enquanto aguardavam a chegada da criança, puderam dispendir um tempo para refletir sobre essa escolha e trabalhar os sentimentos de angústia e ansiedade.

A espera pela criança, após realizarem a habilitação no processo de adoção, foi vivenciada por três participantes como uma sensação de gravidez, sensação compartilhada pelos participantes do estudo realizado por Cecílio e Scorsolini-Comin (2016), no qual quatro casais que realizaram adoção descreveram vivenciar essa ‘gravidez emocional’, descrevendo esse momento de espera como de grande expectativa e ansiedade pela chegada da criança, podendo ser esta espera curta ou longa. Schettini et al. (2006) analisam que os pais vivenciam esse momento como um preparo para a parentalidade, quando refletem sobre os papéis de pai e mãe esperados pela sociedade e suas novas responsabilidades frente à criança, assim como acontece na gravidez e na espera do nascimento do filho biológico, quando esta é desejada.

De acordo com Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015), a própria tomada de decisão com relação à adoção já envolve um preparo da família, uma vez que exige

um tempo de reflexão e aceitação da vinda da criança pela via adotiva. Neste contexto da parentalidade os futuros pais buscam uma criança com a intenção de exercerem os papéis socialmente esperados de pai e mãe (Schettini et al., 2006). Dessa forma, começam a se preparar para a chegada da criança enquanto avaliam de que forma bons pais devem agir. No caso de casais, estes realizam ajustes na identidade do casal, que deixará de ser composto por uma díade, acolhendo a ideia da criança que esperam, aceitando novos papéis sociais e psíquicos, responsabilidades e gastos materiais para suprir as necessidades da criança (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016; Morelli et al., 2015; Palavecino et al., 2015; Schettini et al., 2006).

A mesma preparação foi relatada nos resultados dessa pesquisa, pelos participantes que optaram por se tornar pai ou mãe através da adoção monoparental. Três participantes relataram que se prepararam tanto anteriormente à adoção quanto durante a espera pela criança. Os participantes descreveram a expectativa do preparo do ambiente para receber a criança, envolvendo tanto o planejamento material, como também o preparo emocional e psicológico, ao se instrumentalizarem para a parentalidade e assumirem a responsabilidade de criar uma criança como pais solteiros.

Embora esse momento de espera possa ser vivenciado como uma preparação à parentalidade e ao recebimento da criança na família, Gondim et al. (2008) apontam que durante esse período há expectativas e receios dos pais que se questionam se estão prontos para exercer esse papel e se possuem as competências necessárias. Essas mesmas preocupações foram descritas por duas participantes do presente estudo, sendo acrescidas por dúvidas em relação a sua capacidade de suprir as demandas da criança sem a presença de um companheiro para ajudá-las, o que constitui um desafio das famílias monoparentais.

Alguns autores discutem ainda a insegurança que os pais adotivos mantêm referentes ao vínculo biológico das crianças com suas famílias de origem. Estes discorrem que existe a fantasia no imaginário social de que os laços de sangue são mais fortes que os laços afetivos, e que os pais sofrem com a ideia de que no futuro a criança possa desejar conhecer a família biológica, reforçando a crença de que os laços consanguíneos são indissolúveis e mais verdadeiros (Baumkarten et al., 2013; Schettini et al., 2006; Huber & Siqueira, 2010). A genética do filho adotivo e as doenças e traços que a criança pode trazer da família biológica são outros aspectos que compõe a preocupação com a origem da criança (Huber & Siqueira, 2010; Sequeira & Stella, 2014). Sobre esse tema, alguns participantes entrevistados foram críticos a respeito dessas crenças, considerando que essa forma de pensar era fruto do desconhecimento acerca do assunto. Contudo, houveram relatos que revelaram receio de que as mães biológicas quisessem retomar o direito sobre os filhos. Essas constatações reforçam o argumento de que é relevante o acompanhamento e o apoio para as famílias adotivas durante todo o processo.

Outro aspecto do planejamento para a adoção envolve a comunicação e participação da família extensa na decisão e cuidados. Foi percebido que, entre os adotantes das famílias monoparentais, ocorreram conversas com a família antes da entrada com a documentação para o processo de adoção. No caso de três participantes, desde o princípio a família extensa esteve presente e comprometida a ajudar com os cuidados das crianças, verificando-se assim que a opinião familiar foi considerada na hora da decisão final pela adoção. Situação um pouco diferente foi encontrada por Santos et al., (2011), em seu estudo com seis adotantes solteiros verificou-se que, ainda que os participantes tenham considerado importante o acolhimento da criança pela família, caso houvesse opinião contrária à adoção ao comunicarem às famílias, não seria

considerada pelos pais. Dentre eles, duas famílias extensas não aceitaram bem a adoção, sendo as duas adoções tardias.

O participante do sexo masculino desse estudo relatou que agiu de forma semelhante, apenas tendo informado à família sobre sua decisão, que já estava consolidada, independente da opinião familiar, contudo afirmou que estes receberam a criança como membro integrante de seu grupo. Também no trabalho de Machado, Féres-Carneiro et al. (2015) com dez participantes adotantes de diferentes configurações familiares, estes foram unânimes em considerar que a opinião da família extensa não foi relevante no momento da decisão pela adoção, apesar disso, todas as famílias destacaram como sendo fundamental o acolhimento dos filhos como membros da família.

Duas participantes que realizaram uma adoção monoparental no estudo de Machado, Féres-Carneiro et al. (2015) já possuíam filhos biológicos de um casamento anterior. Uma participante do presente estudo também vivia uma situação semelhante, e no caso dela, apesar de ter conversado com a família sobre o desejo de adotar, apenas a opinião da filha mais velha foi fator decisivo para concretizar a adoção.

A importância da inclusão da criança pelos outros membros da família é destacada por Machado, Féres-Carneiro et al. (2015) quando analisam que na parentalidade adotiva os laços entre família e criança são simbólicos, sendo necessário legitimar através da inserção da criança seu lugar como membro no seio da família. Considerando os resultados do estudo aqui apresentado, tanto o acolhimento da criança adotada na família extensa, quanto o apoio posterior dos familiares, ocorreu para todos os casos.

5.1.2. A chegada da criança à família

Entre os participantes do estudo, três pais relataram a escolha de um novo nome para a criança. Tal iniciativa se deu pelo desejo de aproximar a história da criança ao desejo dos pais de tê-los como filhos, tornando-a pertencente àquele grupo familiar. Apesar disso, todos demonstraram preocupação em preservar a identidade presente no nome pelo qual a criança era reconhecida. Os que efetuaram a troca acreditaram que não influenciariam a identidade das crianças, em decorrência da pouca idade que tinham. Em contrapartida, as participantes que optaram por manter o nome anterior à adoção o fizeram por acreditarem que as crianças já se identificavam com o mesmo. À esse respeito Baumkarten et al. (2013) argumentam que a criança é inserida na sociedade enquanto igual através da nomeação, e que o nome escolhido pela família biológica representa também a história de origem da criança, que deve ser preservada ainda que o nome não o seja. O autor analisa que a mudança do nome que foi dado à criança ao nascer, quando a criança já se identifica com este, pode ter impacto na formação de sua identidade (Baumkarten et al., 2013).

A adaptação das crianças do presente estudo, quatro adotadas ainda bebês e uma com 5 anos, foi considerada rápida e sem dificuldades significativas pelos participantes. Quatro pais atribuíram essa facilidade ao fato das crianças terem sido adotadas ainda bebês, não tendo consciência da história pregressa. A esse respeito, diversos autores apontam que essa é uma das avaliações que fazem com que a procura seja maior por bebês e que haja preocupações na adoção de crianças maiores (Baumkarten et al., 2013; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Dias, Silva & Fonseca, 2008; Gondim et al., 2008; Morelli et al., 2015; Otuka et al., 2009; Santos et al., 2011).

Palavecino et al. (2015) expuseram que principalmente na adoção de crianças maiores, que experienciaram a institucionalização prolongada, existe o desafio inicial da

adaptação entre a família e a criança e a aceitação de sua história progressa. Entretanto, a participante do presente estudo que realizou uma adoção tardia, embora tenha relatado a necessidade de desconstrução das regras impostas à criança na instituição de acolhimento, avaliou que a adaptação com seu filho foi descomplicada e afetuosa. O comportamento de crianças mais velhas, que em alguns artigos são citados como dificultadores no processo de adaptação na adoção tardia (Bicca & Grzybowski, 2014; Dias et al., 2008; Segalin, 2013) foram avaliados pela mãe entrevistada como comportamentos esperados para a faixa etária em que a criança se encontrava, não tendo relação com a adoção. Destaca-se nesse caso, que por já ter vivenciado a maternidade pela via biológica, a mãe tinha um conhecimento prévio sobre o desenvolvimento infantil que favoreceu uma interpretação diferenciada à respeito dos comportamentos do seu filho.

Os participantes relataram que o sentimento de ser pai/mãe esteve presente desde o início da convivência e que o afeto pela criança foi imediato. Apesar disso, duas mães consideraram que se sentiam a cada dia mais mães de suas filhas. Apenas a mãe que realizou uma adoção tardia, considerou que a interação demandou um investimento maior na construção da relação mãe-filho. A consolidação do vínculo através da convivência afetiva diária com a criança, bem como ao longo da realização das atividades de cuidados com os filhos, foi também abordada por mães adotivas no estudo realizado por Maux e Dutra (2009). Estas relataram que o vínculo com a criança não era inato, que se consolidava ao longo da interação, o que tem sido demonstrado também em outros estudos sobre a adoção, especialmente quando a criança é um pouco mais velha (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Merçon-Vargas et al., 2011; Pena, 2016; Segalin, 2013).

Com relação ao tempo necessário para o investimento inicial no relacionamento com a criança, duas participantes destacaram a licença maternidade como um benefício importante para a construção da nova rotina e vinculação entre mães e filhas. O participante do sexo masculino, que na época da adoção não se beneficiava com a licença paternidade, relatou ter conseguido tirar férias e uma licença capacitação, contabilizando três meses, para conseguir se programar e estabelecer a nova rotina da família.

A licença maternidade teve sua importância analisada por Segalin (2013), justificada como necessária tanto na filiação biológica quanto na filiação adotiva. No caso da adoção, a autora aponta que é essencial que haja uma vivência intensa entre pai/mãe e criança, uma vez que esta já chega com uma história de abandono e institucionalização, precisando sentir-se acolhida e segura por essas novas figuras. Os pais devem, dessa forma, estar disponíveis para fornecer afeto, cuidado, compreensão, paciência e amor aos seus filhos, sendo o tempo fator destacado, novamente, como imprescindível à consolidação dos laços familiares de afeto, segurança e pertencimento, garantindo a inclusão da criança de forma natural e exitosa, o que diminui os riscos de devolução das crianças por parte das famílias (Segalin, 2013).

Para estarem presentes na vida dos filhos e organizar a rotina da criança, dois participantes ainda alegaram que abdicaram de diversas atividades de lazer que realizavam rotineiramente antes da chegada da criança, justificando que preferiam aproveitar as oportunidades de estar com os filhos.

Outros elementos são citados na literatura como sendo facilitadores da construção do vínculo e da adaptação da criança à família (Bicca & Grzybowski, 2014; Dias et al., 2008; Machado, Féres-Carneiro et al., 2015) e foram destacados pelos participantes do presente estudo, como a importância da aceitação da família extensa e

dos amigos e do suporte fornecido por estes durante esse período em que os vínculos ainda estão sendo estabelecidos.

Apesar dos participantes não terem sugerido a necessidade do acompanhamento profissional posterior à adoção, diversos estudos vêm abordando essa temática, ressaltando que esse acompanhamento pode auxiliar os pais adotivos a lidarem com diversas situações, colaborando no processo de adaptação inicial com a criança e dando-lhes elementos para sentirem-se confortáveis no papel de pais (Dias et al., 2008; Morelli et al., 2015).

Em relação a mudanças na dinâmica familiar após inserção da criança, a construção de uma nova rotina foi descrita por todos os participantes como necessária para o bom funcionamento da família após o acolhimento da criança. Verificou-se, contudo, que o forte desejo de constituir uma família por meio da adoção tornou mais fácil a aceitação das mudanças e adaptações que ocorreram, e que estas eram previstas com a chegada de uma criança pequena, mesmo quando o cuidado não era dividido com outra pessoa. Apenas dois participantes organizaram a nova rotina da família sem a ajuda de outros membros familiares, enquanto três participantes afirmaram que a rotina desenvolvida com a criança envolvia também o apoio da família extensa. Assim, estas três famílias, apesar de se constituírem apenas pela mãe e a criança, possuíam pelo menos dois cuidadores envolvidos com a criança, sendo o segundo cuidador geralmente representado pelos avós, avôs, tios e/ou tias.

Em um dos primeiros estudos longitudinais com 31 famílias monoparentais adotivas, resultado de adoções por pais e mães solteiros, realizado nos Estados Unidos (Shireman & Johnson, 1985; Shireman, 1996), também foi observado que doze pais/mães viviam com a família extensa e que mais da metade obtinha auxílio de familiares com os cuidados diários com as crianças.

5.1.3. Adoção e Monoparentalidade

Três participantes deste estudo avaliaram que a maternidade/paternidade biológica e adotiva são semelhantes, uma vez que acreditavam que ser mãe e pai de uma criança envolvia prioritariamente práticas de cuidado e afeto, atividades desempenhadas igualmente por pais biológicos e adotivos. Os participantes do estudo de Palavecino et al., (2015) tiveram opinião semelhante, ao declararem, que tanto na parentalidade biológica quanto na parentalidade adotiva os cuidadores desempenhavam as mesmas funções para com os filhos. Esse argumento vai ao encontro do que foi analisado no estudo de Maux e Dutra (2009), no qual os autores observaram que os sentimentos de realização e completude presentes para mães biológicas eram semelhantes aos relatados por mães adotivas. Os autores concluíram que a principal diferença entre as maternidades biológica e adotiva era a forma como o filho era inserido na vida das famílias, porém, no que tange à construção do vínculo, a realidade de ambas se aproximava.

Um estudo realizado na Espanha por Oliva, Arranz, Parra e Olabarrieta (2014), com 214 famílias de seis diferentes composições, pais de crianças com idades entre três e dez anos, analisou também 39 famílias monoparentais. Os autores constataram que, quando a família monoparental era formada pelo desejo do cuidador em exercer a parentalidade sozinho, estas famílias apresentavam perfil sociocultural extremamente positivo, o que tendia a garantir um desenvolvimento saudável da criança, sem que houvessem prejuízos associados à composição familiar. Um aspecto que contribuiu para essa avaliação foi o fato de que a família monoparental advinda do desejo do cuidador em exercer a parentalidade não experimentava os mesmos estressores que as famílias monoparentais originadas do divórcio ou da viuvez, como ajustes às condições

financeiras e conflitos conjugais, já que havia um planejamento para o recebimento da criança (Lamb, 2012).

Dessa forma, Lamb (2012) aponta para o fato de que grande número de pesquisas relacionadas à parentalidade monoparental demonstram que a maior parte das crianças e adolescentes que vivem nesta realidade tem desenvolvimento de acordo com o esperado, além de que tanto o pai solteiro quanto a mãe solteira, independente do gênero, são capazes de proporcionar para a criança os cuidados necessários para promover o desenvolvimento infantil adequado. Os resultados de Shireman e Johnson (1985), e Shireman (1996), que acompanharam inicialmente 31 famílias monoparentais em pesquisa longitudinal, também demonstraram que, após analisar 22 famílias que permaneceram no estudo depois de alguns anos, a maioria das crianças (77%) se encontrava bem adaptada à casa, à família e à escola, apresentando bons resultados escolares e sociais e ausência de sintomas emocionais. Seguindo esse acompanhamento com 15 famílias após 14 anos da adoção, o pesquisador verificou que as crianças adotadas por famílias monoparentais possuíam desenvolvimento equivalente ao de outras crianças em famílias de outras configurações com filhos adotivos ou biológicos (Shireman, 1996).

Contudo, alguns aspectos ressaltados por dois participantes podem ter relação mais direta com desafios presentes na família monoparental que são, respectivamente, a rede de apoio limitada para auxílio do cuidado com a criança, e a renda familiar reduzida, dificuldades encontradas igualmente no estudo de Santos et al. (2011), realizado com pais adotantes solteiros. Dessa forma, pode-se inferir a esse respeito que, quando a monoparentalidade é exercida com o apoio da família, e a adoção é planejada e organizada financeiramente, tais famílias tendem a não vivenciarem os possíveis eventos estressores que poder ser associados à monoparentalidade.

Quanto à composição das famílias e a falta do par parental, foi observado, que, dentre os cinco participantes entrevistados, quatro destacaram espontaneamente que havia a presença de pelo menos uma figura de referência do sexo oposto que convivia com frequência com a criança. No discurso do pai e das mães, a presença dessa pessoa foi justificada como a possibilidade de proporcionar à criança a vivência da completude da família, que envolveria a convivência com características relacionadas aos papéis parentais femininos e masculinos. Apesar disso, dois participantes destacaram reconhecer que desempenhavam, em suas atividades, os papéis sociais referentes ao que era atribuído aos dois gêneros. Pode-se inferir a esse respeito que, ainda que esses participantes reconhecessem a composição familiar monoparental enquanto uma possibilidade real e capaz de proporcionar um desenvolvimento saudável à criança, existia para eles a ideia de que algumas características eram próprias às mulheres e aos homens, sendo necessário suprir tal demanda por um familiar ou amigo do sexo oposto, preenchendo, assim, uma ausência que constituiria a monoparentalidade. Sobre essa preocupação, apenas uma participante do presente estudo não abordou essa questão, contudo vale destacar que essa mãe e a criança, do sexo feminino, compartilhavam o mesmo apartamento com a família extensa, que incluía também um avô.

Situação semelhante à relatada pelos participantes foi encontrada no estudo de Ribeiro, Silva e Cezar-Vaz (2011), com um pai que ficara com a guarda do filho após o divórcio, exercendo dessa forma a monoparentalidade masculina. De acordo com os autores, a mãe da criança não era uma figura presente na vida do menino, sendo uma amiga da família destacada como uma figura de referência a ocupar esse lugar de mãe, dando carinho, atenção e presentes à criança, bem como auxiliando pai e filho em momentos de necessidade.

Pode-se analisar que esta preocupação tem relação com a prevalência da crença de que o modelo familiar nuclear é o mais adequado, tanto por se acreditar no sucesso desta constituição familiar, quanto na crença do melhor desenvolvimento infantil em famílias compostas por pai, mãe e criança (Agoglia & Torraldo, 2015; Jociles et al., 2008; Rivas et al., 2011). Pesquisas apontam que mesmo dentre as famílias monoparentais, estas advindas através do divórcio ou pela adoção, a ideia de falta do par parental se faz presente, apontada como uma ausência da completude entre seus membros para o bom funcionamento da dinâmica familiar (Cúnico & Arpini, 2014; Rivas et al., 2011). Contudo, estudos atuais não sustentam essa crença, e, embora as crianças possam questionar a respeito da ausência do par parental do sexo oposto, isso não implica que esta ausência afetará seu desenvolvimento saudável (Lamb, 2012; Oliva et al., 2014).

5.1.4. Vivência de preconceito

Os estudos relatam que os estigmas em relação à família e à criança adotiva ainda são muito presentes na sociedade. Concepções de que a família adotiva é menos legítima, de que as heranças biológicas se sobrepõem à socialização durante o desenvolvimento da criança, e de que esta se tornaria um problema potencial na família devido à sua herança genética, estão muito presentes no imaginário social (Maux & Dutra, 2009; Roríguez-Jaume & Ruiz, 2015). A esse respeito, três participantes relataram terem vivenciado experiências nas quais terceiros questionaram o caráter de seus filhos, baseados na crença de que a criança herdaria através da genética suas características, desconsiderando os vínculos estabelecidos e a influência do contexto ambiental no desenvolvimento da criança.

No estudo realizado por Queiroz e Brito (2013) com cinco casais que aguardavam concretizar uma adoção tardia, sendo que dois já haviam realizado uma adoção anterior, os participantes também apontaram sofrer preconceito quanto a escolha pela adoção. Os pais relataram ouvir, assim como os participantes do presente estudo, opiniões quanto às dificuldades que a criança adotiva traria para a vida do casal e sobre o '*sangue ruim*' que estas teriam, insinuando que as características genéticas da família biológica da criança seriam destacadas em contraposição à educação proporcionada pelos pais adotivos (Queiroz & Brito, 2013).

Em estudo realizado por Rodríguez-Jaume e Ruiz (2015) sobre os estigmas vivenciados pelas famílias adotivas, os resultados demonstraram que aqueles que não possuíam filhos biológicos sentiam que tinham a sua capacidade de parentalidade questionada pela sociedade de maneira mais intensa do que com os pais que tinham filhos adotivos e biológicos. Os autores analisam que tal crença é disseminada através da avaliação do senso comum de que pais que não tiveram filhos biológicos não acessaram o 'instinto' necessário para exercer uma parentalidade adequada (Rodríguez-Jaume & Ruiz, 2015).

O receio da discriminação com relação à monoparentalidade também apareceu no relato dos participantes desse estudo. De acordo com revisão levantada por Rodríguez-Jaume e Ruiz (2015) foi observado que os estigmas sociais, bem como os preconceitos sofridos no caso da adoção, variam de acordo com cada configuração familiar adotiva, sendo estas biparentais (heterossexuais ou homossexuais) ou monoparentais. Dessa forma, o estigma relacionado à monoparentalidade é acentuado pelo fato de a parentalidade não se constituir de uma maneira convencional (família nuclear), sendo considerada muitas vezes um fator de risco para a criança que será criada por apenas um pai, acreditando-se assim que haveria uma falta da figura do sexo

oposto como referência para a criança (Rodríguez-Jaume & Ruiz, 2015). Contudo, dois participantes avaliaram de forma diferente, considerando que a decisão pela adoção monoparental era vista de maneira positiva por terceiros, como sendo uma decisão corajosa. Embora o preconceito com relação às diferentes composições familiares exista, Gorin et al. (2015) reconhecem que a construção da parentalidade supera os laços biológicos e os arranjos familiares, valorizando o desejo e frequência das interações das figuras de referência com a criança, sendo esse envolvimento importante para a parentalidade.

Outra questão mencionada por duas mães foi o ‘preconceito bom’ da adoção, noção discutida criticamente pelas participantes. Tal ideia se constrói sobre a perspectiva de que a criança teve sorte por ter sido aceita no lar da família que a acolhe, família essa bondosa e que merece gratidão eterna do filho adotivo, entendendo a adoção sobretudo como um ato de caridade e benevolência. Esse entendimento a respeito da adoção também foi encontrado no estudo de Valério e Lyra (2014) no relato de uma tia adotiva, mesmo com as crianças estando inseridas há nove anos na família.

No estudo de Giacomozzi et al. (2015) com pretendentes a adoção, os autores observaram diferentes compreensões a este respeito quando observaram as variáveis sexo e idade. Pretendentes do sexo masculino de faixa etária entre 20 e 30 anos apontavam o desejo de ajudar uma criança e fazer a diferença em sua vida como motivador para adoção, enquanto pretendentes do sexo feminino com mais de 46 anos discorriam que, para os outros, a adoção era um ato de caridade, porém para elas era a maneira encontrada para realizarem o desejo pela maternidade, estas concordando com a colocação das duas participantes do presente estudo.

Verifica-se assim que, ainda que a militância em torno da adoção tenha ganhado força na atualidade e lute pelo fim dos mitos e preconceitos a ela relacionados, muito

espaço ainda precisa ser conquistado a fim de que a sociedade tenha um maior conhecimento e entenda com mais naturalidade o processo de adoção e a filiação adotiva.

Dentre os cinco participantes do presente estudo, apenas uma declarou não ter percebido nenhuma atitude preconceituosa com relação à filha ou à sua configuração familiar até o momento.

Segundo Grotevant e McDermott (2014), historicamente os estudos científicos produzidos sobre o contexto da adoção enfatizavam os problemas relacionados à criança adotiva e sua adaptação à família. Os autores avaliam que esse fato reforçou os estereótipos sociais relacionados à adoção, dando visibilidade apenas aos aspectos negativos e desconsiderando a discussão dos pontos positivos existentes. Seria assim importante maior divulgação dos casos em que as crianças adotivas têm desenvolvimento similar ao dos pares (Grotevant & McDermott, 2014), ou ainda sobre a capacidade de superação, após a adoção, dos atrasos no desenvolvimento associados ao tempo de institucionalização (Palacios, Román & Camacho, 2010). A esse respeito, Huber e Siqueira (2010) sugerem que sejam criados projetos que visem a conscientização da população e a desconstrução de estigmas criados e perpetuados ao longo do tempo. Todos os participantes, exceto uma mãe, demonstraram refletir sobre os variados preconceitos existentes no contexto da adoção, e de que forma poderiam contribuir para que seu efeito fosse reduzido na vida de seus filhos. Dessa forma, em concordância com os estudos acima, destacaram a necessidade de informar às pessoas sobre como de fato é a experiência da adoção e promover a reflexão sobre os mitos em torno do filho adotivo. A esse respeito, pode-se inferir que, ao aceitarem participar da presente pesquisa, buscaram agir no sentido de contribuir para o aumento da informação

a esse respeito, com a expectativa de favorecer a redução dos preconceitos citados e colaborar para o reconhecimento de suas famílias.

5.2. PARENTALIDADE

O estudo da parentalidade vêm se intensificando ao longo das últimas décadas e novos aspectos tem sido considerados importantes para a compreensão do comportamento parental e da efetividade dessa prática diária. Considerações sobre a relação bidirecional da interação entre pais e filhos, a influência do contexto no qual estão inseridos e ainda a compreensão de que as características e vivências pessoais interagem na atuação parental, fazem parte dessa ampliação do entendimento da parentalidade (Conley, Caldwell, Flynn, Dupre & Rudolph, 2004).

Como exposto anteriormente, Hoghughi (2004) propôs um modelo de onze dimensões consideradas por ele necessárias para avaliar uma parentalidade suficientemente boa. Apesar de dividir estruturalmente as onze dimensões em três grupos (Atividades Parentais; Áreas Funcionais; e Pré-Requisitos), o autor demonstrou que estas são interligadas entre si, uma vez que demonstram os processos, atividades e relações entre pais e filhos (Hoghughi, 2004).

5.2.1. Atividades Parentais

No grupo das Atividades Parentais estão descritas atividades realizadas pelos pais com o intuito de suprir as necessidades básicas de sobrevivência da criança e oferecer outras atividades que sejam adequadas para que os pais exerçam uma parentalidade suficientemente boa (Hoghughi, 2004). As dimensões presentes nesse grupo são o *Cuidado* (*físico, emocional e social*), o *Controle* e o *Desenvolvimento*.

Hoghughi (2004) destaca que a dimensão *Cuidado* costuma estar prevista em leis que regulamentam os direitos básicos da criança e do adolescente. No Brasil, tais

direitos estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), Lei 8.069, que dispõe sobre o conjunto de cuidados que se deve ter com relação à criança e ao adolescente, sejam estes físicos, emocionais ou sociais. O ECA (Brasil, 1990) prevê no artigo 4º que estas necessidades devem ser atendidas pelos pais, pela comunidade e pelo Estado, garantindo recursos básicos para um bom desenvolvimento infantil. Com relação ao grupo pesquisado, pode-se inferir que tanto essas crianças quanto essas famílias vivenciaram um processo com base nessa perspectiva, uma vez que a adoção é uma alternativa implementada para possibilitar à criança, que foi destituída do pátrio poder, o que lhe foi garantido por lei: crescer e se desenvolver no seio de uma família que lhe proporcione os cuidados necessários à sua sobrevivência.

A influência da cultura sobre as práticas parentais também é um ponto discutido por Hoghughi (2004). As práticas parentais exercidas pelos familiares envolvem a experiência de vida dos pais, a influência de familiares na vida da família, bem como o conhecimento sobre cuidados presentes na cultura na qual a família está inserida. Essas informações, crenças e hábitos são especialmente propagados através da transmissão geracional, ou seja, de uma geração à outra, e exercem influência nos cuidados com a criança de uma forma ampla, envolvendo aspectos como cuidados físicos, emocionais, de socialização, etc. (Oliveira & Rocha, 2015).

Em relação aos participantes dessa pesquisa, estes relataram participar da rotina da criança, dos cuidados físicos e emocionais, demonstrar afeto, e promover o desenvolvimento da sociabilidade e momentos de lazer conjuntos, requisitos que fornecem o suporte necessário à criança durante o seu desenvolvimento.

Todos os participantes relataram desempenhar práticas de cuidados na rotina com os filhos. Dessa forma, demonstraram cuidados diários com relação à alimentação, vestimenta, higiene, aparência física e rotina de sono, atividades parentais básicas

necessárias à sobrevivência da criança, assim como descrito por Hoghughi (2004), ao expor a dimensão do *Cuidado físico*. Porém, este explica que o mesmo não é exercido apenas nas atividades de suprimento das necessidades básicas infantis, mas também na prevenção de possíveis danos, como acidentes ou doenças que possam ser prevenidas.

Segundo Hoghughi (2004), o que difere os seres humanos de outras espécies é que esses vão além daquilo que seria o necessário para suprir as necessidades básicas da criança. Dessa forma, o ser humano, principalmente aqueles que possuem mais recursos, oferecem ampla variedade de alimentos, grande quantidade de roupas, vão a consultas médicas de rotina, exercem práticas de prevenção de doenças, etc., buscando com isso otimizar o desenvolvimento das crianças. Todavia, o autor observa que isso é realizado sempre que possível, uma vez que problemas sistêmicos, como a questão da pobreza, por exemplo, podem prejudicar que algumas famílias atendam às necessidades básicas de seus filhos (Hoghughi, 2004).

Em estudo realizado por Silva, Menezes, Stamm, Hempel e Nora (2013) com 98 pais de alunos pré-escolares de escolas municipais localizadas no interior gaúcho sobre práticas e cuidados com os filhos, foram percebidas temáticas semelhantes às apontadas pelos participantes do presente estudo em relação aos cuidados necessários com as crianças. Contudo, pôde-se perceber que, em comparação com as famílias aqui apresentadas, tais pais possuíam menores recursos financeiros (recebiam entre um a três salários mínimos), maiores dificuldades em prover materiais adequados à higiene pessoal e manter uma dieta diversificada em alimentos, bem como apresentavam diversas dúvidas sobre suas práticas de cuidado, demonstrando uma falta de contato com conhecimentos sobre cuidados necessários para promover da melhor forma possível o desenvolvimento infantil.

Com relação à saúde das crianças, prevenção de possíveis danos e tratamentos de doenças, tanto os pais deste estudo quanto os do estudo de Silva et al. (2013) destacaram que procuravam atendimento médico sempre que necessário, embora os participantes das famílias monoparentais revelassem, além dessa prática, realizar um acompanhamento regular com pediatras e outras especialidades necessárias à saúde de cada criança.

Inferese aqui, mais uma vez, que a condição financeira das famílias entrevistadas no presente estudo proporcionou maiores oportunidades de buscar auxílio profissional para promover a saúde de seus filhos, tendo a chance de sanar suas dúvidas e obter maiores esclarecimentos nas visitas médicas, além de possuírem maiores conhecimentos acerca das necessidades infantis, fator que pode estar associado ao nível escolar dos pais entrevistados, à cultura, a orientação recebida por familiares e amigos, entre outras variáveis. Apesar de uma das participantes ter a mesma condição financeira dos pais do estudo de Silva et al. (2013), esta demonstrou proporcionar à criança cuidados físicos e acompanhamento médico semelhantes aos demais participantes do grupo entrevistado. Destaca-se que essa participante trabalha em um ambiente da área da saúde, o que proporciona maior acesso a médicos, consultas e informações.

Gomide (2004) aponta ainda a questão do exemplo parental para a criação de hábitos na rotina da criança. De acordo com a autora, quando as crianças veem os pais se alimentando bem, mantendo bons hábitos de higiene, estabelecendo uma rotina de sono, etc., é mais provável que as crianças se sintam incentivadas a imitar essa rotina e aprendam a seguir esse exemplo.

Dentre os cuidados que se deve ter com relação à criança, Hoghghi (2004) destaca a importância do *Cuidado emocional*. Este vai muito além de atender apenas às demandas necessárias para a existência física da criança, atendendo às necessidades

emocionais de afeto, respeito e autonomia, entre outros aspectos. Segundo o autor, essas práticas proporcionam um melhor desenvolvimento infantil, uma vez que auxiliam na estabilidade emocional da criança, fazendo com que esta seja mais segura frente a novas situações, e a ajude nas interações com diferentes pessoas e contextos dos quais faz parte.

Os cinco participantes deste estudo demonstraram desempenhar um cuidado emocional adequado aos filhos. Em relação às expressões físicas e verbais de carinho direcionadas às crianças, todos os participantes descreveram práticas envolvendo beijos, abraços, expressão de orgulho e verbalização frequente do amor pelo filho. Estas expressões também foram observadas no estudo realizado por Portugal e Isabel (2013) sobre a comunicação na relação progenitor-filho, com dez pais e dez filhos sem parentesco entre si. O afeto, tanto verbal quanto o não-verbal, apareceu como tema recorrente nos relatos dos participantes. Segundo os autores, a existência de afeto facilita o desenvolvimento da comunicação na relação entre pais e filhos e de competências sociais na criança. Toni e Hecavei (2014) apontaram que vários estudos destacam que práticas parentais afetuosas fundamentadas no respeito, carinho, amor e confiança, proporcionam aos filhos um ambiente mais propício para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente, enquanto Gomide (2004) destacou que estas práticas são inibidoras de comportamento agressivo na criança, uma vez que fortalecem o relacionamento positivo entre pais e filhos.

De acordo com Barudy (2005), é necessário para o bom desenvolvimento da criança que os pais tenham preocupação e disponibilidade em suprir as necessidades de afeto da criança, garantindo a esta a presença de vínculos seguros com os pais e com o ambiente, e a capacidade de sentir-se querida, aceita e importante para o outro. Segundo o autor, é através dessas interações que a criança recebe palavras de incentivo e a

mensagem de que é aceita e amada incondicionalmente, passando a se sentir segura e pertencente à família. Assegurar esse tipo de relação e vínculo proporciona à criança a capacidade de diferenciar-se do outro e ter autonomia, defendendo suas próprias ideias e pensamentos, ao mesmo tempo em que se sente segura do relacionamento e vínculos constituídos com suas figuras de referência (Barudy, 2005).

No estudo de Rodríguez-Jaume e Ruiz (2015) com pais espanhóis que realizaram adoção internacional, os autores analisaram, entre outras coisas, a afetividade parental através da aplicação de um questionário online sobre *As famílias adotivas e seus estilos de vida*, que contemplava oito eixos temáticos. Os autores destacaram que, quando comparados a uma pesquisa a nível nacional, com a população espanhola em geral, era enfatizado entre os pais adotivos que o seu principal papel enquanto pais era dar afeto e carinho aos filhos (62,4%), colocando-os como prioridade no âmbito doméstico (90,4%). Para a população espanhola tais afirmações foram destacadas em menor proporção, por 38% e 65,9% dos respondentes, respectivamente. Sobre esse dado pôde-se inferir que o grupo que realizou a adoção tinha maior preocupação com relação ao carinho despendido aos filhos, o que pode estar relacionado a um preparo anterior à adoção e ao cuidado para garantir que a criança se sentisse segura e pertencente ao contexto familiar.

Em revisão de literatura sobre diferentes configurações familiares orientada por Lamb (2012), o autor destacou que práticas parentais de carinho, cuidado, afeto, e a capacidade de compreender as necessidades emocionais dos filhos são preditoras de um bom ajustamento no relacionamento entre pais e criança. No estudo de Shireman e Johnson (1985) com mães solteiras adotantes, a maior parte destas relataram preocupar-se constantemente com os filhos, descrevendo despende atenção parental para com as necessidades de cuidado, afeto, educação, saúde e segurança das crianças, bem como

atenção a aspectos psicológicos e emocionais dos filhos (Shireman & Johnson, 1985). Sendo assim, de acordo com as práticas parentais exercidas pelos pais, pode-se se presumir a qualidade do vínculo e do apego entre cuidador e criança (Simões, Farate, Soares & Dutra, 2013). Práticas que envolvem um bom suporte emocional e menor rejeição estão associadas à maior qualidade de apego, tendo impacto positivo no desenvolvimento da criança, enquanto maior rejeição e menor suporte emocional se vinculam a uma menor qualidade do apego, fazendo com que a criança esteja mais exposta à fatores de risco, dessa forma, podendo ter prejuízos no seu desenvolvimento (Simões et al., 2013).

Ao se pensar o cenário da adoção, pode-se inferir que essas práticas de expressão de afeto, auxiliam pais adotantes e filhos adotivos a desenvolverem uma boa vinculação, necessária para que se construa um sentimento de pertencimento que se concretize no dia-a-dia. De acordo com Maux e Dutra (2010), na família biológica a criança se encontra inserida em uma família que já a tem como membro efetivo, enquanto que, na adoção, tanto criança quanto pais adquirem a garantia do pertencimento através das práticas afetivas entre os membros da família e do reconhecimento da família extensa e da sociedade da relação filial.

Os cinco participantes da presente pesquisa apontaram como fator presente para a dimensão *Cuidado emocional* a questão do pertencimento. Enquanto alguns destacaram a importância de a criança ser aceita pelos membros de suas famílias e da inserção do filho de forma natural nesse novo contexto, outros apontaram as angústias e medos pela espera da concretização da adoção e a necessidade de deixar claro para os filhos que estes eram amados e esperados, principalmente quando estes não estavam registrados no nome da família efetivamente. Considera-se que a relação filial é afirmada nas vivências diárias dos membros da família em uma diversidade de

ambientes sociais (Maux & Dutra, 2010) e ainda na concretização da adoção legal da criança, ou seja, quando esta passa dispor do nome da família em seu registro (Costa & Campos, 2003; Maux & Dutra, 2010).

Alguns autores discutem que o pertencimento também é retratado no relato de pais adotivos quando estes fazem considerações sobre semelhanças entre as crianças e os adotantes, sejam essas físicas ou de personalidade (Costa & Campos, 2003; Pena, 2016). Todos os participantes em algum momento enfatizaram a semelhança entre eles e os filhos, seja no comportamento, na forma de pensar, ou em características que identificavam a família. Uma participante avaliou a esse respeito que a convivência fazia com que a criança reproduzisse atitudes e comportamentos da família, fazendo com que estes se reconhecessem na criança. Costa e Campos (2003) e Pena (2016) discutem que esta busca por conexões e semelhanças entre pais adotivos e crianças adotadas é uma forma dos pais consolidarem a vinculação parental existente entre eles e os filhos e o parentesco da criança à família, uma vez que na filiação biológica tais conexões estariam evidenciadas através dos ‘laços de sangue’.

Dentre as práticas relatadas pelos participantes para assegurar a integridade psicológica e emocional da criança, todos consideraram necessário compartilhar com a criança sua história de adoção. Todos declararam que as crianças tinham esse conhecimento e se preocuparam em estar disponíveis para tirar dúvidas das crianças à esse respeito. As mães mencionaram que se preocuparam em tornar comum a temática da adoção desde a chegada da criança, enquanto o pai discutia o tema apenas quando a criança levantava questões a esse respeito. Souza e Miranda (2009) assinalam a importância da sinceridade quanto à origem da criança nas famílias adotivas, destacando que essa conversa envolve o filho em um ambiente de compartilhamento da verdade e de lealdade entre estes e os pais, inserindo-o em um ambiente seguro e confortável.

Nem sempre a adoção foi um assunto discutido com naturalidade entre as famílias. No estudo desenvolvido há trinta anos com mães solteiras adotantes por Shireman e Johnson (1985), os autores destacaram que tanto no grupo controle com casais adotantes quanto no grupo de adoção monoparental, havia crianças que não conheciam sua origem. Com relação às famílias monoparentais femininas do estudo, pôde-se ainda inferir que, por ter se tratado de um grupo racial homogêneo, sendo tanto as mães adotivas quanto as crianças adotadas negras, as cuidadoras avaliavam como não sendo necessária a revelação. Entretanto, os autores observaram que, uma vez compartilhada a história, as famílias monoparentais, em contraste com os casais adotantes, tendiam a aceitar melhor as questões pertinentes à família biológica da criança.

Já outros autores observaram que existem medos e fantasias em torno desse tema para as famílias, por exemplo: sobre como conversar com a criança; quanto a possibilidade de algo dar errado; sobre existir a possibilidade da criança ir em busca da família biológica e os laços de sangue prevalecerem aos laços afetivos, cultivados com a família adotiva (Costa & Campos, 2003; Huber & Siqueira, 2010; Pena, 2016). Esses receios estiveram presentes mesmo quando os pais que aguardavam a adoção estavam conscientes da necessidade de compartilhar a história e de reconhecer o passado vivido pela criança (Huber & Siqueira, 2010); ou quando estes já haviam conversado com os filhos a esse respeito (Costa & Campos, 2003; Pena, 2016).

Dois pais destacaram preocupação com possíveis discriminações direcionadas à criança pelo preconceito racial, ressaltando que procuravam prepará-las de diferentes formas para compreender e enfrentar essa possibilidade. A questão da adoção interracial e a necessidade de se trabalhar com a criança as diferenças físicas e étnicas presentes na família foram assuntos encontrados em outros estudos (Rufino, 2002; Grotevant &

McDermott, 2014). Os autores defenderam a adoção inter-racial e destacaram a importância dos pais reconhecerem a relevância da comunicação aberta entre pais e filhos, para que questões como o preconceito fossem trabalhadas (Rufino, 2002; Grotevant & McDermott, 2014). Segundo proposto por Hughes et al. (2006, apud Grotevant & McDermott, 2014), nesses casos, os pais podem colaborar com os filhos através de dois processos: a socialização cultural, que seria a aproximação da criança à elementos da sua cultura de origem; e a conscientização e preparação da criança para a existência do preconceito racial. Quando os pais não estão atentos a estas questões, as crianças podem apresentar dificuldades em reconhecerem o lugar que ocupam no contexto em que vivem, já que não fazem parte do grupo étnico branco, mas tampouco podem se reconhecer como pertencentes à cultura e etnia afrodescendente (Rufino, 2002; Grotevant & McDermott, 2014).

Tendo o exposto em consideração, pode-se constatar que os pais estavam atentos às demandas emocionais dos filhos, demonstrando atuar, sempre que possível, no intuito de preparar a criança emocionalmente para lidar com questões que estavam enfrentando ou que poderiam vir a enfrentar no futuro, desenvolvendo com as crianças um repertório de ferramentas que fortalecessem seus aspectos emocionais.

Ainda na abordagem da dimensão *Cuidado*, para Hoghughi (2004), um *Cuidado social* positivo visa integrar a criança nos ambientes por ela frequentados, fazendo com que esta perceba o valor das outras pessoas, auxiliando-a na busca da construção de relações sociais saudáveis. Na presente pesquisa foi investigada a vivência da criança na família extensa e na rede de apoio extra-familiar. Os participantes descreveram que as crianças mantinham contato direto e frequente com membros da família extensa, com adultos e crianças significativos nesse contexto, e menos frequentemente, com alguns amigos dos pais. Pode-se acrescentar, a esse respeito, que o maior envolvimento com a

família extensa esteja também relacionado à necessidade que a família monoparental tem de apoio para organizar a rotina de cuidados com a criança e sua rotina pessoal de trabalho, muitas vezes recorrendo à família extensa para suprir essa necessidade. Dentre as atividades realizadas com os familiares, destacou-se que, além do apoio na rotina de cuidados, realização das atividades de lazer desempenhadas com algumas das crianças, demonstrando assim uma vivência mais intensa com a família extensa que com outros grupos. O mesmo foi descrito no trabalho de Shireman e Johnson (1985) quando os filhos das mães adotantes monoparentais tinham por volta de três anos. Suas famílias tendiam a se relacionar mais com a família extensa nesse período, porém, ao atingirem oito anos, essas mesmas famílias relataram envolvimento constante tanto da criança quanto dos pais com a comunidade escolar e religiosa.

Maia e Williams (2005) e Machado, Ferreira et al. (2015) destacam a importância da socialização da criança com outras pessoas que não fazem parte do núcleo familiar, indicando que nessa inserção da criança em outro contexto há a oportunidade desta desenvolver-se adequadamente e aprender as regras sociais presentes na comunidade, vivência esta que deve ser mediada pelos pais e que influenciarão a forma da criança se enxergar e de assumir comportamentos na relação com o próximo. Dessa forma, a dimensão *Cuidado social* é vital na construção do indivíduo, uma vez que as relações sociais que este possui influenciam diretamente na visão que ele tem de si mesmo e do outro (Hoghughi, 2004). No caso dos participantes desse trabalho, especialmente entre os que ainda tinham filhos pequenos, essa convivência da criança com outras pessoas fora do núcleo familiar acontecia principalmente no momento em que estavam na escola.

A outra dimensão das *Atividades Parentais* é a que se refere ao *Controle*, que compreende as atividades parentais relacionadas ao estabelecimento de regras e

cumprimento de limites, que são socialmente esperados por determinada cultura. Essas atividades envolvem o controle do comportamento humano e visam preparar a criança para se comportar de maneira socialmente aceitável. Algumas tarefas são consideradas inegociáveis, como hábitos de higiene e frequência na escola, inclusive estando previstas nas leis que regem a proteção da criança (ECA, Brasil, 1990), bem como regras que proíbem comportamentos de violência e desrespeito contra o outro. Já outras podem ser negociáveis, abrindo caminho para o diálogo entre pais e filhos. As práticas e exigências relacionadas ao controle são modificadas de acordo com a idade da criança, conforme aumenta a autonomia e compreensão desta. A importância dos limites fica mais clara com o passar dos anos, quando as crianças passam a interagir com figuras de autoridade e devem ter maior maturidade para se controlar nas situações do cotidiano (Hoghughi, 2004).

Gomide (2004) aponta que é necessário estabelecer regras no dia a dia com a criança, embora segundo a autora estas devam ser poucas e flexíveis, para que os filhos possam efetivamente cumpri-las. De acordo com a autora, os pais ainda devem preocupar-se com a forma escolhida para colocar limites quando uma regra é desrespeitada, uma vez que, se os pais não cumprirem com o planejado, será passada uma mensagem para a criança de insegurança do que é considerado o certo e o errado, e também de que as regras podem ser desacatadas (Gomide, 2004). Esse aspecto foi abordado de forma unânime entre os pais do presente estudo, todos se mostraram preocupados em cumprir as exigências feitas à criança.

Em relação às estratégias de controle e disciplina, verificou-se que tanto o diálogo quanto a palmada, a imposição pela autoridade e o castigo foram recursos utilizados pelas famílias entrevistadas. A socialização na família envolve, entre outras coisas, transmissão de regras, valores e padrões de conduta. As práticas utilizadas pelos

pais para educar em relação a esses objetivos podem variar ao longo do tempo, do que é considerado adequado ou não numa sociedade e em função de características das pessoas e das famílias, além das condições de vida às quais estão expostas e do período do desenvolvimento dos filhos (Patias, Siqueira & Dias, 2013).

Entre os participantes do estudo, três deles relataram fazer uso da palmada como método disciplinador em suas práticas com a criança, ainda que, segundo eles, o fizessem com pouca frequência. Foi percebido em seus relatos que a utilização desse método se dava quando a criança ultrapassava limites e regras impostos pelos pais, e após serem avisadas, ou mesmo quando as crianças mantinham o comportamento inadequado após os pais dialogarem com a criança. Para um dos pais foi explicitada a relação entre o uso da palmada e sua própria educação quando criança, demonstrando a transmissão de valores e práticas parentais entre as gerações. Esse aspecto foi destacado por Hoghughi (2004), analisando que as práticas parentais de controle são influenciadas pela história de vida dos pais e pela maneira como o controle foi significado por eles. Sendo assim, alguns pais podem avaliar como eficientes as práticas exercidas pelos próprios pais, ou discordar da forma com que foram orientados, e assim assumir outra postura frente ao controle exercido com o filho na família que constituem.

Atualmente, considera-se que a punição física não é uma estratégia adequada para se colocar limites para a criança, há uma maior valorização do diálogo e do desenvolvimento da autonomia da criança. A lei nº 13.010 (Brasil, 2014), foi implantada para garantir que a violência física e punitiva na disciplina não fosse utilizada com crianças e adolescentes (Ribeiro, 2014).

Em estudo desenvolvido por Torres, Marques, Fontenele e Sales (2015), os autores entrevistaram 24 pais de crianças em idade pré-escolar sobre suas percepções a respeito da violência infantil. Estes indicaram perceber a relação entre o comportamento

violento dos pais e consequências no desenvolvimento da criança, como sentimento de medo, traumas e mágoas, porém, viam o uso da palmada como medida educativa, não a considerando um ato violento em si, mesmo que causasse dor e sentimento de humilhação na criança. Apesar disso, muitos deles indicaram o diálogo como principal forma de educar.

É possível ponderar a esse respeito que a palmada faz parte das práticas parentais educativas no Brasil há séculos, sendo reproduzida e ensinada através das gerações, e como outras mudanças que ocorreram na família na nossa sociedade, a convivência de novos e velhos valores pode ser observada (Ribeiro, 2012; Rodriguez & Gomes, 2012), sendo assim, vê-se ainda que muitos pais reproduzem essa prática. Quanto a isso, Ribeiro (2012) aponta para a necessidade de se questionar a prática da palmada, mas sobretudo para a importância de implementar conversas sobre essa temática com os pais em diferentes contextos, acolhendo suas inseguranças, porém refletindo em conjunto sobre outras possibilidades de se estabelecer o limite, dando subsídios para que possam compreender e optar por novas maneiras de exercerem o controle parental.

Dentre os participantes entrevistados, duas relataram fazer uso exclusivamente do diálogo como prática educativa. Essas mães expuseram que incentivavam os filhos a expor seu ponto de vista e acordavam com eles alguns limites. Esse dado está em acordo com o verificado por Portugal e Isabel (2013) em estudo sobre a comunicação parento-filial, no qual os autores destacaram que a estratégia da negociação de limites e a advertência eram elementos utilizados pelos pais para o estabelecimento de regras. Os autores avaliaram que o retorno de tais práticas no relacionamento entre pais e filhos era majoritariamente positivo, indicando, sobretudo, preocupação parental. Entretanto, as participantes relataram que em algumas situações a regra e o limite deveria ser

impostos, nesses casos, as mães disseram fazer uso da autoridade parental. Outros dois participantes, mesmo usando também a palmada, descreveram utilizar a conversa como método de reavaliar com a criança o seu comportamento.

A relação entre práticas educativas parentais e o rendimento acadêmico dos filhos foi avaliada no estudo realizado por Toni e Hecaveí (2014) com crianças entre oito e onze anos. Os autores observaram que práticas educativas pautadas na monitoria positiva, na comunicação, no comportamento moral e no afeto entre pais e filhos estavam associadas ao melhor rendimento escolar das crianças. Os autores apontaram que tais práticas parentais também estavam associadas a relacionamentos mais afetuosos entre pais e filhos, fundamentados no respeito, carinho, amor e confiança, comportamentos esses que proporcionam aos filhos um ambiente favorável para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Já práticas educativas negativas, envolvendo disciplinas coercitivas, falta de acompanhamento, negligência e punição física, foram relacionadas a menores rendimentos acadêmicos entre as crianças. De acordo com revisão efetuada pelos autores, essas práticas são preditoras de comportamentos disfuncionais em crianças e adolescentes, podendo levar a comportamentos agressivos, sentimento de baixa autoeficácia, dificuldades de externalização e internalização, bem como falta de habilidade em resolver problemas.

Quatro participantes do estudo aqui apresentado, relataram destacar as qualidades e orientar os filhos a realizar uma autorreflexão quando estes apresentavam comportamentos inadequados. Essa atitude parental corresponde ao que Gomide (2004) conceitua como monitoria positiva. De acordo com a autora, para que a criança cresça e se desenvolva de forma saudável e bem ajustada, deve existir um cuidado dos pais em demonstrar interesse e acompanhamento positivo ao longo das interações com os filhos. Com esse propósito, os pais devem demonstrar amor, carinho, respeito pela sua opinião,

interesse nos assuntos propostos pela criança, sem desencadeamento de broncas e represálias, mas provocando autorreflexão sobre possíveis atitudes, elogiando seus esforços, conquistas e boas ações.

Segundo Gomide (2004), a monitoria positiva atua como prevenção de comportamentos desajustados em crianças e adolescentes. A autora afirma que isso é possível porque a criança se sente acolhida e amada pelos pais, que a tratam com respeito e interesse, construindo, dessa forma, uma relação de confiança entre pais e filhos. Tal ideia reforça o que apontam Simões et al. (2013), que, além da sensibilidade materna e paterna, práticas e condutas parentais que dão suporte à criança são preditoras da qualidade da relação e vínculo positivo entre pais e filhos.

Segundo Hoghughi (2004), as *Atividades Parentais* presentes na dimensão *Desenvolvimento* encontram-se em atos de incentivo, estimulação, e/ou criação de novas oportunidades oferecidas pelos pais visando a promoção do desenvolvimento de seus filhos. Nos relatos dos participantes entrevistados também foi possível perceber esse cuidado dos pais em promover tais atividades com as crianças. Estes demonstraram preocupar-se com o quanto de possibilidades estavam oferecendo aos filhos para que estes pudessem desenvolver da melhor forma possível seus potenciais. Hoghughi (2004) aponta que ter acesso a recursos econômicos costuma fazer com que a criança tenha uma boa promoção de educação, esporte e cultura, embora o sistema público também deva investir em tais áreas para garantir o desenvolvimento de habilidades em toda a população. Considera-se que crianças com boas oportunidades de desenvolvimento têm maiores habilidades e seu potencial é mais bem explorado.

Dentre as atividades extracurriculares mencionadas pelos pais percebeu-se uma ênfase em atividades ligadas ao esporte. Embora a entrevista realizada não adentrasse nas motivações pela escolha da atividade em questão, uma mãe relatou a importância do

basquete para o desenvolvimento do seu filho, alegando que tal atividade proporcionava uma melhor visão das diferenças sociais existentes na sociedade, já que neste grupo seu filho convivia com pré-adolescentes de diferentes classes e etnias, e que apesar dessas diferenças todos eram tratados de uma maneira igualitária. Dessa forma, para esta mãe o esporte realizado pelo filho tinha dupla importância, representava, além do desenvolvimento físico, também a possibilidade de ampliar a vivência da criança com outras situações contextuais, aprimorando seus valores pessoais.

Ficou clara também a preocupação dos pais no acompanhamento da evolução dos filhos nas escolas. Todos se mostraram atentos às questões escolares dos filhos, relatando que participavam ativamente no dia-a-dia da rotina escolar, e que buscavam outras pessoas para realizarem esse suporte, quando se viam incapazes de auxiliá-los. A esse respeito, Wade (2004) e Cia, Pereira, Prette e Prette (2006) apontam que o envolvimento dos pais com a evolução escolar dos filhos está associado ao bom desenvolvimento da leitura e melhores resultados escolares das crianças. Wade (2004) ainda destaca a importância de desenvolver o hábito do estudo diário com a criança, e tanto Wade (2004) quanto Gomide (2004) indicam que uma forma dos pais alcançarem esse objetivo seria estabelecendo um momento do dia no qual pais e filhos sentariam juntos à mesa para desempenhar suas atividades. Dessa forma, Gomide (2004) argumenta que a criança aprenderia que estudar faz parte da rotina de todos da família, e através da frequência e duração desses momentos conseguiria criar hábitos de estudos mais eficientes.

Dentre os participantes, todas as mães relataram a importância de incentivar e estimular as crianças para que estas pudessem alcançar novas habilidades e competências, se desenvolvendo em todo seu potencial. Uma questão a ser ressaltada é que todas elas descreveram particularidades do desenvolvimento da criança quando

estas chegaram que se modificaram após a inserção e convivência da criança na família. Apesar de Angélica ter levado a filha para casa aos dois meses de idade, esta tinha um diagnóstico prévio e vivência de procedimentos hospitalares que poderiam trazer sequelas para seu desenvolvimento. Já as outras mães perceberam atrasos no desenvolvimento das crianças devido ao tempo que permaneceram institucionalizadas. Todas mencionaram a preocupação em estimular a criança para recuperar tais atrasos, ou, como no caso de Angélica, para prevenir dificuldades. Todas as mães relataram atualmente preocupar-se em proporcionar estímulos educativos, como jogos, brincadeiras educativas e leitura, com a intenção de incentivar o desenvolvimento infantil. Enquanto o pai demonstrou uma maior preocupação em proporcionar ao filho essa vivência de estímulos com a presença de outros colegas na vida da criança. Sobre esse aspecto, Machado, Ferreira et al. (2015) destacaram que a existência de um ambiente favorecedor, com os estímulos necessários e com pessoas que incentivem a criança, são propiciadores do desenvolvimento saudável da criança, não apenas no aspecto físico e motor, mas também no emocional, transferindo à esta segurança e autonomia.

Três participantes enfatizaram a importância de incentivar a criança, de acordo com as fases do seu desenvolvimento e maturidade, a explorar o ambiente com liberdade, embora supervisionada. Preocupavam-se também com proporcionar aos filhos momentos de autonomia com os amigos, além de estimulá-los a pensar criticamente sobre assuntos que os influenciavam, tendo espaço para conversar e ser ouvidos em suas colocações. Gomide (2004) destaca que ao estimular a criança a explorar os ambientes por onde circula, incentivando-a a ser autônoma e buscando soluções para seus próprios problemas, os pais estão desenvolvendo também nos filhos a noção de que estes são capazes de mudar e intervir no mundo, como membros efetivos

que podem ser ouvidos e acolhidos em suas colocações. Isso é importante, uma vez que a criança que não confia em si mesma e na sua capacidade de intervir ao seu redor, pode desenvolver baixa autoestima, insegurança, podendo até, em casos mais graves, desenvolver um quadro depressivo (Gomide, 2004).

Hoghghi (2004) afirma que talvez o aspecto de maior importância da dimensão *Desenvolvimento* esteja na instrução e orientação oferecida pelos pais aos seus filhos de valores presentes na família e na cultura em que a criança e pais estão inseridos. Sobre tal temática, quatro participantes destacaram a importância de ensinar e desenvolver valores nos filhos. Estes apontaram a necessidade da criança aprender a ter respeito pelo pai e pelo próximo; aprender a dividir seus brinquedos com os amigos e primos; a ter empatia, se colocando no lugar do outro; reconhecer, ao longo do tempo, quais são os valores em que acredita, bem como demonstra-los em suas próprias atitudes; e por fim, uma mãe destacou que a orientação dos pais é importante para que as crianças sejam tolerantes. É importante frisar que nenhuma pergunta direcionada a esse tema foi proposta durante a entrevista, tendo sido ele abordado de forma espontânea pelos participantes.

Sobre isso, Gomide (2004) aponta a importância de se conversar com as crianças, fornecendo materiais que estimulem a discussão de valores morais, como livros, filmes e exemplos reais que possam ser refletidos em um momento de interação entre pais e crianças. A autora ainda acrescenta que a melhor forma de desenvolver comportamentos baseados em condutas assertivas nas crianças é pelo exemplo das atitudes dos próprios pais no cotidiano. Dessa forma, a autora conclui que “valores como honestidade, senso de justiça, solidariedade, amizade, respeito ao próximo, respeito às leis, empatia, enfim, todos aqueles que formam um cidadão devem ser foco da educação” (Gomide, 2004, p.84).

Kobarg, Sachetti e Vieira (2006) apontam para importância de se entender que os valores passados às crianças estão associados às crenças e cultura parental, concordando com as colocações de Hoghughi (2004), afirmando que o próprio comportamento e ideias para o futuro dos pais será mediado por tais experiências. Dessa forma, pode-se entender, por exemplo, os dados que aparecem no estudo de Braz, Dessen e Silva (2005) que apontam diferenças nos valores esperados futuramente para as crianças de acordo com a classe social a qual os pais pertenciam. Em seu estudo, quando falaram sobre o futuro das crianças, enquanto pais de classe popular relataram esperar que os filhos fossem honestos, trabalhadores, responsáveis e respeitadores, pais de classe média esperavam que estes tivessem sucesso profissional e fossem felizes e satisfeitos com sua escolha, bem como que desenvolvessem a afetividade. Quando analisados juntos os valores passados às crianças, os pais, de ambas as classes, destacaram como valores transmitidos aos filhos: educação e boas maneiras, respeito ao próximo, valores morais e obediência (valores de conformidade); afetividade, justiça, religiosidade e honestidade (valores humanitários); sociabilidade, autoconfiança, competitividade e capacidade (valores relativos à autonomia).

5.2.2. Áreas Funcionais

No grupo descrito como *Áreas Funcionais* Hoghughi (2004) descreve áreas do funcionamento da criança ao longo da vida que precisam de investimento parental. Estas são divididas em diferentes elementos para facilitar a observação dos pesquisadores, e envolvem as dimensões *Saúde física* e *Saúde mental* da criança, seu *Comportamento social* e seu *Funcionamento educacional e intelectual*.

Sobre esses variados elementos que compõe o desenvolvimento infantil ao longo da vida presentes nas *Áreas Funcionais*, três participantes relacionaram algumas

características do desenvolvimento das crianças, que foram observadas na chegada na família, ao impacto da institucionalização. Duas mães observaram que, uma vez que as meninas foram inseridas na família, com os novos estímulos, as crianças, de então onze meses e um ano, desenvolveram rapidamente novas habilidades, como andar e falar. Entretanto, pode-se verificar que andar e falar são habilidades desenvolvidas na faixa etária em que as duas meninas foram adotadas, não representando um atraso desenvolvimental. Sobre isso, pode-se destacar a possível influência da visão socialmente difundida entre muitas pessoas de que a instituição de acolhimento é um local negativo, valorizando apenas o ambiente familiar. Uma destas mães ainda notou outra característica alterada na criança após a convivência familiar, apontando mudanças em seu comportamento empático e social. A mãe relatou que esta era introvertida, quieta e demonstrava pouca afeição pelos outros, sendo uma criança apática, e que, com a convivência familiar, passou a se relacionar de forma diferente com as pessoas, interagindo de forma extrovertida, afetuosa e demonstrando-se sorridente e alegre. Estas duas mães relataram não notarem prejuízos no desenvolvimento atual das filhas, apesar de terem valorizado essas diferenças creditadas à falta de estimulação anterior a adoção.

Já a mãe da criança adotada aos cinco anos, observou alguns prejuízos no desenvolvimento do filho que permaneciam desafiando a criança, especialmente na escola. A avaliação que a mãe fazia era de que de houve também falta de estímulo recebido na instituição de acolhimento, bem como de um cuidado mais individualizado. Quanto a isso, alguns estudos têm verificado que as instituições de acolhimento não tendem a proporcionar um contexto suficientemente bom e adequado para o desenvolvimento das crianças acolhidas. Parte disso ocorre devido ao baixo número de cuidadores e sua alta rotatividade nas instituições, prejudicando as interações e

estabelecimento de vínculos entre crianças e figuras de cuidado. A dificuldade dos cuidadores para se dedicar a interações frequentes e duradouras, individualizando o cuidado para cada criança presente na instituição de acolhimento afeta seu desenvolvimento (Rosa, Santos, Melo & Souza, 2010; Lima & Lima, 2012; Baptista et al., 2013).

Um exemplo disso pode ser constatado no estudo de Rosa et al. (2010) em uma instituição de acolhimento, em que as autoras verificaram a presença de apenas duas educadoras contratadas por turno, para desempenharem os cuidados necessários com as 13 crianças acolhidas. Dessa forma, como observado também em outros estudos, apesar das crianças nesses contextos receberem os *cuidados físicos* necessários para sua sobrevivência, muitas vezes os *cuidados emocionais*, *cuidados sociais* e atividades de estimulação de seu *desenvolvimento* podem ser afetados pela falta de tempo e oportunidade dos educadores no desempenho dessas tarefas (Rosa et al., 2010; Lima & Lima, 2012; Baptista et al., 2013).

Contudo, um aspecto que não deve ser esquecido é que, para que o acolhimento institucional aconteça, a criança deve estar impossibilitada de manter-se, ao menos temporariamente, no ambiente familiar (Rosa et al., 2010). O motivo pelo qual a criança é encaminhada ao acolhimento e as práticas exercidas pelos cuidadores da família de origem, anteriores à institucionalização, são destacados por Lima e Lima (2012) e Baptista et al. (2013) como possíveis fatores de risco ao desenvolvimento infantil, podendo desencadear prejuízos, como: baixo peso, menor perímetro encefálico, desempenho inferior na área da linguagem, sendo ainda indicadores de problemas de internalização e externalização em crianças. Nessa perspectiva, a institucionalização se apresenta como fator de proteção à essas crianças (Lima & Lima, 2012), que na maioria

das situações, foram privadas de práticas de cuidados parentais adequados (Baptista et al., 2013).

Entretanto, um longo período de institucionalização é também destacado como propiciador de atrasos no desenvolvimento infantil. Isso posto, tendo em vista que nesse ambiente existe alta rotatividade dos cuidadores, que no geral operam em número reduzido frente à quantidade de crianças institucionalizadas, sendo acrescido da relação destes com as crianças, que não ocorrem diariamente, mas em escalas, o que interfere no vínculo para uma relação consistente entre criança e cuidador (Baptista et al., 2013).

Apesar disso, diversos estudos constataram que, ao chegar à família, as crianças, após um período de tempo, apresentaram uma recuperação acelerada do desenvolvimento (Palacios et al., 2010; Baptista et al., 2013). Johnson (2000, apud Palacios et al., 2010) afirma que, para cada ano institucionalizada, a criança tende a apresentar quatro meses de atraso em seu desenvolvimento normativo. Da mesma forma, os dados obtidos no estudo de Palacios et al. (2010) sugerem que, após a adoção, a criança pode recuperar três meses de alguns aspectos do desenvolvimento por ano, nos dois primeiros anos em família, principalmente. Em seu estudo, os autores entrevistaram 289 famílias adotivas sobre a chegada da criança e seu desenvolvimento ao longo de três anos de adoção, acompanhando dados relacionados à altura, peso, perímetro encefálico e desenvolvimento psicológico. Os autores comprovaram sua hipótese de que o desenvolvimento infantil era afetado negativamente quando relacionado a experiências adversas no início da vida e com longos períodos de institucionalização. Contudo, outra hipótese comprovada no estudo de Palacios et al. (2010) foi a recuperação desenvolvimental após a adoção, observando-se inclusive maiores ganhos àquelas crianças com maiores prejuízos iniciais, dado também apontado pela revisão de Baptista et al. (2010). Entretanto, sobre esse mesmo assunto, Baptista et

al. (2013) verificaram que quanto maior o tempo institucionalizado, menores são as chances de uma recuperação desenvolvimental completa ao longo dos anos que se seguem à adoção.

Um aspecto interessante, com relação aos fatores estudados por Palacios et al. (2010), (peso, altura, perímetro encefálico e desenvolvimento psicológico), é que apenas a correlação entre desenvolvimento psicológico e tempo de institucionalização foi significativa, demonstrando que as crianças adotadas em diferentes idades recuperavam altura, peso e perímetro encefálico de forma similar, independentemente do tempo institucionalizadas, enquanto o desenvolvimento psicológico não era recuperado da mesma forma.

As dimensões *Saúde física, Funcionamento intelectual e educativo, Comportamento social e Saúde mental*, presentes no grupo das *Áreas Funcionais* (Hoghughi, 2004), apresentam características e elementos do funcionamento contínuo das crianças, que têm origem tanto na própria pessoa quanto nas experiências vividas com o ambiente e com os outros, sendo importantes na parentalidade por serem fenômenos relacionais, ou seja, que se desenvolvem e se atualizam no relacionamento entre pais e filhos.

Dessa forma, os aspectos do funcionamento da criança influenciam as respostas parentais tanto nas dimensões presentes no grupo dos Pré-Requisitos, que envolvem recursos e características do próprio pai, quanto no exercício das Atividades Parentais, práticas necessárias à sobrevivência e desenvolvimento da criança. Do mesmo modo, o comportamento parental também influencia as características das crianças presentes nas dimensões do grupo das *Áreas Funcionais*.

Para Hoghughi (2004), a dimensão *Saúde física* tem como objetivo retratar as características do desenvolvimento físico da criança. Todos os pais entrevistados

alegaram que seus filhos possuíam um desenvolvimento dentro do esperado. Apenas duas participantes relataram leve atraso motor da criança quando chegaram à família, porém estas superaram estes atrasos ao serem estimuladas. Sendo assim, o foco dos pais na dimensão *saúde física* tinha foco na prevenção de danos e fornecimento de oportunidades para que a criança se desenvolvesse, atendendo as necessidades por elas apresentadas, bem como na manutenção de cuidados básicos para sua sobrevivência (Hoghughi, 2004).

Os pais revelaram que conseguiam identificar quando seus filhos ficavam doentes ressaltando as características apresentadas por eles nessas situações. Como discutido anteriormente em outras dimensões, todos os pais demonstraram preocupar-se com a saúde física da criança, proporcionando a elas acompanhamento médico periódico, tanto no que tange a prevenção quanto no momento em que a criança já apresentava alguma enfermidade. Sendo assim, pode-se constatar que estes reconheciam as necessidades e características de saúde física dos seus filhos, e buscavam atender a essas necessidades.

Um pai relatou ainda que o filho havia sido diagnosticado aos três anos de idade com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, e uma mãe, de formação médica, relatou perceber no comportamento da criança, também de três anos, sinais do mesmo transtorno. A esse respeito, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014) é descrito que a maior parte dos diagnósticos de TDAH ocorrem no ensino fundamental, através da desatenção e da dificuldade da criança em respeitar as normas impostas em classe devido ao excesso de atividade motora. Isso ocorre em virtude do duvidoso diagnóstico anterior à essa idade, como no caso dos pais desta pesquisa, pois os comportamentos destacados no transtorno podem se confundir

com comportamento normal da criança para essa fase do desenvolvimento (DSM-5, 2014).

Prais, Santos e Levandovski (2016) discutem sobre o aumento do diagnóstico de crianças com TDAH e o crescimento da venda de medicamentos para tratar esse transtorno, apontando algumas divergências ainda existentes na academia quanto aos benefícios do uso da medicação em todos os casos de TDAH, bem como no processo de diagnóstico clínico, este geralmente realizado por meio de escalas referentes à desatenção, hiperatividade e impulsividade. Quanto aos pais do presente estudo, ambos relataram que não faziam uso de medicação controlada, pois entendiam que tal medicação era desnecessária no caso da criança, e que poderia ser prejudicial ao seu desenvolvimento. Dessa forma, esses pais demonstraram que procuravam ser sensíveis às características das crianças, contudo também relataram que observavam atentamente a necessidade de buscar intervenção médica e medicamentosa para seus filhos.

A dimensão *Saúde mental* está relacionada aos aspectos da personalidade, pensamento e sentimentos da criança sobre si mesma e sobre os outros (Hoghghi, 2004). Estes são influenciados por múltiplos fatores, desde características pessoais da criança e dos pais, características genéticas, ambientais, bem como experiências vividas ao longo da vida (Miller & Jenkins, 2004). Crianças que apresentam dificuldades na área da saúde mental podem desenvolver problemas de internalização, implicando em distúrbios emocionais como ansiedade, baixa auto-estima, depressão, preocupações, etc.; ou de externalização, normalmente indicando dificuldades de comportamento adequado esperado pela criança, como acessos de raiva, brigas, agitação constante, etc. (Miller & Jenkins, 2004).

Dentre as crianças do presente estudo, três participantes observaram, ao longo do desenvolvimento dos filhos, características que puderam ser associadas à dimensão

Saúde mental. Duas participantes avaliaram que a experiência de institucionalização afetou o desenvolvimento das crianças antes de serem inseridas na família. Estas crianças, de acordo com as mães, manifestaram problemas de internalização, como introversão e pouca sociabilidade. Contudo se tornaram mais expressivas após as primeiras semanas de convivência com a família. A criança que foi adotada aos cinco anos foi descrita pela mãe como imatura para sua idade cronológica, quando inserida na família. Esta justificou tal afirmação através de comportamentos apresentados pela criança na época da adoção, como: chupar o dedo, precisar ser ninado no colo e ainda fazer xixi na cama. Todas essas fragilidades podem ser avaliadas como uma vulnerabilidade emocional, apresentada pela criança que demandou da família cuidados e afeto. Além disso a mãe percebeu com a convivência que o filho tinha necessidade de agradar a mãe e ter certeza de seu afeto. Para dar suporte para a criança foi fornecida a ela atendimento psicológico.

A influência de um longo período de institucionalização sobre a saúde mental da criança pode ser analisada através do estudo acerca do estresse tóxico. Este pode interferir no desenvolvimento neural da criança quando ela vivencia processos estressantes e mal adaptados por longa duração de tempo e com alta intensidade, aumentando o risco de essa desenvolver problemas psíquicos (ex. depressão, ansiedade, transtorno pós-traumático, etc.) e fisiológicos (ex. diabetes, pressão arterial, etc.) (Arruabarrena & Paúl, 2012).

Sobre o estresse tóxico, a American Academy of Pediatrics (2012) assinala que a falta de relacionamentos protetivos e bons vínculos entre cuidadores e crianças intensifica a possibilidade dessas experiências estressantes e adversidades vivenciadas ao longo da infância influenciarem negativamente o desenvolvimento infantil.

Hoghugh (2004) aponta que são várias as formas de prover recursos para que as crianças possam superar estas adversidades e melhorar sua resiliência, sendo estas através da própria escuta, do ajuste das práticas parentais, do reconhecimento de quais características parentais possam estar influenciando o aparecimento de tal questão psíquica na criança, além da psicoterapia.

Para outra participante que relatou ter havido muitas mudanças na vida da filha, após a inserção na família, foi observada a dificuldade da criança de externalização. A criança em determinado momento ficou agitada, chorosa, e não aceitava ir à escola. A mãe associou tais comportamentos a uma possível sensibilidade a um sentimento de abandono, experienciado pela criança nessas múltiplas mudanças de contexto, rotina, bem como do afastamento de figuras importantes de afeto, ora a família extensa, ora a própria mãe. Essa criança demonstrava sensibilidade às experiências de separação das figuras de apego, reação compreendida pela mãe.

Apesar das três situações analisadas, todos os pais enfatizaram com frequência os aspectos positivos da saúde mental da criança, destacando características atuais dos filhos. Os participantes descreveram os filhos como alegres, carinhosos, extrovertidos, determinados, espontâneos e de bom coração, apontando ainda que estes expressavam diariamente afeto pelos pais. Sobre esse bom relacionamento entre pais e filhos, Sakuramoto, Squassoni e Matsukura (2014) apontaram em seu estudo que práticas parentais positivas e apoio social recebido pelos pais estão associados a uma boa saúde mental da criança e do adolescente. Da mesma forma, Lamb (2012) destacou que uma boa saúde mental infantil independe da composição familiar à qual a criança faz parte, sendo esta influenciada pelos eventos estressores vivenciados pela família, e não pelo arranjo que a compõe.

Sobre a dimensão *Comportamento social*, Hoghughi (2004), esclarece que esta dimensão abrange a forma como as crianças se relacionam com os outros, sendo estes pares ou adultos, e ainda a capacidade de responder adequadamente aos limites, regras e cultura na qual estão inseridas, indicando maiores ou menores habilidades sociais da criança em relação à sua adequação ao contexto. Os participantes demonstraram avaliar o comportamento das crianças e suas habilidades sociais de forma positiva, destacando que estes são alegres, afetuosos, e mantêm um bom relacionamento com as pessoas em seu entorno, tanto colegas quanto familiares.

Embora pouco tenha sido descrito sobre o comportamento social das crianças no presente estudo, outros aspectos dessa dimensão foram anteriormente retratados nas categorias *Cuidado social* e *Controle*, ao se discutir o foco parental na socialização da criança e na imposição de regras e limites necessários para se viver em sociedade.

Estudo desenvolvido por Leme, Prette e Coimbra (2013) sobre práticas educativas parentais e habilidades sociais em adolescentes verificou que, independentemente das composições familiares avaliadas, os adolescentes apresentavam níveis de habilidades sociais semelhantes, mesmo após vivenciarem um momento de stress, caracterizado pela separação dos genitores. Uma das composições familiares entrevistadas foi a família monoparental, dado importante para a presente pesquisa, uma vez que as autoras apontaram que, mesmo adolescentes vivendo com apenas um dos genitores, alcançavam resultados satisfatórios nessa dimensão.

Sobre a dimensão *Funcionamento Intelectual e educativo*, durante a entrevista, todos os participantes demonstraram ter como preocupação desempenhar atividades que estimulassem a criança, como descrito anteriormente na dimensão *Desenvolvimento*, com o intuito de proporcionarem aos filhos maior variedade de estímulos para o seu desenvolvimento, inclusive o cognitivo. De acordo com Hoghughi (2004), tais práticas

parentais atuam como propulsoras do *Funcionamento intelectual e educativo* da criança, auxiliando-a a pensar criticamente, resolver problemas e expandir o seu conhecimento. Hoghugh (2004) avalia ainda que os pais possuem grande influência nesta dimensão.

Os quatro participantes que adotaram bebês ressaltaram aspectos como a inteligência da criança e o fato de serem espertos, enquanto a mãe que realizou a adoção tardia descreveu o filho com características que indicavam o esforço e dedicação da criança para obter os resultados esperados na escola. Quanto a isso, essa participante demonstrou perceber que houve a falta de contato do filho com diversos materiais comumente explorados por crianças, e enfatizou que proporcionava estímulos para que este desenvolvesse o que ficou defasado durante o tempo que passou institucionalizado. Esta mãe avaliou que as lacunas no desenvolvimento cognitivo do filho, decorrentes da vivência anterior à adoção influenciava ainda o desempenho acadêmico da criança, demandando do filho um maior investimento de tempo para alcançar seus objetivos acadêmicos, quando comparado aos pares.

De acordo com Wade (2004), existem evidências do impacto do comportamento parental sobre o funcionamento intelectual e educativo da criança, sugeridos em práticas como: estimulação cognitiva; incentivo parental à autonomia da criança; uso da disciplina; e a responsividade emocional e verbal dos pais com seus filhos. Sendo assim, as crianças adotadas ainda bebês pelos participantes tiveram a oportunidade de receber esse cuidado individualizado desde a primeira infância, enquanto a criança que foi inserida na família mais tarde recebeu esse cuidado posteriormente, já na segunda infância. Considerando esse quadro, pode-se inferir que, de fato, a falta de estímulo inicial justifica as dificuldades acadêmicas que a criança encontrava até o momento da entrevista, análise igualmente pontuada pela mãe.

5.2.3. Pré-Requisitos

De acordo com Hoghughi (2004), alguns Pré-Requisitos são necessários aos pais para que atinjam uma parentalidade suficientemente boa com seus filhos e possam desfrutar dessa atividade ao longo de suas vidas. As dimensões presentes nesse grupo são: *Conhecimento e Compreensão; Recursos; Oportunidade e Motivação*. Apesar de Hoghughi (2004) destacar a complexidade e extensão destes recursos, o autor considerou que estes são indispensáveis para o desenvolvimento da parentalidade.

De acordo com o autor, a dimensão *Conhecimento e Compreensão* tem foco na percepção dos pais em reconhecer e compreender o estado e necessidades da criança, sendo capazes de assim interpretá-los e agir frente a isso. Dessa forma, essas habilidades dão aos pais a capacidade de pensar nas ações possíveis para intervenções com a criança (Hoghughi, 2004). Segundo o autor, os pais adquirem conhecimento sobre aspectos do desenvolvimento ao longo da vida, transmitidos culturalmente, e passam a reconhecê-los nas crianças através das vivências e conhecimento sobre o comportamento das crianças de modo geral e do comportamento e características pessoais dos próprios filhos (Hoghughi, 2004). O autor aponta que essa dimensão muitas vezes é trabalhada em cursos e treinamentos com pais, como Curso Pré-Natal ou Cursos de Parentalidade, quando fornecem estratégias e habilidades para os pais conhecerem as necessidades das crianças.

Os pais devem também reconhecer e saber avaliar riscos que envolvem o cotidiano da criança e saberem em que momentos devem permitir ou não que estas desenvolvam determinadas atividades (Hoghughi, 2004). Estes também devem estar atentos para reconhecer de que forma tais intervenções implicam na qualidade do relacionamento entre cuidador e criança e avaliar se suas intervenções atingiram os resultados esperados.

Em diferentes momentos das entrevistas os participantes demonstraram ter sensibilidade para com seus filhos, buscando acolhê-los, atender suas demandas, reconhecer seus estados emocionais e agir para promover seu desenvolvimento.

Os autores Oliveira, Ables e Dingler (2012) discorrem sobre o conceito de empatia parental, que envolveria a sensibilidade para reconhecer o estado emocional dos filhos. Estes destacam que tal característica é fundamental ao desenvolvimento e socialização da criança, uma vez que é através da empatia que a criança é inserida primeiramente no grupo familiar e posteriormente no grupo social.

Segundo revisão de Oliveira et al. (2012), pais que desenvolvem a empatia parental estão demonstrando aos filhos aceitação frente aos seus sentimentos. Essa demonstração de compreensão parental está associada a uma melhor capacidade da criança de entender o sentimento do outro, ensinando-a a ser também empática.

A capacidade para atuar empaticamente com relação à criança depende de fatores como características pessoais dos cuidadores e situações contextuais (Oliveira et al., 2012). Segundo estudo de Walker e Cheng (apud. Oliveira et al., 2012), uma baixa empatia parental pode ser prejudicada por eventos estressores com fatores de risco como o desemprego dos pais, pobreza, insegurança, etc., enquanto elevada empatia parental pode suavizar a influência de tais efeitos no desenvolvimento da criança.

Em relação à dimensão *Recursos* Hoghughi (2004) considera que abrange quatro áreas diferentes dos recursos parentais, sendo estas: *competências parentais, qualidades parentais, recursos sociais e recursos materiais*.

De acordo com Barudy (2005) existe diferença entre a parentalidade biológica e a parentalidade social. O autor aponta que a primeira é a capacidade de gerar um filho, enquanto a parentalidade social está nutrida de competências parentais, que seriam capacidades práticas aprendidas pelos pais ao longo da vida para garantir um

desenvolvimento saudável da criança. Dessa forma, a maioria dos genitores são capazes de exercer também a parentalidade social, demonstrando possuir competências parentais para o cuidado da criança. Porém, existem situações nas quais os genitores não possuem repertório para realizar a parentalidade social adequadamente, e nesses casos, as crianças comumente sofrem danos, podendo estes serem físicos e/ou psicológicos (Barudy, 2005).

Hoghugh (2004) aponta para essa questão ao discutir que as *competências parentais* não são inatas, pelo contrário, são adquiridas nas vivências dos próprios pais em sua cultura, pela forma como foram educados e como observam outros pais educarem seus filhos, pelo acesso a informações sobre o desenvolvimento infantil, etc. Essas competências podem ser assimiladas formalmente, através de aulas, cursos parentais, leituras sobre o desenvolvimento da criança; ou informalmente, por meio da vivência com crianças e filhos, pela mídia, pelo conhecimento adquirido pelas experiências cotidianas, etc.

Pais que possuem *competências parentais* adequadas têm um repertório de habilidades sociais bem desenvolvido. Nesse sentido, quanto mais competências aprendidas consideradas assertivas, maiores são as chances de ensinarem aos filhos tais habilidades, de manterem um relacionamento de qualidade entre pais e filhos, e de que as crianças tenham comportamentos bem adaptados (Cia et al., 2006; Patias et al., 2013). Em contrapartida, pais com baixo repertório de habilidades sociais constituem fator de risco e vulnerabilidade às crianças. Esses pais tendem a possuir um relacionamento de baixa qualidade com os filhos, e estes costumam apresentar baixas habilidades sociais e comportamento mal adaptado (Cia et al., 2006; Patias et al., 2013).

O acolhimento institucional e a adoção muitas vezes são alternativas encontradas para garantir os direitos de crianças que vivem nesses contextos desfavoráveis, com pais

com baixo repertório de competências parentais, que descumprem sua responsabilidade com relação aos direitos da criança e não garantem os cuidados necessários aos filhos (Barudy, 2005). Isto posto, compreende-se que os pais adotivos, na maioria dos casos, adotam crianças que de alguma forma tiveram seus direitos violados. Sendo assim, espera-se que os pais adotivos apresentem repertório adequado de competências parentais para cuidar dessas crianças e suprir as necessidades que não foram atendidas.

A esse respeito, apenas duas perguntas presentes no roteiro de entrevista semi-estruturado indagavam sobre o preparo específico para a adoção e a aquisição de competências parentais ao longo do relacionamento com a criança, abordando diretamente a temática das competências parentais. A possibilidade de, através dos relatos dos participantes, reconhecer as competências parentais das quais dispõe os pais é um importante instrumento de análise da parentalidade exercida por eles.

Com relação ao preparo para adoção, além dos participantes que citaram o curso de adoção oferecido pela Vara da Infância e Juventude discutido anteriormente, duas participantes demonstraram ainda que procuraram adquirir competências específicas através da leitura e também conversando com outras pessoas.

Três dos participantes ainda apontaram que aprenderam competências parentais através da educação despendida pelos pais com eles mesmos. Dessa forma, esses participantes relataram repetir algumas práticas parentais com os próprios filhos. Entretanto, o pai relatou também ter avaliado a forma como foi criado e o que poderia fazer diferente com seu próprio filho, especialmente com relação à expressão do afeto. Sendo assim, apesar das competências transmitidas intergeracionalmente, pode-se inferir que as práticas vivenciadas nas famílias de origem são avaliadas, sendo reproduzidas ou modificadas conforme essa avaliação.

No estudo de Lopes, Prochnow e Piccinini (2010) com mães de bebês de três meses, verificou-se também essa transmissão geracional. As mães declararam que buscavam com frequência o apoio das próprias mães ou de outras figuras mais experientes em relação à maternidade, para que através desse auxílio adquirissem novas habilidades, facilitando o cuidado com o bebê e sentindo-se mais seguras e confiantes nas atividades diárias com a criança.

Sobre as *qualidades parentais* que compõe também a dimensão *Recursos* para a parentalidade, estas são aquelas que envolvem características pessoais e da personalidade da pessoa. Segundo Hoghughi (2004) as *qualidades parentais* tendem a promover e auxiliar o bom desenvolvimento da criança, e estão ligadas à previsibilidade do comportamento parental, sendo assim, à possibilidade de antever a forma como os pais vão interagir com a criança, se com carinho, atenção, inteligência, etc. A ausência de problemas ligados à saúde mental também são preditoras de uma melhor promoção do desenvolvimento infantil e da interação entre pais e crianças (Hoghughi, 2004; Souza & Veríssimo, 2015).

Todos os participantes relataram características próprias de sua personalidade que facilitavam o exercício da parentalidade, sendo estas a tranquilidade, a espontaneidade, a disponibilidade para a criança, a atenção, bem como serem zelosos, amorosos e carinhosos. Pode-se inferir que, além de favorecer o desenvolvimento da criança, tais características foram preditoras de um bom relacionamento parental, envolvendo o bom estabelecimento de vínculos entre estes e a crianças, desenvolvendo um clima de segurança e acolhimento para o desenvolvimento infantil.

Em seu estudo longitudinal com mães adotantes solteiras, Shireman e Johnson (1985) e posteriormente Shireman (1996) apontaram que nos dois momentos analisados as mães demonstraram lidar bem com eventos estressores e adversos na vida das

famílias, mostrando-se resilientes e atentas aos sentimentos e necessidades das crianças. O comportamento destas mães frente a eventos como a perda de um familiar importante para o funcionamento da família e a vivência de alguma doença séria ou a hospitalização de algum membro familiar foram avaliados como rapidamente ajustados frente às necessidades da criança e das necessidades pessoais (Shireman & Johnson, 1985).

Os participantes desse estudo também destacaram suas qualidades que favoreciam ou prejudicavam a imposição de limites às crianças, destacando o “ser rígido” como facilitador e a flexibilidade como um dificultador para a imposição de regras. De acordo com revisão de literatura orientada por Patias, Siqueira e Vieira (2013) as características parentais são influenciadas pelos eventos experienciados pelos pais ao longo da vida, e são importantes para a forma como realizarão o cuidado e o controle com a criança, envolvendo a escolha de práticas parentais a serem desempenhadas com relação esta.

Sobre a relação entre os eventos da vida e o desenvolvimento de características, ressalta-se que todos os pais descreveram que se modificaram a partir da convivência com a criança e do exercício da parentalidade, desenvolvendo características, e também habilidades, que antes não eram observadas em seu repertório.

Hoghugh (2004) ressalta também na dimensão *Recurso* a importância de uma *rede social* efetiva no desenvolvimento da parentalidade, observando que as qualidades e competências parentais são potencializadas pela presença e envolvimento de outras pessoas no cotidiano da família. Quando um novo membro é adicionado a uma família, sendo através da filiação biológica ou adotiva, a dinâmica inicial é modificada e adaptações são feitas no sentido de inserir aquele membro ao grupo social do qual a família faz parte. Nesse sentido, o apoio e a inclusão dessa criança no contexto é de

extrema importância pois gera uma sensação de pertencimento ao grupo e à família, e segurança em relação ao exercício da parentalidade na obtenção de uma rede de apoio efetiva (Maux & Dutra, 2009). De acordo com todos os participantes da presente pesquisa, suas famílias e amigos acolheram a criança enquanto membro familiar, e conviviam frequentemente com as crianças, realizando com estas diversas atividades.

Um dos participantes ainda citou que a presença de amigos era tão importante quanto a presença do apoio familiar, uma vez que a convivência da criança com os amigos era frequente, sendo o filho inserido em todas as programações de lazer realizadas pelo pai com esse grupo social. O participante citou ainda o contexto de trabalho como influência no cotidiano do filho, já que este passava as manhãs no ambiente profissional do pai, convivendo com seus colegas de profissão. Em outro estudo, um pai solteiro, entrevistado por Ribeiro et al. (2011) também relatou a importância da rede social extra-familiar na vida da família, uma vez que a família extensa nunca aceitou sua decisão de assumir a guarda do filho. Assim, o pai do estudo desses autores, apontou a presença de amigos, a escola da criança e serviços públicos de saúde como rede social. Como afirma Sluzki (2006, apud. Machado, Féres-Carneiro et al., 2015), a rede de apoio social não se restringe à rede familiar, mas também à participação de outras pessoas presentes em diferentes contextos que influenciam a vida da família.

Ainda com relação à rede de apoio, no estudo realizado por Lopes et al. (2010) com mães primíparas cujos filhos tinham três meses de idade, os autores buscaram conhecer a rede de apoio feminina das mães que viviam com os pais do bebê. Estes verificaram que 98% das mães tiveram a presença de alguma figura feminina durante os três primeiros meses do bebê, 78% era a própria mãe, e 15% outra mulher, enquanto 33% tinham a presença da mãe e de outra mulher como figura de feminina. Enquanto

54% dessas mulheres serviram de modelo de identificação para as novas mães, auxiliando-as a adquirir novas competências parentais, 19% das mulheres apoiaram as mães ao dividir as tarefas com o bebê e a casa e outras 13% as liberaram das atividades domésticas para dedicar seu tempo com exclusividade ao bebê. Dessa forma, para grande parte das mães, suas mães, sogras, cunhadas, etc., desempenharam um papel fundamental no nascimento da criança ao exercerem a função de rede social. Embora não se constituísse o foco do estudo, os autores destacaram a alta incidência da presença do esposo como figura de apoio

Já no estudo desenvolvido por Dessen e Braz (2000) com quinze casais que vivenciavam o período da gravidez ou dos primeiros meses do bebê, as autoras observaram que durante a transição para a parentalidade as jovens mães destacaram como principal rede social de apoio a figura do marido/companheiro (60%), seguido do apoio das próprias mães (30%). Diferente disso, na monoparentalidade a rede de apoio da família não inclui a presença de um companheiro com quem se possa conversar e dividir responsabilidades, demonstrando a importância da presença de uma rede de apoio efetiva para esses pais para o bom funcionamento da rotina familiar.

Os cinco participantes do presente estudo demonstraram receber o auxílio da família extensa, em maior ou menor grau, para ajuda-los com a rotina da criança. Quatro participantes dividiam o mesmo apartamento/casa/lote com tios e avós da criança, respectivamente, demonstrando haver constante convívio entre os familiares. Apenas uma participante relatou morar em um bairro afastado do restante da família, embora contasse com seu auxílio durante os dias da semana. No caso de duas participantes, estas relataram ainda a esse respeito que contaram com o apoio de uma funcionária no passado. Dessa forma, percebe-se que os pais solteiros podem sentir-se desamparados caso não tenham uma rede de apoio efetiva para ajudá-los nos cuidados

com a criança, e nem sempre existe a disponibilidade financeira para recorrer à contratação de ajudantes externos (Santos et al., 2011).

No estudo de Sakuramoto, Squassoni e Matsukura (2014) com 51 pais e mães casados, os participantes destacaram que o maior suporte social que recebiam vinha da família extensa, considerado em 43,77% dos casos, sendo superior até mesmo ao suporte obtido por cônjuges e filhos, relatados na porcentagem de 42,89%. Os pais declararam considerar tal apoio satisfatório, e foi verificado no estudo uma correlação entre o apoio social recebido com melhores práticas parentais, o que conseqüentemente influencia no desenvolvimento positivo da criança. Porém, os autores avaliaram a necessidade de uma rede apoio que auxiliasse as famílias nas dificuldades encontradas no exercício da parentalidade, possibilitando uma ampliação do seu entendimento quanto às práticas e estímulos necessários para um melhor desenvolvimento infantil, aprimorando a sua atuação parental.

Shireman e Johnson (1985) destacaram que entre as 22 mães que realizaram adoção monoparental acompanhadas em seu estudo longitudinal, sete moravam com algum membro da família extensa. Apesar disso, apenas seis mães relataram não possuir o apoio da família extensa nas atividades de lazer e cuidados diários com a criança. Dentre as mães entrevistadas, três haviam se casado e viviam com a criança e o marido. Shireman (1996) destacou ainda a importância da presença da rede de apoio para as famílias participantes, relatando que as mães apontaram, por ordem de relevância, os grupos de famílias com filhos adotivos e a terapia como principais fontes de suporte, respectivamente.

A respeito dos *recursos materiais*, de acordo com Hoghughi (2004), estes são importantes para garantir a sobrevivência da criança, fornecendo desde moradia até as necessidades básicas de alimentação, saúde, etc. Quanto maiores os recursos de uma

família, maiores são as possibilidades de estimulação do desenvolvimento infantil e acesso a melhores oportunidades. Porém, o autor ressalta que a pobreza por si só não é um preditor para uma parentalidade insatisfatória, apesar de demandar um esforço muito maior de investimento parental, quando os pais almejam superar seus efeitos adversos (Hoghughi, 2004).

Com relação ao nível socioeconômico e contexto das famílias, Patias, Siqueira e Dias (2013) verificaram que estes influenciam, de diferentes formas, a maneira com que os pais compreendem uma determinada realidade e a percepção do que devem ensinar aos seus filhos. De acordo com revisão de literatura orientada pelos autores, foi percebida uma tendência das famílias urbanas com maiores recursos materiais para educarem os filhos com práticas indutivas, valorizando as ideias e a autonomia da criança, enquanto famílias de baixa renda de contexto rural demonstravam utilizar práticas mais coercitivas e de imposição de autoridade, ensinando valores de obediência e conformidade frente ao outro (Patias et al., 2013). Ainda que os autores correlacionem tais comportamentos ao nível socioeconômico, é fundamental considerar as demais variáveis presentes em cada estudo analisado, como o contexto social e regional dos participantes, idade das crianças, fases do desenvolvimento, etc.

Embora a monoparentalidade constantemente seja apresentada como um fator que contribui para a diminuição de recursos materiais disponíveis para a família, é importante ressaltar que existem diferenças entre a monoparentalidade advinda de situações estressoras, como o divórcio e a viuvez, e a monoparentalidade exercida pela escolha em ser pai ou mãe solteiros. Enquanto na primeira situação a família deve se adaptar à diminuição de dois provedores para um, o que pode acarretar em instabilidades na vida dessas pessoas, como por exemplo diminuição de recursos para prover as necessidades básicas da família, a mudança de moradia, de bairro e até mesmo

escola das crianças; nas famílias monoparentais advindas da escolha do sujeito em ser pai/mãe pode-se observar o contrário, uma vez que existe um planejamento financeiro anterior para a chegada dessa criança (Lamb, 2012; Rivas et al., 2011).

A situação observada com os participantes dessa pesquisa reforça essa avaliação, visto que a maioria deles possuem condições financeiras suficientes para suprir as necessidades da criança. Uma das mães ainda ressaltou que realizou a adoção apenas depois de ter conseguido estabilidade financeira e ter organizado sua casa.

Apenas uma participante declarou que seria mais confortável economicamente se tivesse um companheiro para dividir os gastos relacionados à criança, embora afirmasse possuir capacidade de prover as demandas financeiras sozinha. Os demais participantes não fizeram nenhuma menção a isso. Além das necessidades básicas, os pais relataram que investem em outros aspectos da vida das crianças, com a finalidade de promover o melhor desenvolvimento dos mesmos, informando que os filhos têm acesso à escola particular, atividades extracurriculares, atividades de lazer e passeios. Durante os momentos de lazer, notou-se que, para quatro famílias que possuíam renda financeira superior à cinco salários mínimos, algumas atividades rotineiras realizadas com os filhos, destacadas pelos pais, envolviam atividades culturais tais como idas ao cinema, teatro e concertos, enquanto a participante que ganhava até dois salários mínimos não relatou a realização desse tipo de atividade. Na organização da rotina de cuidados com a criança, duas participantes ainda destacaram que no passado puderam contratar funcionárias para auxiliá-las no cuidado com a criança durante sua ausência e no momento da entrevista duas mães utilizavam o serviço de vans para o trajeto escolar.

O último Pré-requisito para a parentalidade diz respeito à *Oportunidade e Motivação*. Segundo Hoghughi (2004), o próprio desenvolvimento humano faz com que as pessoas já possuam algum conhecimento acerca das necessidades de uma criança.

Porém, é impreterível que esse conhecimento seja colocado em prática. Para o autor, a *Motivação* é acessada no momento em que existe o desejo de colocar-se em ação o que se sabe na teoria, com a intenção de beneficiar e atender as necessidades da criança. A motivação para a parentalidade está relacionada a diversos aspectos, como o desejo de ser mãe/pai e aos desafios e continuidades experienciados através da vivência cotidiana da família, bem como o suporte pessoal do cuidador para priorizar a criança em suas atividades.

Um aspecto importante apontado por quatro dentre os cinco participantes foi a mudança de prioridade na vida dos adotantes após a chegada da criança. Em pesquisa realizada na Espanha, ao analisar os dados referentes a pais adotivos e à população em geral, quando eram solicitados a responder sobre o que lhes vinha à mente enquanto prioridade do ambiente doméstico, 90% dos pais adotivos respondiam pensar em seus filhos como prioridade, enquanto a mesma resposta obtida entre a população geral apareceu para 66% dos respondentes (Rodriguez-Jaume & Ruiz, 2015). Pode-se inferir que essa diferença pode estar associada ao fato de os pais adotivos possuírem necessariamente um desejo anterior e um preparo para exercerem essa maternidade e paternidade, construída no tempo de espera. Esse desejo é concretizado com a presença da criança, através da possibilidade de experienciar, na prática, a parentalidade. Sendo assim, a transição para a parentalidade se constitui em um momento de transformação também para os pais, ao atualizarem e assumirem, durante a convivência com a criança, as práticas e papéis necessários a serem desempenhados por estes na relação com seus filhos, alterando, inclusive, seu propósito de vida (Bicca & Grzybowski, 2014; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016; Maux & Dutra, 2009).

Todos os participantes desse estudo afirmaram que possuíam satisfação em exercer a maternidade/paternidade. Tanto o pai como as mães concluíram que esta foi

uma escolha que lhes trouxe um grande sentimento de completude. Essa avaliação também foi feita pelos participantes dos estudos de Santos et al. (2011), Dias et al. (2013) e Bicca e Grzybowski (2014) que relataram vivenciar sentimentos de felicidade e satisfação após a concretização da adoção, e ainda revelaram que, mesmo havendo alguma dificuldade de relacionamento com a criança, o sentimento que prevalecia era o de bem-estar e de realização.

No estudo de uma família monoparental advinda do divórcio, os autores destacaram que o apoio entre pai e filho e o vínculo estreito estabelecido nessa relação foram apontados como primordiais para o sentimento de completude da família (Ribeiro et al., 2011). Sobre o relacionamento entre mães e filhos na composição familiar monoparental adotiva, Shireman e Johnson (1985) e Shireman (1996) descreveram que, independente do momento analisado, sendo este na infância (1985) ou no início da adolescência (1996) dos filhos, as mães colocavam a relação com a criança como central em suas vidas e tanto mães quanto filhos descreviam as interações em família como prazerosas e como fonte de alegria. Shireman (1996) apontou ainda que, em vários estudos, a satisfação de pais e mães adotivos solteiros era comparada à satisfação de adoções por casais heterossexuais.

Ao se analisar a esfera do desenvolvimento, o fato de a criança ser importante para outra pessoa garante o investimento relacional deste outro para com ela, favorecendo não só o estabelecimento de um relacionamento afetivo, mas também das preocupações com seu desenvolvimento, bem como a disponibilidade para as interações com a criança (Barudy, 2005).

Sobre a disponibilidade, Hoghughi (2004) afirma que um dos requisitos básicos para se exercer uma parentalidade suficientemente boa é a *Oportunidade*, que se revela quando os pais passam tempo com os seus filhos construindo um relacionamento mútuo

de afeto, cumplicidade e segurança. Esse relacionamento é construído a partir de interações frequentes e duradouras com a criança, do interesse e da disponibilidade dos pais com relação às vivências diárias da criança, demonstrando interesse nos assuntos sugeridos pelos filhos e comemorando suas conquistas (Gomide, 2004).

De acordo com os participantes, o tempo despendido por eles com a rotina de cuidados diários com a criança variou entre umas 4h por dia e 8h por dia, sendo esta média apontada respectivamente por mães e pai. Com relação a essa disponibilidade de tempo, pode-se inferir que, como todas as mães demonstraram possuir uma rede social de apoio efetiva, que participava de algum dos turnos do cuidado diário da criança, o menor tempo de convivência era justificado por essa divisão de tarefas com a família extensa ou com escola integral. Já para o pai, este levava o filho para o seu ambiente de trabalho, não tendo apresentado alternativas para dividir a rotina da criança com outras pessoas. Já aos finais de semana, os pais declararam se dedicar quase que exclusivamente às atividades de rotina e de lazer com as crianças, proporcionando atividades como idas à praia, parques, passeios de bicicleta, entre outros.

Hoghugh (2004) analisa que as mudanças sociais ocorridas ao longo das últimas décadas ocasionaram uma série de reconfigurações, inclusive na ampliação dos arranjos familiares reconhecidos socialmente, e aponta que com elas novas questões foram inseridas na vida das famílias que agora possuem tanto pais quanto mães no mercado de trabalho. Esse panorama reforça novamente a necessidade da presença de uma rede de apoio na vida das famílias, mas não exclui o fato de que a disponibilidade para estar e interagir com os filhos é um elemento essencial para a parentalidade e o desenvolvimento dos membros da família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação do conceito de família e a maior visibilidade para diferentes configurações também trouxe um novo perfil para as famílias adotivas, que hoje podem ser compostas por casais com filhos biológicos, casais do mesmo sexo, ou mesmo pessoas solteiras (Schettini et al., 2006; Gondim et al., 2008; Rodriguez-Jaume, Ruiz, 2015). Partindo dessa realidade este trabalho teve como objetivo investigar a experiência do processo de adoção entre as famílias monoparentais, bem como conhecer e descrever a vivência da parentalidade nesse arranjo familiar, tendo por fundamentação o Modelo da Parentalidade de proposto por Hoghughi (Hoghughi, 2004).

Pôde-se destacar nos resultados da pesquisa que as motivações para adoção eram justificadas principalmente pelo desejo de se construir ou ampliar a família, e ter a oportunidade de vivenciar a maternidade/paternidade; e que, para o grupo pesquisado, a opção pela adoção não foi uma alternativa à infertilidade biológica, mas uma escolha dos participantes, justificada pela ideia de que a parentalidade e a filiação não se constituem pelos laços consanguíneos, mas pela convivência e pelas práticas de cuidado.

Também foi verificado que medos e inseguranças quanto à concretização da adoção, bem como críticas à morosidade do processo de adoção, foram questões apontadas pelos participantes. Verificou-se ainda a predileção por crianças recém-nascidas entre os participantes, justificando o tempo de espera para alguns casos.

O preparo financeiro e psicológico relatado pelos participantes como anteriores à inserção da criança no ambiente familiar revelou ser um facilitador para a adaptação entre pais e filhos. A adaptação das crianças ocorreu em um curto espaço de tempo, provavelmente facilitada pelo fato de serem crianças pequenas. Como é esperado, com a chegada da criança à família foram necessários ajustes para organizar uma nova rotina

familiar. Por ansiarem pelo momento de se tornarem pais e mães, os participantes acolheram de forma positiva as mudanças em suas vidas. Observou-se que o sentimento de amor e carinho pelos filhos surgiu rapidamente, sendo intensificado com a convivência.

A participação da família extensa na vida das famílias monoparentais foi importante para apoiar a decisão dos pais e ajudar nos cuidados com a criança, verificando-se que a presença de uma rede de apoio efetiva para as famílias desempenhou papel fundamental para seu bom funcionamento e o enfrentamento dos desafios de adotar sem um(a) companheiro(a).

Quanto ao Modelo da Parentalidade e às atividades desempenhadas pelos participantes, observou-se que todos eles realizavam práticas de cuidados físicos, emocionais e sociais com as crianças, incentivando-as e estimulando-as em seu desenvolvimento, bem como impondo regras e limites quando necessário. Os participantes demonstraram-se atentos às necessidades de seus filhos e motivados a atendê-las. A dedicação de um tempo exclusivo para a criança foi destacada como uma prioridade das famílias. O desenvolvimento de competências e mudanças nos participantes também foram mencionadas.

Concluiu-se que as famílias monoparentais atenderam as dimensões propostas no Modelo da Parentalidade, e apesar de apresentarem alguns desafios específicos desse modelo familiar, estes eram superados pelos pais. Entretanto, ainda é possível encontrar no imaginário social um estranhamento e/ou discriminação com relação a composições familiares diferentes à da família nuclear e, portanto, a ideia de que existe risco para o desenvolvimento da criança adotiva ao ser criada por apenas um pai/mãe (Agoglia & Torraldo, 2015; Jociles, Rivas, Moncó, Villaamil & Díaz, 2008; Rivas et al., 2011). Entre as famílias monoparentais estudadas, pôde-se constatar que estas forneciam um

ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças e que a vivência da parentalidade promovia também o desenvolvimento dos pais adotivos.

Espera-se, com este estudo, ter contribuído para ampliar a compreensão a respeito das práticas parentais exercidas nas famílias monoparentais por opção, especialmente nas famílias adotivas, contribuindo assim para que essas famílias tenham o apoio da sociedade e dos serviços e profissionais ligados ao processo da adoção. Pode-se destacar a análise da parentalidade através do Modelo de Parentalidade de Hoghughi (2004) como sendo uma contribuição para os estudos sobre o tema no Brasil, uma vez que não foram encontrados outros trabalhos com sua utilização.

Por se tratar de um estudo qualitativo de casos múltiplos, dessa forma, com número reduzido de participantes, sugere-se que novos trabalhos sejam realizados no que concerne à família monoparental adotiva e ao processo de adoção e parentalidade, com um número ampliado de participantes, com metodologias qualitativas, quantitativas e/ou mistas, a fim de obter resultados que possam ser generalizados para esse grupo. Seria ainda interessante que outros estudos abordassem a interação das famílias monoparentais em outros espaços de convivência, que não foram mencionados nessa pesquisa.

7. REFERÊNCIAS

- Agoglia, I. S. & Torralbo, H. G. (2015). Monoparentalidades electivas en Chile: emergências, tensiones y perspectivas. *Psicoperspectivas Individuo y Sociedad*, 14(2), 40-50.
- Alves, J. E. D. & Cavenaghi, S. (2012). *Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias do Brasil*. Retrieved from http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf
- Alves, Z. M. M. B. & Silva, M. H. G. F. D. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia*, 2, 61-69.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-651.
- American Academy of Pediatrics (2012). Early childhood adversity, toxic stress, and the role of the pediatrician: translating developmental science into lifelong health. *Pediatrics*, 129(1), 224-231.
- Arruabarrena, I. & Paúl, J. (2012). Early intervention programs for children and families: theoretical and empirical bases supporting their social and economic efficiency. *Psychosocial intervention*, 21(2), 117-127.
- Baptista, J.; Soares, I. & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(2), 396-404.
- Barroso, R. G. & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229.
- Barudy, J. & Dantagnan, M. (2005). *Los Buenos tratos a la infancia. Parentalidad, apego y resiliência*. Barcelona: Gedisa.

- Baumgarten, S. T.; Busnello, F. & Tatsch, D. T. (2013). Adoção: conhecendo as expectativas e os sentimentos dos pais do coração. *Perspectivas em Psicologia*, 17(2), 03-19.
- Bicca, A. & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167.
- Brasil. (1828). Lei de 22 de setembro de 1828.
- Brasil. (1988, 5 de outubro). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado em 30 de novembro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069.
- Brasil. (2002). Lei Federal nº 10.421.
- Brasil. (2005). *Política nacional de Assistência Social - PNAS/2004*, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF.
- Brasil. (2009). *Lei Nacional da Adoção*. Lei Federal nº 12.010.
- Brasil. (2013). Lei Federal nº 12.873.
- Brasil. (2014). *Lei da Palmada*. Lei Federal nº 13.010.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Braz, M. P.; Dessen, M. A. & Silva, N. L. P. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias e classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Borges, I. C. N. (2010). *Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Borsa, J. C. & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39.
- Camargo, M. L. (2005, Maio). *A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes*. In Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente, São Paulo.
- Cecílio, M. S. & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 171-182.
- Chaves, V. P. (2002). *A interação mãe-criança em famílias adotivas: um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Cia, F.; Pereira, C. S.; Del Prette, Z. A. P.; & Del Prette, A. (2006). Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filho. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 73-81.
- Conley, C. S.; Caldwell, M. S.; Flynn, M.; Dupre, A. J. & Rudolph, K. D. (2004). Parenting and mental health. In M. Hoghughi & N. Long (Eds). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (p. 276-295). London: Sage.
- Conselho Nacional de Justiça. (2013). *Encontros e desencontros da adoção no Brasil: uma análise do cadastro nacional de adoção do Conselho Nacional de Justiça*. Recuperado em 22 de maio de 2014, em:http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq_adocao_brasil.pdf.
- Costa, L. F. & Campos, N. M. V. (2003). A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 221-230.

- Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2014). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37-49.
- Dessen, M. A. & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221-231.
- Dessen, M. A. & Torres, C. V. (2002). Family and socialization factors in Brazil: An overview. *Online readings in psychology and culture*, 6(3). <http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1060>.
- Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, 202-219.
- Dias, C. M. S. B.; Silva, R. V. B. & Fonseca, C. M. S. M. S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1(1), 28-35.
- DSM-IV American Academy of Psychiatry (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80.
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. Z., & Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, 35(3), 105-112.
- Giacomozzi, A. I.; Nicoletti, M. & Godinho, E. M. (2015). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1), 41-64.

- Gomide, P. I. C. (2014). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. 13ª ed. (ano 2014). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Gondim, A. K.; Crispim, C. S.; Fernandes, F. H. T.; Rosendo, J. C.; Brito, T. M. C.; Oliveira, U. B. & Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170.
- Gorin, M. C.; Mello, R.; Machado, R. N. & Féres-Carneiro, T. (2015). O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 3-15.
- Grotevant, H. D. & McDermott, J. M. (2014). Adoption: biological and social processes linked to adaptation. *Annual Review of Psychology*, 65, 235-265.
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Herbert, M. (2004). Parenting across the lifespan. In M. Hoghughi & N. Long (Eds). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (p. 55-71). London: Sage.
- Hoghughi, M. (1998). Good enough parenting for all children – a strategy for a healthier society. *Archives of disease in childhood*, 78, 293-296.
- Hoghughi, M. (2004). Parenting: an introduction. In M. Hoghughi & N. Long (Eds). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (p. 1-18). London: Sage.
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 3(24), 363-372.
- Huber, M. Z. & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 200-216.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). Entre 2002 e 2012, sub-registro de nascimentos caiu de 20,3% para 6,7%. *Instituto Brasileiro de Geografia e*

Estatística (IBGE). Acessado em 28 de novembro de 2014, disponível em:
<http://cod.ibge.gov.br/1XWMY>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2016). Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Recuperado em 31 jul. 2016, em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>.

Jociles, M. I.; Rivas, A. M.; Moncó, B.; Villamil, F. & Díaz, P. (2008). Uma reflexión sobre la monoparentalidad: el caso de las madres solteras por elección. *Portularia*, 8(1), 265-274.

Jociles, M. I., & Villaamil, F. (2012) Madres solteras por elección: representaciones sobre la fecundación sexual como vía de acceso a la maternidade. *Chungará*, 44(4), 717-731.

Kobarg, A. P. R.; Sachetti, V. A. R. & Vieira, M. L. (2006). Valores e crenças parentais: reflexões teóricas. *Revista brasileira crescimento e desenvolvimento humano*, 16(2), 96-102.

Lamb, M. E. (2012). Mothers, fathers, families and circumstances: factors affecting children's adjustment. *Applied Developmental Science*, 16(2), 98-111.

Leme, V. B. R.; Del Prette, Z. A. P. & Coimbra, S. (2013). Práticas educativas parentais e habilidades sociais de adolescentes de diferentes composições familiares. *Psico*, 44(4), 560-570.

Levy, L. & Féres-Carneiro, T. (2002). Famílias monoparentais femininas: um estudo sobre a motivação de mulheres que adotam. *Interação em Psicologia*, 6(2), 243-250.

Lima, A. K. P. & Lima, A. O. (2012). Perfil do desenvolvimento neuropsicomotor e aspectos familiares de crianças institucionalizadas na cidade de Recife. *Revista CES Psicología*, 5(1), 11-25.

- Lopes, R. C. S.; Prochnow, L. P. & Piccinini, C. A. (2010). A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. *Psicologia em estudo*, 15(2), 295-304.
- Machado, L. V.; Ferreira, R. R. & Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81.
- Machado, R. N.; Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: contextualizando a escola. *Psico*, 46(4), 442-451.
- Maia, J. M. D. & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Mannis, V. S. (1999). Single mothers by choice. *Family Relations*, 48(2), 121-128.
Acessado em 26 de outubro, 2014, disponível em:
<<http://www.jstor.org/stable/585075>>.
- Marcilio, M. L. (2011). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: M. C. Freitas (Org.). *História social da infância no Brasil*. 8ª ed. (ano 2011). São Paulo: Cortez.
- Martinez, A. L. M. & Barbieri, V. (2011). A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. *Estudos de Psicologia*. 28(2), 175-185.
- Matias, M., Silva, A. & Fontaine, A. M. (2011). Conciliação de papéis e parentalidade: efeitos de gênero e estatuto parental. *Exedra*, 5, 57-76.
- Maux, A. A. B. & Dutra, E. (2009). Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. *Estudos de Psicologia*, 14(2), 113-121.
- Maux, A. A. B. & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372.

- Merçon-Vargas, E. A., Rosa, E. M. & Dell’Aglío, D. D. (2011). Adoção nacional e internacional: processos proximais no período de convivência. *Salud & Sociedad*. (3), 268-283.
- Merçon-Vargas, E. A. (2012). *A experiência de convivência em adoção nacional e internacional: aspectos macrosistêmicos e processos proximais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Miller, F. K. & Jenkins, J. M. (2004). Parenting children with mental health problems. In M. Hoghughí & N. Long (Eds). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (p. 276-295). London: Sage.
- Minayo, M. C. S. (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. (p. 9-29). 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Morelli, A. B.; Scorsolini-Comin, F. & Santeiro, T. V. (2015). O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194.
- Negreiros, T. C. G. M. & Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(1), 34-47.
- Nogueira-Martins, M. C. F. & Bógus, C. M. (2004). Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e Sociedade*, 13(3), 44-57.
- Oliva, A., Arranz, E., Parra, A. & Olabarrieta, F. (2014). Family structure and child adjustment in Spain. *Journal of Child and Family Studies*, 23, 10-19.

- Oliveira, D.; Siqueira, A. C.; Dell’Aglío, D. D. & Lopes, R. C. S. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98.
- Oliveira, E. A.; Ables, J. N. & Dingler, M. L. (2012). Empatia parental. In: C. A. Piccinini & P. Alvarenga. *Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos*. 391-408. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, M. L. S.; Magalhães, C. M. C. & Pedroso, J. S. (2013). Família adotante: estudo de caso de adoção tardia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 5(9), 22-36.
- Oliveira, E. A. R. & Rocha, S. S. (2015). O cuidado cultural às crianças na dinâmica familiar: reflexões para a Enfermagem. *Revista Interdisciplinar*, 8(1), 227-233.
- Oliveira, A. G. & Silva, R. R. (2011). Pai contemporâneo: diálogos entre pesquisadores brasileiros no período de 1998 a 2008. *Psicologia Argumento*, 29(66), 353-360.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto Latino-Americano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(3), 475-486.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2012). Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Prática*, 28(1), 55-63.
- Palavecino, C.; Rodríguez, P.; & Zicavo, N. (2015). Vivencias de personas que optaron por la parentalidad adoptiva. *Ciências Psicológicas*, 9(2), 259-271.
- Palacios, J.; Román, M. & Camacho, C. (2010). Growth and development in internationally adopted children: extent and timing of recovery after adversity. *Child: care, health and development*, 37(2), 282-288.

- Patias, N. D.; Siqueira, A. C. & Dias, A. C. G. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. Mudanças – Psicologia da Saúde, 21(1), 29-40.
- Pena, M. (2016). La integración de niños y niñas a familias adoptivas em argentina, conexiones legítimas, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(1), 445-461.
- Pinheiro, L., Galiza, M. & Fontoura, N. (2009). Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. *Estudos Feministas*, 17(3), 851-859.
- Portugal, A. & Isabel, A. M. (2013). A comunicação parento-filial: estudo das dimensões comunicacionais realçadas por progenitores e por filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 479-487.
- Prais, J. L.; Santos, A. F. & Levandovski, A. R. (2016). Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e a compreensão da psicologia histórico-cultural no desenvolvimento da atenção. *Ensaio e Ciência: ciências biológicas, agrárias e da saúde*, 20(1), 49-57.
- Queiroz, A. C. A. & Brito, L. (2013). Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Textos & Contextos*, 12(1), 55-67.
- Ribeiro, J. P.; Silva, M. R. S. & Cezar-Vaz, M. R. (2011). Compreendendo o exercício das competências parentais na família monoparental chefiada pelo pai. *Ciência cuidado e saúde*, 10(3), 490-497.
- Ribeiro, J. M. L. (2012). Uso da palmada como ferramenta pedagógica no contexto familiar: mania de bater ou desconhecimento de outra estratégia de educação? *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(1), 52-58.

- Ribeiro, J. M. (2014). O uso do castigo físico em crianças e adolescentes como prática educativa: algumas perspectivas da Sociologia, Filosofia e Psicologia. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(2), 213-221.
- Rivas, A. M.; Jociles, M. I. & Moncó, B. (2011). Las madres solteras por elección, ciudadanas de primera y madres de segunda?. *Revista Internacional de Sociología*, 69(1), 121-142.
- Rodriguez, B. C., & Gomes, I. C. (2012). Novas formas de parentalidade: do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia*, 62(136), 29-36.
- Rodríguez-Jaume, M. J. & Ruiz, D. J. (2015). Estigma social y adopción internacional em España. ¿Es la família adoptiva um modelo familiar menos auténtico que los basados en lazos biológicos? *Papers*, 100(2), 211-236.
- Rosa, E. M.; Santos, A. P.; Melo, C. R. S. & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241.
- Rúbio, M. I. J. & Pérez, F. V. (2012). Madres solteras por elección: representaciones sobre la fecundación sexual como vía de acceso a la maternidade. *Revista de Antropología Chilena*, 44(4), 717-731.
- Rufino, S. (2002). Uma realidade fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multirracial. *KATÁLYSIS*, 5(1), 79-88.
- Sakuramoto, S. M.; Squassoni, C. E. & Matsukura, T. S. (2014). Apoio social, estilo parental e a saúde mental de crianças e adolescentes. *O mundo da saúde*, 38(20), 169-178.
- Santos, J. B. & Santos, M. S. C. (2009). Família monoparental brasileira. *Revista Jurídica, Brasília*, 10(92), 01-30.

- Santos, C. P., Fonsêca, M. C. S. M., Fonsêca, C. M. S. M. S. & Dias, C. M. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: teoria e prática*, 13(2), 89-102.
- Santos, Y. G. S., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2013). Homoparentalidade masculina: revisão a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), 572-582.
- Schettini, S. S. M.; Amazonas, M. C. L. A. & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293.
- Schettini, S. S. M. (2007). *Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos*. Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Segalin, A. (2013). Serviço social e viabilização de direitos: a licença/salário-maternidade nos casos de adoção. *Serviço Social e Sociedade*, 115, 581-594.
- Sequeira, V. C. & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 69-78.
- Shireman, J. F. & Johnson, P. R. (1985). Single-parent adoptions: a longitudinal study. *Children and Youth Services Review*, 7, 321-334.
- Shireman, J. F. (1996). Single parents adoptive homes. *Children and youth services review*, 18, 1/2), 23-36.
- Silva, E. L. C.; Lamy, Z. C.; Rocha, L. J. L. F. & Lima, J. R. (2012). Paternidade em tempos de mudança: uma breve revisão da literatura. *Revista Pesquisa Saúde*, 13(2), 54-59.
- Silva, E. B.; Menezes, L. P.; Stamm, B.; Hempel, S. F. & Nora, L. S. D. (2013). Saberes e práticas de pais ou responsáveis no cuidado de pré-escolares. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 3(2), 185-196.

- Silva Junior, A. M. S. & Severino, L. F. (2013). Licença-maternidade e estabilidade da gestante para homens. *Revista de Direito e Garantias Fundamentais*, 14(2), 207-230.
- Silva, C. L. & Benetti, S. P. C. (2015). Older child adoption: a study of the affiliation process. *Estudos de Psicologia Campinas*, 32(1), 121-127.
- Silva, G. A. P.; Costa, K. A. O. & Giugliani, E. R. J. (2016). Infant feeding: beyond the nutritional aspects. *Jornal de Pediatria*, 92(3), S2-S7.
- Simões, S. C. C.; Farate, C.; Soares, I. & Duarte, J. (2013). Predição de apego de crianças em função do estilo educativo materno e do tipo de família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 168-176.
- Smith, R. M. & Smith, C. W. (1981). Child rearing and single-parent fathers. *Family relations*, 30(3), 411-417. Acessado em 29 de outubro 2014, disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/584036>>
- Souza, R. P. & Miranda, V. R. (2009). Adoção: considerações histórico-sociais, psicológicas e jurídicas. In: M. C. N. Carvalho & V. R. Miranda (Org). *Psicologia jurídica: temas de aplicação*. (p. 79-92). Curitiba: Juruá Editora.
- Souza, J. M. & Veríssimo, M. L. Ó. R. (2015). Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. *Revista latino-americana de enfermagem*, 23(6), 1097-1104.
- Teixeira, L. C.; Parente, F. S. & Boris, G. D. B. (2009). Novas configurações familiares e suas implicações subjetivas: reprodução assistida e família monoparental feminina. *PSICO*, 40(1), 24-31.
- Toni, C. S. T. & Hecavei, V. A. (2014) Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. *Psico*, 19(3), 511-521.

- Torres, E. A.; Marques, W. L. S.; Fontenele, Z. V. C. & Sales, M. C. V. (2015). O que pensam os pais sobre a violência infantil. *Journal of the health sciences institute*, 33(2), 160-163.
- Utting, D. & Pugh, G. (2004). The social context of parenting. In: M. Hoghughi & N. Long (Eds). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (p. 19-37). London: Sage.
- Valentova, M. (2013). Age and sex differences in gender role attitudes in Luxembourg between 1999 and 2008. *Work, employment and society*, 27(4), 639-657.
- Valério, T. A. M. & Lyra, M. C. D. P. A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 716-725.
- Vieira, E. N. & Souza, L. (2010). Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. *Análise Psicológica*, 28(4), 581-596.
- Vieira, G. T. & Nascimento, A. R. A. (2014). Aspectos psicossociais da construção da identidade paterna. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 57-68.
- Vieira, L. M.; Bossardi, C. N.; Gomes, L. B.; Boze, S. D. A.; Crepaldi, M. A. & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52.
- Wade, S. M. (2004). Parenting influences on intellectual development and educational achievement. In: M. Hoghughi & N. Long (Eds). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (p. 198-212). London: Sage.
- Weber, L. N. D. (2008). *Pais e filhos por adoção no Brasil. Características, expectativas e sentimentos*. 1ª ed. (ano 2001), 8ª reimpr (ano 2008). Curitiba: Juruá.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5ª ed. (ano 2015). Porto Alegre: Bookman.

Zambrano, E. (2006). Parentalidades impensáveis: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 26, 123-147.

Zanetti, S. S.; Oliveira, R. R. & Gomes, I. C. (2013). Concepções diferenciadas de família no processo de avaliação de pretendentes à adoção. *Semina: ciências sociais e humanas*, 34(1), 17-30.

APÊNDICE I – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**INSTRUMENTO: ENTREVISTA****a) Caracterização do participante e da família:**

1) Nome: _____

Quem responde esta entrevista (vínculo com a criança)

2) Cidade e estado de domicílio: _____

3) Idade: _____

4) Estado civil:

4.1. () solteiro (a)

4.2. () casado (a)

4.3. () união estável

4.4. () separado(a)/divorciado(a)

4.5. () viúvo(a)

4.6. () outro. Qual? _____

5) Escolaridade: _____

6) Qual a sua etnia?

6.1. () branca

6.2. () amarela

6.3. () parda ou mulata

6.4. () negra

6.5. () índia

7) Você tem orientação religiosa? Qual?

7.1. () Sim. Qual? _____

7.2. () Não.

8) Profissão atual _____

9) Renda Familiar: _____ (soma total dos ganhos da família)

9.1. () de 1 à 3 salários mínimos

9.2. () de 3 à 6 salários mínimos

9.3. () de 6 à 9 salários mínimos

9.4. () de 9 à 12 salários mínimos

9.5. () de 12 à 15 salários mínimos

9.6. () mais do que 15 salários mínimos

- 10) Além de você, quem mais auxilia na renda da família? _____
- 11) Quantas pessoas moram na mesma casa que você? Quem são elas?
- 12) O que é que significa ser Mãe/pai para você?
- 13) Você tem filhos biológicos? Quantos?
- () não tenho (Explorar por que)
- () Tenho (Explorar se foram planejados)
- 14) Se não. Você se submeteu a algum tratamento para ter filhos biológicos?
- () Não.
- () Sim. Mencione qual e por quanto tempo:
- 15) Se sim. Idade e sexo de seus filhos biológicos:
- _____
- 16) E os filhos adotivos, quantos são?
- 17) Idade e sexo de seus filhos adotivos:
- 18) Com que idade estava(m) seu(s) filho(s) adotivo(s) na época da adoção?
- 19) Com que idade você estava quando se tornou pai/mãe adotivo? Se houver mais de uma criança, especifique separadamente:
- 1ª criança: _____
- 2ª criança: _____
- 3ª criança: _____

b) O processo da adoção

- 20) Em que momento da sua vida você pensou em adotar?
- 21) O que motivou você a adotar?
- 22) Você compartilhou esse desejo com sua família? Como eles reagiram?
- 23) Quanto tempo depois de pensar em adotar você fez o cadastro da adoção?
- 24) Como foi esse processo? (tempo; quem teve iniciativa, etc)
- 25) Como você se sentiu a partir do momento que fez o cadastro?
- 26) Você teve algum preparo específico para adoção? Quais?
- 27) Quais expectativas você tinha sobre a adoção?
- 28) Como foi a chegada da criança?
- 29) Quem escolheu o nome da(s) criança(s) adotiva(s)? O nome tem um significado?
- 30) Como foi a adaptação da criança a casa e à rotina da família?

- 31) E para você (s), como foi a adaptação à criança?
- 32) O que mudou na rotina da família com a chegada da criança?
- 33) Quais foram as características mais marcantes no período de convivência?
- Como foi lidar com essas questões, quais estratégias foram utilizadas, etc.
- 34) Como a sua família acolheu a criança?
- 35) E a criança que foi adotada, como reagiu a sua família?
- 36) Como que a criança te chama hoje?
- 37) E que papéis você acha que desenvolve com a criança?
- Levando em conta os papéis socialmente esperados com relação à mãe e ao pai, quais os papéis que você acha que assume com o seu filho?
- 38) A partir de quando você passou a se sentir pai/mãe dessa criança?
- 39) Quando a criança começou a te chamar de mãe/pai?
- o que você sentiu?
- 40) Houve alguma conversa sobre a adoção com a criança?
- Como foi ter essa conversa? Como a criança reagiu?
- 41) Você acha que a questão da adoção ainda sofre preconceito?
- Por que acha isso?
 - E as crianças adotadas, você acha que sofrem preconceito?
 - O seu filho(a) já sofreu?
 - Como foi? Como você reagiu a isso?

c) Rotina e Relação com o Filho(a)

- 42) Você pode me contar como são as brincadeiras da criança?
- Como é que a criança brinca? Qual a brincadeira favorita?
 - Com quem da família a criança costuma brincar?
 - Você brinca com a criança? De que brincam? Como você se sente?
- 43) Quanto tempo por dia você costuma passar com seu filho?
- O que fazem, normalmente?
- 44) Descreva para mim um dia de semana com o seu filho?
- O que fazem pela manhã:
 - O que fazem a tarde:
 - O que fazem a noite:
- 45) E quanto tempo nos finais de semana você costuma passar com seu filho?

- O que fazem, normalmente?
- 46) Descreva para mim um dia do final de semana com seu filho?
- 47) Como você expressa afeto pela criança?
 - Como ela expressa afeto por você? De que forma?
 - Como era no começo (expressão do afeto)?
 - E como é hoje?
 - (- Quando foi ficando mais fácil?)
 - (- Qual era a dificuldade?)
- 48) Em que situações você coloca limites para a criança? De que forma?
 - Como era no começo
 - E como é hoje?
 - Como a criança reage quando você impõe limites?
 - Como você lida com a reação da criança?
- 49) Quando seu filho tem dificuldade em alguma situação (escolar, comunitária);
 - Quem ele procura para conversar sobre isso?
 - Você conversa com ele sobre isso? De que forma?
- 50) Como é saúde da criança?
- 51) Quando a criança fica doente, a quem recorre?
 - Como ela age, nesses momentos? Como você lida com ela nesses casos?
- 52) A criança se acalma com qualquer pessoa ou tem preferência por alguém?
- 53) Ao longo do desenvolvimento da criança, quais os principais desafios que se apresentaram?
 - Como você lidou com essas questões?

Segunda Parte.

d) Características do Pai/Mãe e Filho(a)s:

- 54) Descreva como você é como pai/mãe
- 55) Quais as suas características você acha que mais contribuíram para a relação com seu filho?
- 56) Descreva para mim como a criança é (quais suas características, principais qualidades, etc.)
 - Pedir para listar ao menos cinco características.

- 57) Quais características do seu filho você acha que mais contribuem para o estabelecimento das relações familiares de uma forma positiva?
- 58) E o que dificultou a interação? Quais as características sua e da(s) criança(s) que dificultou(aram) a interação?
- 59) Quais foram/são os maiores desafios encontrados em relação a criação dos filhos nesse novo modelo de família?
- 60) A criança já vivenciou algum tipo de preconceito em relação a sua estrutura familiar?
- Como ele reagiu?
- 61) Como a criança relata a família para os amigos?
- 62) Você acha que desenvolveu novas habilidades ao longo das interações com a criança? (ou Quais habilidades você acha que desenvolveu ao longo das interações com a criança?)

e) Outros contextos:

- 63) Com que frequência a criança convive com a família extensa?
- 64) De quem ela é mais próxima entre as pessoas da sua família. Como essa proximidade foi construída?
- 65) Existe algum apoio familiar para ajudar a cuidar dos filhos?
- Quem ajuda? De que forma?
- 66) Como foi a inserção do seu filho na escola?
- Quem arruma a criança para a escola?
 - Quem leva a criança para escola?
 - Quem vai às reuniões escolares?
 - Você revelou para a escola que a criança era adotada?
 - Quais foram os principais desafios da criança com a escola?
 - Como você lidou com isso?
 - O tempo anterior à adoção na escola influenciou nesses desafios?
 - (- E como foi a inserção do seu filho biológico na escola?
 - Quais foram os principais desafios e como lidou com eles?)
 - A criança costuma brincar com outras crianças?
 - Como ele se comporta enquanto brinca?
 - Ela tem algum melhor amigo?
 - Você sabe como é a relação social do seu filho na escola?

- A criança tem amigos em outros lugares que não seja a escola?

67) Tem mais alguma coisa que você gostaria de me falar sobre a experiência da adoção?

APÊNDICE II – MEMORANDO PARA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO

Vitória, ____ de Março de 2015.

Assunto: Solicitação de indicação de famílias para realização de pesquisa sobre construção de parentalidade em casos de Adoção Monoparental e Homoparental.

Prezados Senhores,

Tendo em vista a realização do projeto de pesquisa “*A Construção da Parentalidade em casos de Adoção Monoparental e Homoparental*”, sob minha coordenação, pela aluna do curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, **Carolina Monteiro Biasutti**, gostaria do auxílio da Vara de Infância e Juventude da Grande Vitória na busca por participantes para a pesquisa, no caráter de indicação de contatos de casais homossexuais e pessoas solteiras que tenham adotado.

Esse projeto tem por objetivo estudar a construção da parentalidade vivenciada por adotantes solteiros e casais homossexuais que passaram pelo processo de adoção legal, que tenham adotado pelo menos uma criança, e que a criança tenha menos de 12 anos. Para o estudo, serão realizadas entrevistas com os pais e observação dos pais com a criança.

A pesquisa será realizada em consonância com os padrões éticos previstos na Resolução 010/12 do Conselho Federal de Psicologia e na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), que regulamentam as pesquisas realizadas com seres

humanos. O projeto será avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo.

Agradecemos antecipadamente a atenção, e nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida (E-mail: celiarrn@gmail.com).

Cordiais Saudações,

Célia Regina Rangel Nascimento

Professora Orientadora

Edinete Maria Rosa

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Carolina Monteiro Biasutti

Mestranda

APÊNDICE III – CONVITE À PESQUISA

Prezados Amigos,

Tendo em vista a realização do meu projeto de pesquisa “*A construção da Parentalidade em casos de Adoção Monoparental e Homoparental*”, sob coordenação da Prof.^a Dr.^a Célia Regina Rangel Nascimento, pelo curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, gostaria do auxílio de vocês, na busca por participantes de pesquisa, através da indicação de contatos de casais homossexuais e pessoas solteiras que tenham adotado. Esse projeto tem como objetivo estudar a construção da parentalidade vivenciada por adotantes solteiros e casais homossexuais que passaram pelo processo de adoção legal, que tenham adotado pelo menos uma criança, e que a criança tenha menos de 12 anos de idade. Para o estudo, serão realizadas entrevistas com os pais e observação dos pais com as crianças, lembrando que os dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo.

Agradeço desde já a atenção e me coloco à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Obrigada,

Carolina Biasutti

Tel: (27) 99718-9579 / (73) 8835-8843

e-mail: carolbiasutti@gmail.com

Ps: Por motivos de não causar nenhum problema com a questão de sigilo, peço que não divulguem esse texto no facebook, para que a indicação não ocorra por meio de comentários.

APÊNDICE IV – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____ (nome completo),
fui convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “***A Construção da Parentalidade em casos de Adoção Monoparental***”, sob a responsabilidade da Mestranda do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Carolina Monteiro Biasutti, sob orientação da Prof.^a Dr^a Célia Regina Rangel Nascimento.

Com a presente pesquisa pretende-se conhecer melhor como se desenvolve o processo de tornar-se pai/mãe nos casos específicos de famílias monoparentais que passaram pelo processo da adoção.

A coleta de dados será realizada através de entrevistas individuais, que serão gravadas e posteriormente, transcritas. Os encontros para realização das entrevistas serão combinados antecipadamente com os participantes, de acordo com sua disponibilidade.

Os dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo e os resultados da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho, podendo futuramente ser apresentado em eventos científicos e publicação em revistas especializadas. Os procedimentos em questão não envolvem riscos conhecidos e não ferem a integridade moral dos sujeitos. A participação nesse estudo não acarretará nenhum prejuízo ou benefício terapêutico. Havendo interesse ou necessidade o participante pode interromper sua participação, durante ou ao término do procedimento, bem como se sentir à vontade para tirar dúvidas, recusar-se a responder perguntas ou

falar de assuntos que lhe cause qualquer tipo de constrangimento, sem que, com isso, sofra algum ônus.

Ao assinar esse Termo de Consentimento, o participante estará autorizando a pesquisadora a utilizar as informações presentes nas entrevistas para o ensino, pesquisa e publicações acadêmicas, e sua colaboração nos ajudará a entender melhor o processo da construção da parentalidade nos casos de adoção monoparental.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou perante a necessidade de reportar qualquer injúria ou dano relacionado com o estudo, o participante pode contatar a pesquisadora responsável (orientadora) ou o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Para contatar a pesquisadora responsável Célia Regina Rangel Nascimento, entrar em contato pelo telefone (27) 3335-2501 (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFES), ou pelo e-mail celiarn@gmail.com. Para entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa do CCS/UFES, ligar para o telefone (27) 4009-2430 ou enviar e-mail para cep.goiabeiras@gmail.com.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o teor do presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, como também, os meus direitos. Compreendo que a pesquisa tem caráter confidencial, e que minha identidade não será revelada, garantindo que a mesma não acarretará em prejuízos para mim, bem como para minha família. Assino, dessa forma, voluntariamente esse Termo de Consentimento e concordo em participar do estudo. Também declaro ter recebido uma cópia deste.

_____/ES, ____/____/_____.

Participante

Carolina Monteiro Biasutti
Pesquisadora responsável

Célia Regina Rangel Nascimento
Professora Orientadora

APÊNDICE V – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA																																																																																															
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-start;"> <div style="width: 70%;"> <p>- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA</p> <p>Título da Pesquisa: A construção da parentalidade em casos de adoção monoparental e homoparental Pesquisador Responsável: Célia Área Temática: Versão: 2 CAAE: 44931415.7.0000.5542 Submetido em: 15/07/2015 Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo Situação da Versão do Projeto: Aprovado Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável Patrocinador Principal: Financiamento Próprio</p> </div> <div style="width: 25%; text-align: center;">  </div> </div> <div style="text-align: right; margin-top: 10px;"> Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_483281 </div>																																																																																															
<p>- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA</p> <div style="display: flex; align-items: flex-start;"> <div style="width: 30%; border: 1px solid #ccc; padding: 5px; margin-right: 10px;"> <ul style="list-style-type: none"> ▼ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2 <ul style="list-style-type: none"> ▼ Projeto Original (PO) - Versão 2 <ul style="list-style-type: none"> ▶ Currículo dos Assistentes ▼ Documentos do Projeto <ul style="list-style-type: none"> ▶ Folha de Rosto - Submissão 1 ▶ Informações Básicas do Projeto - Subm ▶ Projeto Detalhado / Brochura Investigad ▶ TCLE / Termos de Assentimento / Justif ▶ Apreciação 1 - Universidade Federal do Es ▶ Projeto Completo </div> <table border="1" style="width: 65%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 25%;">Tipo de Documento</th> <th style="width: 15%;">Situação</th> <th style="width: 15%;">Arquivo</th> <th style="width: 15%;">Postagem</th> <th style="width: 20%;">Ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table> </div>								Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações																																																																																			
Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações																																																																																											
<p>- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 10%;">Apreciação</th> <th style="width: 10%;">Pesquisador Responsável</th> <th style="width: 10%;">Versão</th> <th style="width: 10%;">Submissão</th> <th style="width: 10%;">Modificação</th> <th style="width: 10%;">Situação</th> <th style="width: 10%;">Exclusiva do Centro Coord.</th> <th style="width: 10%;">Ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PO</td> <td>Célia</td> <td>2</td> <td>15/07/2015</td> <td>18/09/2015</td> <td>Aprovado</td> <td>Não</td> <td style="text-align: center;">     </td> </tr> </tbody> </table>								Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações	PO	Célia	2	15/07/2015	18/09/2015	Aprovado	Não	   																																																																								
Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações																																																																																								
PO	Célia	2	15/07/2015	18/09/2015	Aprovado	Não	   																																																																																								
<p>- HISTÓRICO DE TRÂMITES</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 10%;">Apreciação</th> <th style="width: 10%;">Data/Hora</th> <th style="width: 10%;">Tipo Trâmite</th> <th style="width: 5%;">Versão</th> <th style="width: 5%;">Perfil</th> <th style="width: 20%;">Origem</th> <th style="width: 20%;">Destino</th> <th style="width: 10%;">Informações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PO</td> <td>18/09/2015 20:01:14</td> <td>Parecer liberado</td> <td>2</td> <td>Coordenador</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>PESQUISADOR</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>18/09/2015 20:00:32</td> <td>Parecer do Colegiado Editado</td> <td>2</td> <td>Coordenador</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>18/09/2015 19:34:39</td> <td>Parecer do colegiado emitido</td> <td>2</td> <td>Coordenador</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>15/09/2015 15:08:21</td> <td>Parecer do relator emitido</td> <td>2</td> <td>Membro do CEP</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>15/09/2015 15:03:03</td> <td>Aceitação de Elaboração de Relatoria</td> <td>2</td> <td>Membro do CEP</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>17/07/2015 18:12:34</td> <td>Confirmação de Indicação de Relatoria</td> <td> </td> <td> </td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>15/07/2015 16:18:27</td> <td>Indicação de Relatoria</td> <td> </td> <td> </td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>15/07/2015 16:18:13</td> <td>Aceitação do PP</td> <td> </td> <td> </td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>15/07/2015 13:43:53</td> <td>Submetido para avaliação do CEP</td> <td> </td> <td>Pesquisador Principal</td> <td>PESQUISADOR RESPONSAVEL</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> <tr> <td>PO</td> <td>10/07/2015 12:22:23</td> <td>Parecer liberado</td> <td> </td> <td> </td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td>Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira</td> <td> </td> </tr> </tbody> </table> <div style="text-align: center; margin-top: 5px;"> ««« « Ocorrência 1 a 10 de 17 registro(s) » »»» </div>								Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações	PO	18/09/2015 20:01:14	Parecer liberado	2	Coordenador	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	PESQUISADOR		PO	18/09/2015 20:00:32	Parecer do Colegiado Editado	2	Coordenador	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira		PO	18/09/2015 19:34:39	Parecer do colegiado emitido	2	Coordenador	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira		PO	15/09/2015 15:08:21	Parecer do relator emitido	2	Membro do CEP	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira		PO	15/09/2015 15:03:03	Aceitação de Elaboração de Relatoria	2	Membro do CEP	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira		PO	17/07/2015 18:12:34	Confirmação de Indicação de Relatoria			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira			PO	15/07/2015 16:18:27	Indicação de Relatoria			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira		PO	15/07/2015 16:18:13	Aceitação do PP			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira		PO	15/07/2015 13:43:53	Submetido para avaliação do CEP		Pesquisador Principal	PESQUISADOR RESPONSAVEL	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira		PO	10/07/2015 12:22:23	Parecer liberado			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	
Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações																																																																																								
PO	18/09/2015 20:01:14	Parecer liberado	2	Coordenador	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	PESQUISADOR																																																																																									
PO	18/09/2015 20:00:32	Parecer do Colegiado Editado	2	Coordenador	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									
PO	18/09/2015 19:34:39	Parecer do colegiado emitido	2	Coordenador	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									
PO	15/09/2015 15:08:21	Parecer do relator emitido	2	Membro do CEP	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									
PO	15/09/2015 15:03:03	Aceitação de Elaboração de Relatoria	2	Membro do CEP	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									
PO	17/07/2015 18:12:34	Confirmação de Indicação de Relatoria			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																										
PO	15/07/2015 16:18:27	Indicação de Relatoria			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									
PO	15/07/2015 16:18:13	Aceitação do PP			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									
PO	15/07/2015 13:43:53	Submetido para avaliação do CEP		Pesquisador Principal	PESQUISADOR RESPONSAVEL	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									
PO	10/07/2015 12:22:23	Parecer liberado			Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Campus Goiabeira																																																																																									